

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

TUANY DE SOUZA MELHADO LOPES

**O IMPACTO DAS CRISES GEOPOLÍTICAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS
ENTRE CHINA E TAIWAN (2000 - 2022)**

**Santana do Livramento
2024**

TUANY DE SOUZA MELHADO LOPES

**O IMPACTO DAS CRISES GEOPOLÍTICAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS
ENTRE CHINA E TAIWAN (2000 - 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Anna Carletti.

**Santana do Livramento
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pela autora através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

L864i Lopes, Tuany de Souza Melhado

O impacto das crises geopolíticas nas relações comerciais entre China e
Taiwan (2000-2022) / Tuany de Souza Melhado Lopes - 2024.
102 p. : il.

Orientadora: Anna Carletti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pampa, Relações Internacionais - Bacharel em Relações Internacionais,
Ciências Sociais, Campus Santana do Livramento, 2024.

1. China. 2. Taiwan. 3. Crises geopolíticas. 4. Relações Comerciais.

TUANY DE SOUZA MELHADO LOPES

**O IMPACTO DAS CRISES GEOPOLÍTICAS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS
ENTRE CHINA E TAIWAN (2000 - 2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Ciências Sociais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03, dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Anna Carletti
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof^ª. Dr^ª. Nathaly Silva Xavier Schutz
(UNIPAMPA)

Prof^ª. Dr^ª. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho a Cícera, não sei como expressar a minha gratidão por tudo que fez por mim, você é luz.

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar, a Deus, pela força, sabedoria e serenidade concedidas durante todos os momentos desta jornada acadêmica. Sua presença constante foi fonte de inspiração e coragem para enfrentar os desafios que surgiram ao longo do caminho, proporcionando luz e discernimento para superar cada etapa deste trabalho. Não apenas agradeço por me acompanhar e auxiliar nessa jornada, mas pela sua constante presença no decorrer da minha vida, principalmente nos momentos mais obscuros onde sentia que estava completamente sozinha e não tinha mais para onde recorrer, e em momentos nos quais minha fé não se fez tão forte, independente das circunstâncias o Senhor foi meu alicerce e nunca me abandonou.

Aos meus pais, Cícera e Adilson pelo apoio incondicional, tanto emocional quanto financeiro, que foi essencial para minha formação. Sua confiança em mim, sua paciência e seu incentivo nos momentos de incerteza foram o alicerce que me sustentou em cada decisão e conquista. Sem vocês, esta trajetória não teria sido possível. A cada sacrifício e gesto de apoio, sinto-me mais grato e honrado por ter sido agraciado com tamanha compreensão e amor. Agradeço por toda a paciência e amor que tiveram ao me moldar como ser humano, e espero poder reciprocitar ao menos metade disso um dia.

Agradeço também à Universidade Federal do Pampa, por me proporcionar um ensino público, gratuito e de qualidade. Este espaço acadêmico, além de fonte de conhecimento, foi um local de amadurecimento e crescimento pessoal. A dedicação dos professores, a estrutura e os recursos oferecidos pela instituição foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver e aprimorar as habilidades necessárias para me tornar um profissional capacitado e crítico.

Aos meus professores, agradeço pelo seu comprometimento, paciência e dedicação em transmitir não apenas conhecimento, mas também valores éticos e críticos que serão levados adiante em minha trajetória profissional. Sua orientação e incentivo foram cruciais para a realização deste trabalho, e cada aula foi uma oportunidade única de aprendizado que se reflete neste projeto.

Aos meus colegas de curso e amigos, com quem compartilhei risos, angústias e momentos inesquecíveis. A jornada foi mais leve e significativa graças ao apoio e companheirismo que encontramos uns nos outros. As trocas de experiências, os estudos em grupo e as discussões enriquecedoras foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Em especial gostaria de mencionar a Alice e o Bruno, meus

companheiros de atividades acadêmicas e amigos que pretendo levar para a vida, obrigada por terem me acolhido desde o primeiro momento que nos conhecemos.

Agradeço ainda aos meus companheiros de moradia Gabriela e Kevin que foram os que acompanharam mais de perto o processo de escrita e as dificuldades encontradas no caminho, o carinho, a paciência e as risadas trocadas jamais vão poder ser apagadas, agradeço de coração por terem participado dessa fase da minha jornada, vocês foram presentes imensuráveis que ganhei em Livramento.

As minhas queridas amigas Kaila, Júlia e Robéria que demonstraram tanto carinho por mim, não consigo expressar o quanto a companhia e amizade de vocês significa para mim e especialmente para a pessoa que fui durante este trajeto, espero que apesar desse capítulo estar se encerrando possamos continuar nossas histórias no próximo.

Agradeço ainda a todos os demais que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, e que me acompanharam mesmo que brevemente nessa jornada.. A paciência que demonstraram comigo em um momento tão delicado, bem como o incentivo emocional foram essenciais para que eu pudesse dar continuidade a pesquisa e ampliar meus conhecimentos.

Por fim, dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam no poder transformador da educação e que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação.

“A guerra nada mais é do que a continuação da política por outros meios”.

Carl von Clausewitz

RESUMO

A presente pesquisa investiga os efeitos das crises geopolíticas sobre as relações comerciais entre China e Taiwan, entre 2000 e 2022, e explora a complexa coexistência entre a interdependência econômica e a rivalidade política. O objetivo central é analisar como os laços econômicos, especialmente no setor de alta tecnologia e semicondutores, conseguem manter-se estáveis mesmo durante períodos de tensão política elevada, como nas crises no Estreito de Taiwan. A hipótese principal sugere que, apesar das disputas e ameaças entre os dois lados, a interdependência econômica atenua parcialmente as consequências das tensões geopolíticas, demonstrando resiliência nas trocas comerciais e tecnológicas. Baseando-se na teoria da Interdependência Complexa de Keohane e Nye, a pesquisa propõe que os fortes laços econômicos diminuem os incentivos para a escalada de conflitos. Adicionalmente, utiliza a teoria da securitização para entender como China e Taiwan tratam suas disputas como ameaças à segurança nacional, justificando respostas políticas e militares intensificadas em momentos de crise, como nas eleições taiwanesas ou na aprovação de leis anti-secessão chinesas. A análise de eventos críticos, como as eleições presidenciais de Taiwan, a visita de Nancy Pelosi e a publicação do Livro Branco sobre a questão de Taiwan, revela que, enquanto a retórica política se intensifica, o comércio bilateral permanece surpreendentemente estável, especialmente em produtos de alta tecnologia. Os resultados buscam oferecer uma visão aprofundada sobre a capacidade de interdependência econômica para mitigar conflitos e ressaltar a importância da estabilidade na região do Indo-Pacífico para a segurança global. Assim, a pesquisa busca contribuir para o entendimento das dinâmicas entre China e Taiwan e para a discussão sobre os desafios e possibilidades de contenção de crises no cenário internacional.

Palavras-chave: China. Taiwan. Interdependência Econômica. Crises Geopolíticas. Securitização.

ABSTRACT

This research investigates the effects of geopolitical crises on trade relations between China and Taiwan from 2000 to 2022, exploring the complex coexistence of economic interdependence and political rivalry. The central objective is to analyze how economic ties, especially in the high-tech and semiconductor sectors, manage to remain stable even during periods of heightened political tension, such as the crises in the Taiwan Strait. The main hypothesis suggests that, despite disputes and threats on both sides, economic interdependence partially mitigates the impact of geopolitical tensions, demonstrating resilience in trade and technological exchanges. Drawing on Keohane and Nye's theory of Complex Interdependence, the study proposes that strong economic ties reduce incentives for conflict escalation. Additionally, it employs securitization theory to understand how China and Taiwan frame their disputes as national security threats, justifying intensified political and military responses during crises, such as Taiwanese elections or the enactment of China's anti-secession laws. The analysis of critical events, such as Taiwan's presidential elections, Nancy Pelosi's visit, and the publication of the White Paper on the Taiwan issue, reveals that, while political rhetoric intensifies, bilateral trade remains surprisingly stable, particularly in high-tech products. The findings aim to provide a deeper understanding of the role of economic interdependence in conflict mitigation and to highlight the importance of stability in the Indo-Pacific region for global security. Thus, the research seeks to contribute to understanding the dynamics between China and Taiwan and to discussions on the challenges and opportunities for crisis containment in the international arena.

Keywords: China. Taiwan. Economic Interdependence. Geopolitical Crises. Securitization.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Taiwan	34
Gráfico 1 - Importações de produtos provenientes de Taiwan para a China	82
Gráfico 2 - Exportações de produtos provenientes da China para Taiwan	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de Comércio Exterior da China com Taiwan	71
-----------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

KMT - Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês)

PCCh - Partido Comunista Chinês

ROC - República da China

NBS - National Bureau of Statistics of China

TRA - Taiwan Relations Act

TSMC - Taiwan Semiconductor Manufacturing Company

BRI - Belt and Road Initiative (Iniciativa do Cinturão e Rota)

TAIPEI Act - Taiwan Allies International Protection and Enhancement Initiative

OMS - Organização Mundial da Saúde

APEC - Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico

PPD - Partido Progressista Democrático

PLA - People's Liberation Army (Exército Popular de Libertação)

FBI - Federal Bureau of Investigation (Departamento Federal de Investigação dos EUA)

CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos EUA)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Embasamento Teórico	24
2. O CONTEXTO HISTÓRICO DO CONFLITO CHINA-TAIWAN	34
2.1. O Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang).....	38
2.2. O Partido Comunista Chinês.....	42
2.3. A Guerra Civil Chinesa.....	44
3. CRISES GEOPOLÍTICAS DO SÉCULO XX.....	49
3.1. A Primeira Crise do Estreito de Taiwan.....	50
3.2. A Segunda Crise do Estreito de Taiwan.....	55
3.3. A Terceira Crise do Estreito de Taiwan.....	60
4. CRISES GEOPOLÍTICAS DO SÉCULO XXI E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-TAIWANESAS.....	66
4.1. Crises Geopolíticas do século XXI.....	66
4.1.1. Eleições presidenciais de Taiwan e a publicação do Livro Branco sobre a questão de Taiwan (2000).....	67
4.1.2. Aprovação da Lei Anti-Secessão (2005).....	70
4.1.3. Eleições presidenciais de Taiwan (2016).....	72
4.1.4. Aumento da pressão militar chinesa em Taiwan (2019-2020).....	75
4.1.5. Visita de Nancy Pelosi e publicação do Livro Branco sobre a questão de Taiwan (2022).....	77
4.2. Relações Comerciais entre China e Taiwan.....	79
4.3. O Impacto das Crises Geopolíticas nas Relações Comerciais.....	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
6. REFERÊNCIAS.....	92

1. INTRODUÇÃO

No contexto das Relações Internacionais contemporâneas, as interações entre China e Taiwan representam um dos conflitos mais complexos e sensíveis do cenário global. A relação entre ambos, marcada por uma coexistência paradoxal de dependência econômica e rivalidade política, coloca em foco a tensão entre cooperação e conflito, evidenciando como disputas de soberania e questões de identidade nacional moldam as interações comerciais e diplomáticas. A presente pesquisa busca analisar o impacto das crises geopolíticas nas relações comerciais entre China e Taiwan, com ênfase no período de 2000 a 2022. Este intervalo compreende uma série de eventos políticos e militares de grande relevância que influenciaram diretamente o comércio bilateral e ressaltaram a interdependência econômica entre os dois lados do Estreito de Taiwan.

Assim, a hipótese que norteia esta pesquisa é a de que, apesar das tensões políticas e militares, as relações comerciais entre China e Taiwan demonstram uma notável resiliência, com flutuações relativamente pequenas nos fluxos de importação e exportação, mesmo em períodos de crise. Essa hipótese está ancorada na teoria da Interdependência Complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye, que sugere que relações econômicas profundamente entrelaçadas podem limitar os efeitos negativos de crises políticas, promovendo uma estabilidade relativa mesmo em contextos de alta tensão. Além disso, a pesquisa considera a teoria da securitização, proposta pela Escola de Copenhague, para entender como questões econômicas e políticas entre China e Taiwan são frequentemente tratadas como ameaças existenciais, legitimando reações drásticas, como sanções e ações militares.

Para examinar essa hipótese, o trabalho se propõe a responder à seguinte pergunta: de que forma as crises geopolíticas entre China e Taiwan influenciam as importações e exportações entre os dois países ao longo do período de 2000 a 2022? A resposta a essa questão é essencial para entender a dinâmica entre economia e política em um dos conflitos mais estratégicos do mundo, com implicações que transcendem a Ásia-Pacífico e influenciam o equilíbrio de poder global. Nesse sentido, este estudo não só busca oferecer uma análise aprofundada da relação sino-taiwanesa no decorrer dos anos, mas também procura contribuir para a compreensão de como as interdependências econômicas funcionam como moderadores de crises em contextos de rivalidade.

Para que tal questionamento possa ser respondido o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o impacto das crises geopolíticas nas relações comerciais entre China e Taiwan entre os anos de 2000 e 2022, investigando como os eventos políticos influenciam os fluxos de importação e exportação entre os dois lados do Estreito de Taiwan. Esse objetivo

parte da compreensão de que as crises geopolíticas não apenas afetam a estabilidade regional, mas também impactam diretamente a dinâmica econômica entre as duas nações, especialmente em um contexto de interdependência comercial que, por si só, desafia as tensões políticas.

Para alcançar esse propósito amplo, o estudo se estrutura em torno de três objetivos específicos que complementam a análise e sustentam o desenvolvimento do tema. Em primeiro lugar, busca-se apresentar as origens e o desenvolvimento histórico do conflito entre China e Taiwan, além dos conceitos teóricos que são fundamentais para a interpretação desse embate. Com isso, objetiva-se fornecer uma base sólida que permita ao leitor entender as raízes da rivalidade sino-taiwanesa e o contexto no qual as tensões contemporâneas emergem, recorrendo a teorias de interdependência, soberania e securitização.

O segundo objetivo específico consiste em identificar e analisar os momentos de crise geopolítica ocorridos durante o período de estudo, destacando eventos políticos, decisões legislativas e ações militares que influenciaram as relações bilaterais. Esse aspecto do trabalho é crucial para mapear os pontos de tensão e ilustrar como cada crise configura um desafio específico para a estabilidade das relações sino-taiwanesas. Os eventos analisados, como eleições, leis anti-secessão e manifestações de apoio de aliados estratégicos, são peças-chave para compreender as respostas e reações de ambos os lados, que vão desde sanções econômicas até demonstrações de força militar.

Finalmente, o terceiro objetivo específico é examinar os dados de importações e exportações entre China e Taiwan ao longo do período investigado, destacando flutuações e padrões que possam estar correlacionados com esses momentos de crise. A análise quantitativa do comércio bilateral permitirá identificar se e como cada crise impactou os volumes de comércio, verificando a resiliência ou vulnerabilidade das relações comerciais diante de tensões políticas. Esses dados são fundamentais para testar a hipótese de que, apesar das crises, o comércio entre China e Taiwan se mantém firme, devido a uma interdependência econômica que transcende as diferenças políticas.

Desde o início dos anos 2000, o comércio entre China e Taiwan expandiu-se de forma expressiva, a despeito das constantes tensões políticas e disputas de soberania que permeiam a relação. A integração econômica progressiva consolidou Taiwan como um dos principais fornecedores de tecnologia e componentes eletrônicos para o mercado chinês, ao mesmo tempo em que a China se tornou um dos destinos mais importantes para as exportações taiwanesas. Contudo, essa relação de interdependência é frequentemente perturbada por crises geopolíticas, como as eleições presidenciais em Taiwan, a aprovação da Lei Anti-Secessão

pela China em 2005, e o apoio militar dos Estados Unidos a Taiwan. Esses eventos, ao mesmo tempo em que reforçam as rivalidades políticas, testam a resiliência do comércio bilateral e suscitam questões sobre a capacidade das trocas econômicas de resistirem a crises de alta intensidade (Feddersen, 2020).

O primeiro período de crise analisado ocorreu em 2000, com a eleição de Chen Shui-bian como presidente de Taiwan. Chen foi o primeiro presidente do Partido Progressista Democrático (PPD), conhecido por sua posição favorável à independência formal de Taiwan. Sua eleição marcou uma ruptura com a política anterior do Kuomintang (KMT), que defendia uma postura mais cautelosa em relação à China. Durante seu governo, Chen fez diversas declarações em prol de uma identidade taiwanesa distinta, provocando fortes reações do governo chinês. A China respondeu intensificando as pressões diplomáticas e militares, com manobras que incluíram exercícios militares próximos ao estreito, o que criou um clima de incerteza na estabilidade regional.

O segundo momento analisado corresponde a 2005, onde a situação se agravou com a promulgação da Lei Anti-Secessão pelo governo chinês, que estabelece que a China usará “meios não pacíficos” caso Taiwan declare independência formalmente. A lei, aprovada pelo Congresso Nacional do Povo da China, foi uma resposta direta à crescente mobilização pró-independência em Taiwan e enviou um sinal claro de que a China considera a reunificação com Taiwan uma prioridade de segurança nacional. Esse evento gerou uma forte reação internacional e levou à retração temporária nas relações comerciais, com empresas taiwanesas demonstrando cautela diante do aumento da militarização chinesa.

Uma terceira crise significativa ocorreu em 2016, com a eleição de Tsai Ing-wen, também do Partido Progressista Democrático, para a presidência de Taiwan. Assim como Chen Shui-bian, Tsai defendeu uma postura de resistência às pressões de Pequim, promovendo políticas que enfatizavam uma identidade taiwanesa distinta. Em resposta, a China intensificou as pressões econômicas e diplomáticas, cortando laços oficiais e limitando as interações entre os governos locais dos dois lados. Além disso, houve um aumento nas atividades militares chinesas no estreito, incluindo sobrevoos frequentes da Força Aérea Chinesa próximos ao espaço aéreo de Taiwan.

Entre 2019 e 2020, a situação geopolítica se intensificou novamente devido à escalada militar da China no Estreito de Taiwan e ao crescente apoio dos Estados Unidos à defesa de Taiwan. Durante esse período, a China aumentou consideravelmente sua presença militar na região, realizando exercícios navais e aéreos próximos ao território taiwanês. Simultaneamente, a aprovação de leis pró-Taiwan no Congresso dos Estados Unidos,

incluindo o Taiwan Allies International Protection and Enhancement Initiative (TAIPEI) Act, que busca reforçar o status diplomático de Taiwan, foi percebida como uma provocação por Pequim. Esse período coincidiu com o início da pandemia de COVID-19, aumentando ainda mais as tensões e gerando incertezas sobre as cadeias de suprimentos, uma vez que Taiwan é um importante fornecedor de semicondutores e componentes eletrônicos para o mercado global.

Por fim, o último momento de crise a ser analisado ocorreu em 2022, com a visita da então presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, a Taiwan desencadeou uma das crises mais intensas da última década. A visita foi considerada pela China como uma provocação direta e uma violação do princípio de "Uma Só China", resultando em uma série de represálias diplomáticas e militares. O governo chinês respondeu com exercícios militares de grande escala ao redor de Taiwan, que simularam um bloqueio da ilha, aumentando a pressão sobre a segurança regional.

Essas crises, ao longo de duas décadas, revelam um padrão em que episódios de intensificação das tensões políticas e que podem levar a crises no comércio bilateral. No decorrer deste trabalho, cada uma dessas crises será analisada em detalhes, com o objetivo de entender como a interdependência econômica entre China e Taiwan reage a essas pressões políticas e quais lições podem ser extraídas sobre a resiliência do comércio em contextos de conflito geopolítico.

Para tal, a análise comercial é realizada a partir dos dados numéricos referentes às importações e exportações entre China e Taiwan se concentrando a partir de 2000, período em que os registros comerciais bilaterais se tornaram mais precisos, documentados e acessíveis, possibilitando uma avaliação mais fiel e abrangente das relações comerciais entre China e Taiwan. Nesse tópico, os dados utilizados para a análise das relações comerciais sino-taiwanesas foram recolhidos e compilados a partir do "China Statistical Yearbook" a partir de 1999, data da publicação do primeiro documento, até 2022.

O China Statistical Yearbook é elaborado pelo National Bureau of Statistics of China (NBS), órgão que desempenha um papel fundamental na coleta, análise e divulgação de dados econômicos e sociais da China. Criado com o objetivo de monitorar o desenvolvimento econômico e social do país, o NBS é responsável pela publicação de estatísticas oficiais que abrangem uma ampla gama de indicadores, incluindo PIB, inflação, comércio exterior e dados populacionais. No contexto das relações comerciais entre China e Taiwan, o NBS oferece informações sobre as trocas comerciais e fluxos econômicos entre o continente e outras regiões, embora esses dados sejam apresentados conforme a política oficial de "Uma Só

China”, o que significa que Taiwan é frequentemente incluído em registros específicos, mas não reconhecido como uma entidade independente.

O China Statistical Yearbook, publicado pelo NBS desde 1999, consolidou-se como uma das principais fontes de dados sobre a economia chinesa, incluindo as relações comerciais. Com a primeira edição lançada exatamente nesse ano, o Yearbook marca um período em que o governo chinês passou a fornecer estatísticas mais acessíveis e detalhadas sobre diversos aspectos da economia e das interações internacionais do país, incluindo, de forma indireta, as transações com Taiwan. A partir de 1999, o Yearbook passou a reunir estatísticas sobre o comércio exterior, possibilitando uma visão mais completa e organizada das importações e exportações chinesas, classificadas por produtos e países ou regiões.

A publicação do Yearbook em 1999 coincide com um período de abertura gradual e crescente interdependência econômica entre China e Taiwan. Com a aproximação econômica, o NBS começou a incluir dados mais específicos e detalhados sobre o comércio com Taiwan, permitindo um monitoramento mais sistemático das transações. No entanto, vale ressaltar que, devido à ausência de um relacionamento diplomático formal entre China e Taiwan e à sensibilidade política do tema, esses dados são muitas vezes apresentados de forma agregada, sem a mesma precisão que os dados para outros países, e podem conter limitações relacionadas ao reconhecimento de Taiwan.

Nesse tópico, a ausência de dados numéricos detalhados sobre as relações comerciais entre China e Taiwan no período anterior a 1999 pode ser justificada por vários fatores históricos e políticos que dificultaram o registro e a transparência dessas transações. Primeiro, é importante considerar que, até o final da década de 1980, a China e Taiwan mantinham uma política de isolamento econômico mútuo, devido à rivalidade ideológica e às questões de soberania que permeavam o conflito. Durante grande parte do século XX, ambos os lados viam-se como representantes legítimos da “China”, o que inviabilizava uma aproximação oficial ou o estabelecimento de relações comerciais diretas.

Somente na década de 1990, com o gradual processo de abertura econômica de Taiwan e a adoção de reformas econômicas mais amplas na China, é que os laços comerciais começaram a ser formalmente estabelecidos. No entanto, a ausência de um relacionamento diplomático oficial e de mecanismos de coleta e divulgação de dados bilaterais limitou o registro sistemático dessas trocas. O comércio, quando ocorria, muitas vezes era intermediado por terceiros países, especialmente Hong Kong, servindo como plataforma indireta para a troca de mercadorias e investimentos entre os dois lados. Essa triangulação dificultou o

monitoramento e a transparência dos fluxos comerciais, deixando lacunas significativas nos dados.

Adicionalmente, o estabelecimento do "Ato de Relações com Taiwan" nos Estados Unidos em 1979 e as políticas internas da China e de Taiwan influenciaram as possibilidades de comércio direto. Somente após a flexibilização dessas políticas e o início do processo de "Três Links" (comunicação postal, transporte e comércio) na década de 2000 é que o comércio direto começou a ser consolidado. Por essas razões, os dados anteriores a 1999 são escassos e, quando disponíveis, refletem informações parciais que não representam a totalidade das interações comerciais diretas entre China e Taiwan.

Assim, o NBS e o China Statistical Yearbook são ferramentas essenciais para a análise das relações econômicas e comerciais da China, e seu início em 1999 fornece uma linha de base importante para acompanhar o crescimento das trocas comerciais com Taiwan, facilitando estudos como este que buscam entender o impacto das crises geopolíticas sobre o comércio bilateral a partir de uma base de dados consolidada e acessível.

A pesquisa se justifica pela relevância estratégica do tema para a área de Relações Internacionais, uma vez que as relações entre China e Taiwan afetam diretamente a estabilidade regional e o equilíbrio de poder na Ásia. Além disso, o papel da Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC) e de outros fornecedores taiwaneses na cadeia global de semicondutores exemplifica como a continuidade das trocas comerciais entre os dois lados do estreito é crucial para setores tecnológicos globais, tornando a análise ainda mais pertinente (The Economist, 2023). Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para os debates sobre interdependência econômica, comércio em contextos de conflito e a relação entre economia e política em disputas territoriais, oferecendo uma aplicação prática das teorias da interdependência e da securitização.

A China é um dos países mais influentes e poderosos do mundo, tanto em termos econômicos quanto geopolíticos, e sua relevância no cenário internacional é profunda e multifacetada. Desde as reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping na década de 1970, a China passou de uma economia predominantemente agrária e isolada para uma potência econômica e industrial global (Washington Post, 2023). Atualmente, a China possui a segunda maior economia do mundo em termos de Produto Interno Bruto (PIB) nominal e é a maior em paridade de poder de compra (PPC), tornando-se um dos motores do crescimento econômico global.

Um dos principais aspectos da importância da China é sua posição como "fábrica do mundo". A China lidera a produção e exportação de bens manufaturados, especialmente em

setores como eletrônicos, maquinaria e produtos têxteis. Empresas ao redor do globo dependem da produção chinesa para suas cadeias de suprimentos, e os consumidores, em quase todos os países, compram produtos fabricados ou montados na China. A integração da China na economia mundial levou a um aumento significativo no comércio global e em investimentos estrangeiros diretos, consolidando sua posição como um ator econômico indispensável (Norton, 2024). Além disso, a China é um dos maiores consumidores de matérias-primas e energia, influenciando diretamente os preços e a demanda por commodities, como petróleo, gás, minério de ferro e alimentos, afetando, assim, a economia de diversos países exportadores desses produtos.

No campo da inovação e da tecnologia, a China também tem mostrado um crescimento acelerado. Empresas chinesas, como Huawei, Alibaba e Tencent atuam de forma integrada à demanda chinesa, desempenhando um papel central em setores de ponta, como inteligência artificial, telecomunicações e semicondutores. Esse avanço tecnológico não só aumenta a competitividade da China em setores estratégicos, mas também desafia o domínio de potências ocidentais nessas áreas, especialmente dos Estados Unidos (Washington Post, 2023). O governo chinês apoia ativamente o desenvolvimento de tecnologias avançadas por meio de programas de incentivo e políticas industriais, como o “Made in China 2025”, visando à autossuficiência e ao domínio em tecnologias de última geração.

No âmbito geopolítico, a China possui uma agenda de expansão de sua influência e busca consolidar-se como líder regional e, em longo prazo, uma potência global. Iniciativas como a Nova Rota da Seda (ou Belt and Road Initiative - BRI) são exemplos do soft power chinês, através do qual o país investe em infraestrutura, comércio e desenvolvimento em várias regiões do mundo, principalmente na Ásia, África e Europa (McCarthy, 2023). Esse projeto não apenas cria laços econômicos mais fortes com diversos países, mas também fortalece a presença estratégica da China, aumentando sua influência política e econômica globalmente.

Além disso, a China mantém uma postura assertiva em disputas territoriais, como no Mar do Sul da China, e em questões de reunificação com Taiwan, o que ressalta sua importância na estabilidade da região Ásia-Pacífico. A questão de Taiwan, em particular, é central para a política externa chinesa e é vista como uma questão de soberania nacional. O aumento da influência e presença militar da China na região gera preocupações entre seus vizinhos e nos Estados Unidos, levando a uma dinâmica de rivalidade e a um fortalecimento das alianças de defesa, como o Quad (EUA, Japão, Índia e Austrália).

A importância da China no cenário internacional, portanto, vai muito além da sua dimensão econômica; ela se manifesta na maneira como o país molda as dinâmicas de poder regionais e globais. Ao buscar um papel mais destacado e assertivo, a China desafia a ordem global existente e pressiona outros países a ajustarem suas políticas para lidar com o crescente poder chinês, o que torna o país uma peça central para a geopolítica contemporânea.

Taiwan, apesar de ser uma ilha relativamente pequena e com uma população de cerca de 23 milhões de pessoas, desempenha um papel estratégico e econômico desproporcional no cenário internacional. A relevância de Taiwan advém principalmente de sua posição geopolítica e de sua importância como potência tecnológica, especialmente na produção de semicondutores, que são componentes essenciais para a indústria de tecnologia global.

Taiwan é o lar da Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC), a maior fabricante de semicondutores do mundo, responsável por produzir chips avançados para gigantes da tecnologia como Apple, Nvidia, e Qualcomm. Os semicondutores são o "cérebro" da eletrônica moderna, sendo fundamentais para a fabricação de smartphones, computadores, automóveis, e uma gama de dispositivos eletrônicos. A capacidade de Taiwan em fornecer semicondutores avançados é uma vantagem estratégica, que não apenas reforça sua economia, mas também sua posição no cenário internacional (The Economist, 2023). Essa importância ficou ainda mais evidente durante a pandemia de COVID-19, quando a escassez de semicondutores prejudicou a produção industrial global, destacando a dependência das cadeias de suprimentos globais em relação à indústria taiwanesa.

Do ponto de vista geopolítico, Taiwan ocupa uma posição altamente estratégica no Estreito de Taiwan, uma via marítima crítica que conecta o Mar do Sul da China ao Pacífico e é uma rota importante para o comércio marítimo global. A ilha também se encontra em uma região chave da Ásia Oriental, ao lado de potências regionais como China, Japão e Coreia do Sul, e próximo das principais bases militares dos Estados Unidos no Pacífico. Essa localização estratégica torna Taiwan um ponto de interesse tanto para os Estados Unidos quanto para a China (Arcuri & Lu, 2022). Para Pequim, Taiwan é considerada uma província rebelde e a sua reunificação é uma prioridade política e de segurança nacional. A posição chinesa é que Taiwan deve ser reunificada com o continente, mesmo que o uso da força seja necessário, conforme previsto pela Lei Anti-Secessão de 2005. Esse interesse chinês em Taiwan está intimamente ligado à visão de integridade territorial e ao desejo de assegurar uma presença no Pacífico Ocidental.

Para os Estados Unidos e seus aliados, Taiwan é vista como um baluarte contra a expansão da influência chinesa. Em função disso, os EUA mantêm uma política de

“ambiguidade estratégica”, onde apoiam Taiwan politicamente e militarmente, embora não reconheçam oficialmente a independência da ilha. Esse apoio é materializado em vendas de armas e em declarações de defesa da democracia taiwanesa, o que muitas vezes resulta em tensões com Pequim (Sacks, 2023). Assim, Taiwan se torna um ponto de convergência e conflito entre as duas maiores potências globais, China e Estados Unidos, e seu status é central para a estabilidade regional.

Além disso, Taiwan é membro de várias organizações internacionais, embora não tenha uma representação oficial na ONU devido à pressão diplomática da China. Contudo, o país participa como "Taipei Chinês" em organizações como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), o que permite que a ilha exerça influência diplomática e coopere internacionalmente em questões como saúde, comércio e segurança como evidenciado por Drun (2022). A crescente influência econômica e a importância tecnológica de Taiwan, combinadas com sua posição estratégica, tornam-na uma peça-chave no equilíbrio de poder da Ásia-Pacífico e um foco de interesse para as principais potências globais .

Em linhas gerais, Taiwan é uma economia de alta tecnologia com uma relevância crucial nas cadeias de suprimentos globais e um ponto estratégico no Pacífico, o que a torna central para a geopolítica regional e mundial. Sua posição como uma democracia e seu importante papel como produtora de semicondutores a colocam no centro das tensões entre China e Estados Unidos, e a ilha continua a desempenhar um papel relevante no cenário internacional, tanto como parceiro econômico quanto como um ator estratégico em um dos contextos geopolíticos

Assim, visando a complexidade do tema, a pesquisa se encontra dividida em três capítulos. O primeiro capítulo busca explorar a complexidade do conflito entre China e Taiwan, abordando as raízes históricas que moldaram as relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan com objetivo de compreender as motivações desse conflito que perdura até os dias atuais. A análise se inicia com a Guerra Civil Chinesa, que levou à separação política entre o governo comunista de Mao Zedong, que permaneceu no continente, e o governo nacionalista de Chiang Kai-shek, que se refugiou em Taiwan após sua derrota. Esta divisão, ocorrida em 1949, foi marcada por uma série de eventos políticos e ideológicos que colocaram o Partido Nacionalista Chinês (KMT) e o Partido Comunista Chinês (PCC) em lados opostos de uma disputa pela legitimidade sobre o território chinês, gerando tensões duradouras que persistem até os dias atuais. Além disso, o capítulo contextualiza as influências internacionais que moldaram o conflito, especialmente o papel dos Estados

Unidos como aliado de Taiwan no período pós-guerra. A política de “Uma Só China” defendida pela República Popular da China (RPC) entra em choque com o apoio militar e diplomático norte-americano a Taiwan, que vê a ilha como uma democracia autônoma. A seção final do capítulo examina como a rivalidade entre esses atores se desenvolveu ao longo das décadas, consolidando o embate geopolítico que define a relação sino-taiwanesa nos anos seguintes.

O segundo capítulo centra-se nas crises geopolíticas que marcaram o Estreito de Taiwan durante o século XX, um período de intensas hostilidades que culminou em três crises principais entre os anos 1950 e 1990. Neste capítulo busca-se explorar detalhadamente essas crises, começando com a Primeira Crise do Estreito de Taiwan (1954-1955), onde disputas territoriais e demonstrações de força militar evidenciaram a disposição de ambos os lados em defender seus interesses no estreito. O capítulo também aborda a Segunda Crise do Estreito de Taiwan (1958), na qual a escalada das hostilidades se intensificou com o bombardeio de ilhas controladas por Taiwan. Na seção final, a análise se volta para a Terceira Crise do Estreito de Taiwan (1995-1996), quando a realização de testes de mísseis pela China, em resposta a visitas diplomáticas taiwanesas aos Estados Unidos, quase levou a um confronto direto. Este capítulo procura ilustrar como esses episódios moldaram as percepções de segurança e ameaça na região e reforçaram a presença militar dos Estados Unidos no estreito, configurando um legado de hostilidade que influenciou a política externa de ambos os lados nas décadas seguintes e que influencia as relações inter-estreito até os dias atuais.

No terceiro e último capítulo, são analisadas as crises geopolíticas do século XXI, um período em que as relações entre China e Taiwan continuaram a ser marcadas por episódios de tensão, mas com impactos diretos nas trocas comerciais entre os dois. A análise começa com a eleição de Chen Shui-bian em 2000, do Partido Progressista Democrático (PPD), que despertou preocupações na China devido à sua plataforma pró-independência. Outro evento central é a aprovação da Lei Anti-Secessão pela China em 2005, uma medida legislativa que autoriza o uso de força militar contra Taiwan caso declare independência formal. O capítulo busca examinar os efeitos desses eventos nas importações e exportações entre os dois lados do estreito, detalhando como a interdependência econômica se comporta em períodos de crise. São apresentadas tabelas e gráficos que demonstram flutuações comerciais em resposta às tensões políticas, com foco em momentos de escalada como o aumento das ações militares chinesas em 2022, relacionadas à visita de Nancy Pelosi a Taiwan. Dessa forma, o capítulo tenta revelar o complexo equilíbrio entre dependência econômica e rivalidade política que caracteriza as relações sino-taiwanesas na atualidade.

Com essa estrutura, o trabalho busca oferecer uma análise abrangente e fundamentada sobre o impacto das crises geopolíticas nas relações comerciais entre China e Taiwan no período que corresponde entre 2000 e 2022, tentando proporcionar uma compreensão detalhada das dinâmicas entre economia e política em contextos de conflito.

Para que a pesquisa possa cumprir com os objetivos propostos o estudo adota uma abordagem metodológica qualitativa, buscando através desta, compreender e investigar o objeto de estudo ao se concentrar nos aspectos da realidade que não podem ser quantificados, ou seja, no aprofundamento da compreensão de grupos sociais, organizações estatais, e outros, tendo como ponto principal a compreensão de um dado fato ou assunto acerca desses indivíduos, como afirmado por Gerhardt & Silveira (2009).

Este estudo adota a abordagem metodológica hipotético-dedutiva, que se configura, segundo Lakatos & Marconi (2017), em uma abordagem que consiste em elaborar hipóteses que são deduzidas a partir de teorias existentes ou observações preliminares, e então realizar experimentos ou coletar dados para confirmar ou refutar essas hipóteses. Se trata ainda de um trabalho cujo objetivo da pesquisa pode ser categorizado como sendo de caráter descritivo e exploratório, conforme definido por Cervo (2007), pois envolve a observação, registro, análise e ainda correlaciona fatos e fenômenos, buscando descobrir a frequência com a qual certo fenômeno ocorre, sua conexão com outros e suas características partindo da formulação de uma hipótese inicial. Os procedimentos de pesquisa utilizados incluem pesquisa bibliográfica, documental, coleta e análise de dados numéricos e estudo de caso, aproveitando o embasamento histórico e teórico já existente para analisar uma conjuntura específica.

1.1. Embasamento Teórico

Para avançarmos na pesquisa, exploraremos conceitos pertinentes ao tema em questão. Dessa forma, a fundamentação teórica deste estudo irá englobar noções como Política Externa, Geopolítica, Interdependência Econômica e Securitização, a fim de aprimorar nossa compreensão.

Iniciamos introduzindo o conceito de Política Externa, no contexto das Relações Internacionais, como referindo-se ao conjunto de estratégias, decisões e ações adotadas por um Estado ou outra entidade política independente em sua interação com outros atores internacionais, como outros países, organizações internacionais e atores não estatais. Essas interações podem abranger uma variedade de áreas, como diplomacia, comércio, segurança, cooperação regional, direitos humanos e resolução de conflitos. Complementamos ainda com a definição de Hill “[...] política externa é o conjunto de relações externas oficiais conduzidas

por um ator independente (geralmente, mas não exclusivamente, um Estado) nas relações internacionais.” (Hill, 2016, p. 4, tradução nossa¹).

Assim, a Política Externa abordada no trabalho compreende as estratégias e ações adotadas pelo governo chinês e taiwanês para salvaguardar seus interesses nacionais e econômicos em um cenário internacional volátil, abrangendo desde diplomacia, negociações e alianças até medidas de retaliação e sanções. Essa abordagem é a estratégia deliberada de um Estado em relação a outros atores internacionais, como países, organizações internacionais e entidades não estatais, contemplando uma ampla gama de questões, incluindo diplomacia, segurança nacional, comércio internacional, cooperação regional, direitos humanos e resolução de conflitos (Jackson & Sørensen, 2013). No livro “Introdução às Relações Internacionais: teoria e história” os autores explicam ainda que:

A política externa envolve metas, estratégias, medidas, métodos, diretrizes, entendimentos, acordos, entre outros, pelos quais os governos nacionais conduzem relações internacionais entre si e com organizações internacionais e atores não governamentais. Todos os governos nacionais, pelo simples fato de sua existência internacional separada, são obrigados a se envolver em política externa direcionada a governos estrangeiros e outros atores internacionais (Jackson & Sørensen, 2013, p. 272).

Essas políticas são formuladas e implementadas com o objetivo de promover os interesses nacionais e alcançar objetivos específicos no cenário internacional. As políticas externas de ambos os lados são moldadas por essa contenda fundamental. A China, buscando reafirmar sua reivindicação sobre Taiwan, muitas vezes recorre a demonstrações de força, como exercícios militares nas proximidades e a imposição de barreiras comerciais. Taiwan, por sua vez, procura fortalecer laços com outras nações e entidades internacionais, buscando apoio econômico e político para contrabalançar a pressão chinesa. A Política Externa, como um campo de estudo e prática, é multifacetada e complexa, especialmente no que tange às relações entre China e Taiwan. Conforme observado por Chen & Zheng (2021), desde o início do século XXI, observou-se uma série de crises geopolíticas que impactaram diretamente o comércio bilateral, exigindo uma análise detalhada das estratégias políticas externas adotadas por ambos os governos.

A China, considerando sua posição de grande potência emergente, tem utilizado a Política Externa como um instrumento para reafirmar sua soberania e expandir sua influência econômica e política. Isso se manifesta através de uma série de iniciativas, como o

¹ “[...] foreign policy is the sum of official external relations conducted by an independent actor (usually but not exclusively a state) in international relations.” (Hill, 2016, p. 4).

desenvolvimento de novas rotas comerciais, investimentos em infraestrutura em países estratégicos através da iniciativa Belt and Road, e a participação ativa em organizações internacionais. Por outro lado, Taiwan, que busca preservar sua identidade e autonomia, enfrenta o desafio de se posicionar de maneira estratégica no cenário internacional, muitas vezes recorrendo a parcerias com potências ocidentais e participação em cadeias de suprimentos globais, especialmente em setores tecnológicos avançados (Li & Poh, 2017).

Taiwan utiliza sua Política Externa para fortalecer laços econômicos e diplomáticos que possam servir como contrapeso à influência chinesa, ao mesmo tempo em que procura manter uma relação comercial estável com a China, dada a interdependência econômica significativa entre as duas. As crises geopolíticas, como a crise do Estreito de Taiwan em 1996 e as recentes tensões militares, têm o potencial de alterar drasticamente o equilíbrio de poder e as dinâmicas comerciais na região (Kissinger, 2011). A Política Externa, neste contexto, serve como um barômetro das intenções e capacidades dos Estados, refletindo as prioridades nacionais, percepções de segurança e aspirações econômicas.

As ações e reações dos governos chinês e taiwanês frente a essas crises são formadas por uma combinação de fatores históricos, percepções de ameaça, e a busca por estabilidade e crescimento econômico. A diplomacia, como um dos pilares da Política Externa, desempenha um papel crucial na gestão dessas crises. Através de negociações e diálogo, busca-se mitigar conflitos e promover uma coexistência pacífica. No entanto, quando a diplomacia falha ou se mostra insuficiente, medidas mais assertivas podem ser adotadas, incluindo sanções econômicas, exercícios militares e, em casos extremos, ações unilaterais que podem escalar as tensões (Jackson & Sørensen, 2013).

Alianças estratégicas também são fundamentais neste cenário, com Taiwan buscando apoio internacional para garantir sua segurança e prosperidade econômica, enquanto a China procura consolidar sua posição como líder regional e global. Essas alianças podem ter implicações significativas para o comércio, pois não apenas facilitam acordos econômicos, mas também podem resultar em embargos ou restrições comerciais como forma de pressão política (Chen & Zheng, 2021).

Assim, se torna evidente que a Política Externa entre China e Taiwan é um campo dinâmico e intrínseco, onde cada movimento é calculado com precisão para equilibrar interesses nacionais com as demandas de um ambiente internacional em constante mudança. O estudo dessas relações, portanto, não só requer uma compreensão profunda dos princípios teóricos da Política Externa, mas também uma análise contextualizada das realidades geopolíticas que moldam as ações dos Estados no palco mundial.

Nesse contexto, a Geopolítica analisa como a geografia, tanto física quanto política, influencia as relações de poder no cenário global, ou seja, a “geopolítica é o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política”(Correia, 2012, p. 239).

O termo "geopolítica" tem suas raízes no século XIX, sendo influenciado por pensadores como Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén e Halford Mackinder. Ratzel argumentou que o Estado é um organismo vivo que busca expandir seu território para garantir recursos e prosperidade. Kjellén desenvolveu ainda mais esse conceito, enfatizando o papel do espaço geográfico na determinação do poder político. Mackinder introduziu a ideia do "Heartland", uma região crucial na Eurásia para o controle geopolítico global. Esses pensadores moldaram a compreensão das relações entre espaço geográfico, poder e estratégia militar, contribuindo para o desenvolvimento da geopolítica como disciplina acadêmica (Costa, 2010).

No estudo proposto, esse conceito será crucial para entender como a localização geográfica de Taiwan, sua proximidade com a China continental e as águas internacionais estratégicas moldam as tensões políticas e as dinâmicas comerciais. Assim, podemos ainda conceituar Geopolítica como sendo:

[...] o estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política (Correia, 2012, p. 238).

No contexto das relações entre China e Taiwan, a Geopolítica desempenha um papel crucial devido à sua complexidade histórica e geopolítica. A disputa pela soberania de Taiwan tem raízes profundas na história da China e continua a moldar as relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan. Enquanto a China considera Taiwan uma província rebelde e busca reunificá-la ao continente, Taiwan busca manter sua autonomia e identidade nacional, mesmo diante das pressões diplomáticas e militares chinesas (Kissinger, 2011).

A análise da geopolítica na relação entre China e Taiwan é fundamental para compreender as tensões e os desafios enfrentados por ambos os lados, bem como as implicações regionais e globais dessas dinâmicas. As relações geopolíticas entre China e Taiwan têm impactos significativos nas relações comerciais, na segurança regional e na estabilidade política do leste asiático (Kissinger, 2011).

As crises geopolíticas têm o potencial de alterar significativamente o fluxo comercial na região, mas a interdependência econômica entre China e Taiwan complica essa dinâmica. A China é um mercado vital para as exportações taiwanesas, enquanto Taiwan é uma fonte

crucial de tecnologia avançada e componentes eletrônicos para a China. Portanto, a geopolítica do Estreito de Taiwan reflete mudanças no equilíbrio de poder global e na luta pela hegemonia na Ásia-Pacífico.

A Interdependência Econômica entre China e Taiwan é um fenômeno central no contexto do conflito entre esses dois atores. Resultado de décadas de integração econômica, Taiwan desempenha um papel significativo como parceiro comercial e investidor na economia chinesa. Essa relação profunda tem diversas implicações que moldam as dinâmicas do conflito e as estratégias adotadas por ambos os lados. A interdependência econômica é um conceito presente dentro da teoria de Interdependência Complexa, desenvolvida por Nye e Keohane.

A Teoria da Interdependência, presente no Neoliberalismo, destaca as complexas interações e interconexões entre os Estados no cenário global. O liberalismo clássico nas Relações Internacionais é uma das principais abordagens teóricas que buscam compreender o comportamento dos Estados no sistema internacional. Com origem nas tradições filosóficas do Iluminismo, essa corrente teórica é fundamentada em uma visão otimista da natureza humana, na crença na racionalidade e na possibilidade de cooperação entre as nações para a promoção da paz e do progresso globais. Diferentemente do realismo, que enfatiza a anarquia e o conflito inerente ao sistema internacional, o liberalismo destaca a interdependência, o papel das instituições internacionais e a relevância de valores democráticos na construção de uma ordem internacional mais pacífica.

O Liberalismo Clássico e o Neoliberalismo são correntes teóricas das Relações Internacionais que valorizam a cooperação e o progresso no sistema internacional. Apesar de partilharem uma base comum, suas diferenças teóricas são notáveis. O liberalismo clássico, surgido no iluminismo com pensadores como Kant (2008) e Doyle (1983), enfatiza a racionalidade humana e a construção da paz por meio da cooperação internacional. O neoliberalismo, formulado por teóricos como Robert Keohane e Joseph Nye (1987) durante a Guerra Fria, moderniza o liberalismo clássico, analisando como as instituições e a interdependência moldam o comportamento estatal em um sistema anárquico.

Enquanto o liberalismo clássico destaca valores normativos como democracia e paz, o neoliberalismo foca na função pragmática das instituições. Para os neoliberais, instituições como a ONU e a OMC reduzem incertezas e facilitam a cooperação, mesmo em um sistema internacional anárquico. O liberalismo clássico reconhece o papel do comércio em diminuir conflitos (Kant, 2008; Doyle, 1983). O neoliberalismo amplia essa ideia com a Teoria da Interdependência Complexa, que destaca múltiplos canais de interação (governos, empresas,

ONGs) e temas diversos (comércio, meio ambiente). Para os neoliberais, como Robert Keohane e Joseph Nye (1987), a interdependência econômica incentiva a cooperação. Os autores complementam ainda:

O conceito de interdependência complexa tem sido negligenciado ou mal interpretado; em particular, temos dado pouca atenção à forma como uma combinação de processos domésticos e internacionais molda as preferências. A necessidade de maior atenção à política doméstica e suas ligações com a política internacional nos leva a acreditar que a pesquisa apenas no nível sistêmico pode ter alcançado um ponto de retornos decrescentes (Nye & Keohane, 1987, p.752-753, tradução nossa²).

Além da esfera econômica, a teoria da interdependência abrange a transferência de tecnologia e a interação cultural entre os Estados. A disseminação de conhecimento técnico e o compartilhamento de valores culturais contribuem para uma rede complexa de interações que transcende fronteiras nacionais. A teoria da interdependência reconhece a existência de múltiplos canais de comunicação entre os Estados, incluindo não apenas as relações formais entre governos, mas também interações entre elites não governamentais, organizações transnacionais e outras formas de comunicação global.

Uma extensão dessa teoria é a chamada "Interdependência Complexa", que destaca a multiplicidade de atores na arena internacional. Nessa perspectiva, o Estado deixa de ser o único ator relevante, dando lugar a uma rede de agentes que desempenham papéis importantes nas relações internacionais. Quando os Estados estão interligados em várias dimensões, há menos incentivos para buscar conflitos diretos. A gestão cuidadosa das relações torna-se crucial, e a cooperação em questões de interesse comum torna-se uma estratégia mais eficaz (Nye & Keohane, 1987).

No contexto sino-taiwanês, a interdependência se manifesta em diversas dimensões, com implicações profundas nas relações bilaterais. A economia é um dos principais elementos, uma vez que ambas as partes possuem laços comerciais substanciais. Taiwan é um importante parceiro comercial da China, sendo uma fonte significativa de investimentos e uma peça-chave nas cadeias de suprimentos regionais. Essa interdependência econômica cria uma situação na qual ambas as partes têm interesses significativos na estabilidade da região. Uma escalada no conflito teria impactos econômicos consideráveis para ambos, incentivando uma abordagem mais cautelosa na gestão das tensões. Os princípios da teoria da

² The concept of complex interdependence has been bypassed or misinterpreted; in particular, we have paid too little attention to how a combination of domestic and international processes shape preferences. The need for more attention to domestic politics, and its links to international politics, leads us to believe that research at the systemic level alone may have reached a point of diminishing returns (Nye & Keohane, 1987, p.752-753).

interdependência sugerem que, em um ambiente economicamente interligado, os Estados têm menos incentivos para buscar confrontos diretos devido às possíveis perdas ocasionadas por tais disputas (Nye & Keohane, 1987).

Por um lado, a interdependência econômica pode atuar como um fator de estabilidade, pois tanto China quanto Taiwan têm interesse em manter relações comerciais estáveis para sustentar seus respectivos crescimentos econômicos. A interrupção dessas relações comerciais teria impactos negativos significativos em ambas as economias, incluindo perda de empregos, redução de investimentos e declínio do bem-estar social. Portanto, há um incentivo mútuo para evitar conflitos que possam prejudicar gravemente esses interesses econômicos.

No entanto, a interdependência econômica também pode criar vulnerabilidades e desafios para ambas as partes. Taiwan, por exemplo, pode se tornar economicamente vulnerável a pressões políticas e coercitivas da China, que pode usar seu poder econômico como ferramenta de pressão em disputas políticas e territoriais. Além disso, a profunda integração econômica de Taiwan com a China pode limitar sua capacidade de agir de forma independente em questões políticas e de segurança, comprometendo sua autonomia.

Ademais, a interdependência econômica entre China e Taiwan pode ter ramificações para a estabilidade regional e global. O aumento das tensões entre os dois lados do Estreito de Taiwan pode criar incerteza nos mercados financeiros e minar a confiança dos investidores na região, levando a uma maior volatilidade econômica e incerteza geopolítica. Portanto, a gestão eficaz da interdependência econômica é essencial para promover a estabilidade e evitar conflitos prejudiciais na região, que possam acarretar em crises econômicas e, ou, comerciais.

Em suma, a Interdependência Econômica é um fator significativo que molda as dinâmicas do conflito entre China e Taiwan. Embora possa atuar como um fator de estabilidade, também apresenta desafios complexos e potencialmente desestabilizadores que exigem uma abordagem cuidadosa e estratégica por parte de ambos os lados. Reconhecer e compreender os impactos da interdependência econômica é crucial para compreender as nuances das relações comerciais entre os Estados.

Outro conceito de extrema relevância para a pesquisa é o da Securitização, introduzido pela Escola de Copenhague, crucial para entender as dinâmicas do conflito entre China e Taiwan. Securitização refere-se ao processo pelo qual questões políticas são transformadas em questões de segurança, justificando medidas extraordinárias para lidar com ameaças percebidas. Este conceito é particularmente relevante no contexto sino-taiwanês, onde questões de identidade nacional, soberania e integridade territorial são frequentemente enquadradas como ameaças existenciais que necessitam de respostas drásticas.

A securitização é um processo discursivo pelo qual um ator (geralmente um Estado) declara uma determinada questão como uma ameaça à sua sobrevivência, permitindo a adoção de medidas extraordinárias para enfrentar essa ameaça. Segundo Buzan, Wæver e Wilde, "No discurso de segurança, uma questão é dramatizada e apresentada como uma questão de prioridade suprema; assim, ao rotulá-la como segurança, um agente reivindica a necessidade e o direito de tratá-la por meios extraordinários." (Buzan, Wæver, Wilde, 1997, p. 26, tradução nossa³)

No caso do conflito China-Taiwan, a securitização é evidente nas narrativas de ambos os lados. A China considera Taiwan como uma província rebelde e enquadra a questão de Taiwan como uma ameaça à sua soberania e integridade territorial. Essa narrativa de segurança promovida por Pequim justifica uma série de medidas, desde a pressão diplomática até a demonstração de força militar, para reafirmar sua reivindicação sobre Taiwan. A China desenvolveu capacidades militares avançadas, incluindo sistemas de mísseis anti-navio e capacidades de guerra eletrônica, com o objetivo de limitar a intervenção dos Estados Unidos e de outros atores internacionais em caso de um conflito no Estreito de Taiwan. Dessa forma, a securitização serve como uma ferramenta para legitimar ações militares sob o pretexto de proteger a integridade territorial da China e reforçar sua postura ativa em relação a Taiwan (Small Wars Journal, 2022).

Taiwan, por sua vez, securitiza a ameaça representada pela China continental, enfatizando a necessidade de garantir sua autonomia e segurança. Essa abordagem justifica a busca por alianças estratégicas com outras potências, como os Estados Unidos, e o fortalecimento de suas capacidades defensivas. A percepção de uma ameaça existencial por parte da China legitima medidas extraordinárias para salvaguardar sua autonomia e identidade nacional. As dinâmicas de securitização em Taiwan são fortemente influenciadas por suas políticas internas e pela percepção da ameaça chinesa. O Partido Progressista Democrático (PPD), atualmente no poder, adota uma postura de fortalecimento das capacidades de defesa de Taiwan e de busca de apoio internacional, particularmente dos Estados Unidos. Em contraste, o Partido Nacionalista (KMT) tende a favorecer a redução das tensões através de laços econômicos e culturais mais próximos com Pequim, embora essa abordagem tenha perdido popularidade após a repressão chinesa em Hong Kong em 2020 (The Chicago Council on Global Affairs, 2023).

³ In security discourse, an issue is dramatized and presented as an issue of supreme priority; thus, by labeling it as security, an agent claims a need for and a right to treat it by extraordinary means (Buzan, Wæver, Wilde, 1997, p. 26).

Desse modo, a percepção de ameaças existenciais por parte da China continental é um fator crucial que justifica a busca de medidas extraordinárias e o fortalecimento de alianças estratégicas, refletindo as diferentes abordagens políticas internas em Taiwan e suas implicações na política internacional. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da teoria da securitização, conforme descrita por Buzan, Wæver e Wilde no livro “Security: A New Framework for Analysis”, os autores elaboram:

"Segurança" é o movimento que leva a política além das regras estabelecidas do jogo e enquadra a questão como um tipo especial de política ou como algo acima da política. A securitização pode, portanto, ser vista como uma versão mais extrema da politização. Em teoria, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro que vai desde não politizada (...) até securitizada (significando que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, requerendo medidas de emergência e justificando ações fora dos limites normais do procedimento político) (Buzan; Wæver; Wilde, 1997, p. 23-24, tradução nossa⁴).

Essa definição enfatiza que a securitização ocorre quando uma questão é tratada como uma ameaça existencial, justificando a adoção de medidas emergenciais e ações que transcendem os procedimentos políticos normais.

Além disso, a securitização pode levar à criação de políticas econômicas destinadas a reduzir a dependência econômica mútua. Taiwan, preocupada com a possibilidade de coerção econômica por parte da China, tem buscado diversificar seus parceiros comerciais e reduzir sua vulnerabilidade às pressões econômicas chinesas. Da mesma forma, a China pode usar sua influência econômica para pressionar Taiwan e outros países a não reconhecerem a soberania taiwanesa, impactando diretamente o fluxo de comércio e investimentos.

Assim, se torna perceptível que a Securitização é um conceito central para compreender a complexidade das relações entre China e Taiwan. A transformação de questões políticas em questões de segurança justifica medidas extraordinárias que afetam profundamente as dinâmicas comerciais e políticas entre os dois atores. Compreender esse processo é extremamente relevante para a análise das estratégias adotadas por ambos os lados e as implicações para o futuro das relações sino-taiwanesas.

Assim, torna-se perceptível que esses conceitos são de suma importância e se complementam, uma vez que a Geopolítica é essencial para analisar a interação entre a

⁴"Security" is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (...) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure) (Buzan, Wæver, Wilde, 1997, p. 23-24).

Política Externa e as crises geopolíticas, oferecendo insights sobre as motivações e consequências das ações dos Estados no palco internacional, a Interdependência Econômica surge ainda para aprofundar a compreensão sobre tais conceitos aplicados ao objeto de estudo e a Securitização preenche as lacunas auxiliando no entendimento de como certos temas, como a questão de Taiwan, são tratados como questões de segurança que exigem medidas extraordinárias. No caso de China e Taiwan, a geopolítica não apenas molda as relações comerciais, mas também tem implicações profundas para a segurança regional e a ordem mundial. Assim, com base principal nesses fundamentos, examinaremos o impacto das crises geopolíticas entre China e Taiwan nas trocas comerciais entre os dois países durante o período de 2000 a 2022.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO DO CONFLITO CHINA-TAIWAN

O conflito entre China e Taiwan possui raízes profundas na história chinesa, especialmente na guerra civil chinesa e nas ideologias políticas conflitantes representadas pelo Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang - KMT) e pelo Partido Comunista da China (PCCCh). No entanto, para compreender integralmente as nuances do conflito, é necessário retroceder ainda mais na história, uma vez que a complexidade do conflito entre China e Taiwan é multifacetada, com camadas de eventos históricos, influências culturais e políticas que se entrelaçam ao longo dos séculos.

Para entender a complexidade do conflito, é essencial recapitular o final da dinastia Qing e o surgimento da República da China (ROC). Como pode ser observado por Lyrio (2010), a queda da dinastia Qing em 1911, marcada pela Revolução Xinhai, abriu caminho para a criação de uma república sob a liderança de Sun Yat-sen e do Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang). Contudo, a transição para a república foi instável, e a China enfrentou diversas dificuldades internas e externas, incluindo a invasão japonesa e a subsequente Segunda Guerra Mundial. A revolução que derrubou a dinastia Qing foi motivada por um desejo de modernização e de libertação das garras das potências imperialistas estrangeiras que haviam dominado o cenário chinês por décadas.

A queda da dinastia Qing, o último regime imperial da China, marcou o início de um período tumultuado de transformação e revolução. A dinastia Qing, que havia governado a China desde 1644, enfrentou pressões internas e externas crescentes, culminando em sua queda em 1911. Segundo Dingle (1912), este evento deu início à Revolução Chinesa, um período de grande agitação política e social que buscava modernizar a China e afastar as influências imperialistas estrangeiras. Dessa forma, o colapso da dinastia Qing não apenas encerrou uma era de governo imperial, mas também lançou a China em uma fase de incerteza e luta pelo poder, onde diferentes facções lutavam para moldar o futuro do país.

Em 1885, o governo Qing estabeleceu Taiwan como uma província e nomeou Liu Mingchuan como seu primeiro governador provincial. Para Chu e Lin (2001), Liu enfrentou o desafio de modernizar a ilha e fortalecê-la contra incursões estrangeiras na China, no entanto, Taiwan havia sido negligenciada por séculos pelos governos chineses, servindo principalmente como fronteira para imigrantes chineses pobres. Durante o período Qing, a ilha era governada por mandarins ausentes, baseados principalmente em Fujian, que viam Taiwan como uma periferia caótica e doente. Assim, quando a China cedeu Taiwan ao Japão pelo Tratado de Shimonoseki em abril de 1895, após a guerra sino-japonesa, os japoneses herdaram um projeto de modernização sob um contexto político radicalmente diferente. A

transferência de Taiwan para o controle japonês marcou o início de um novo capítulo na história da ilha, um capítulo que traria tanto progresso quanto opressão.

Taiwan, uma ilha localizada a cerca de 160 km da costa sudeste da China, teve uma história complexa com a China continental. Conforme observado por Lyrio (2010), após a Primeira Guerra Sino-Japonesa em 1895, Taiwan foi cedida ao Japão pela dinastia Qing. Somente após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, a ilha foi devolvida à China. Entretanto, a guerra civil chinesa que se seguiu complicou a situação, resultando na separação política de Taiwan da China continental quando o KMT se retirou para a ilha em 1949 após sua derrota para os comunistas liderados por Mao Zedong. A separação entre Taiwan e a China continental foi o resultado de uma série de eventos históricos que culminaram em um cisma profundo e duradouro entre as duas entidades.

Figura 1- Taiwan



Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc, 2005.

Os japoneses enfrentaram um desafio duplo: suprimir a resistência armada para estabelecer o governo colonial e integrar politicamente, economicamente e culturalmente cerca de 2,5 milhões de imigrantes chineses no crescente império japonês. Os teóricos coloniais japoneses, influenciados pelas práticas ocidentais, inicialmente consideraram os povos colonizados como pertencentes a uma raça inferior que deveria ser aculturada sob a orientação japonesa. Chu e Lin (2001) ressaltam que, no entanto, a proximidade geográfica e a afinidade racial entre os japoneses e os taiwaneses levaram os governantes coloniais a integrar a nova colônia mais estreitamente à pátria, promovendo um tratamento relativamente igualitário dos povos colonizados. Essa política foi refletida no relatório de Hara Takashi ao Bureau de Assuntos de Taiwan em 1896, que defendia a assimilação dos taiwaneses como japoneses iguais, embora essa abordagem tenha se mostrado impraticável devido a considerações políticas e militares. Assim, a política de assimilação se configurou em um processo complicado e controverso, repleto de resistências e adaptações por ambas as partes.

A estratégia colonial japonesa em Taiwan evoluiu para um estado liderado por uma elite eficiente, sob a liderança de Goto Shinpei, que implementou políticas baseadas em pesquisas extensivas sobre a ilha. A estrutura do regime colonial japonês foi moldada pelo "princípio biológico" introduzido por Goto Shinpei, o administrador civil de Kodama Gentaro, que se tornou o quarto governador-geral de Taiwan em 1898. Sob esse princípio, os taiwaneses foram governados levando em conta suas características locais distintas dos japoneses. Chu e Lin (2001) relatam que entre 1898 e 1903, extensas pesquisas foram conduzidas sobre a geografia, terras, costumes tradicionais e demografia de Taiwan, resultando na apropriação de terras não reclamadas, reformas fiscais e monopolização de indústrias-chave para alcançar independência financeira. Essa abordagem meticulosa e de caráter científico dos japoneses na administração de Taiwan resultou em significativas transformações na infraestrutura e na economia da ilha.

Voltando para a China Continental, no início do século XX, a China experimentou crescente agitação nacionalista, exemplificada pela "revolta dos boxers" em 1902, uma insurreição liderada por uma sociedade secreta. Coggiola (1985) relata que, em 1905 duas sociedades, a Liga pelo Renascimento da China (Xin Zhong Hui) e a Liga pela Regeneração da China (Guang Fu Hui), se fundiram para formar a Liga Revolucionária da China (Dong Meng Hui), sob a liderança do Dr. Sun Yat-sen. O objetivo dessa Liga era libertar a China do controle estrangeiro, representado pela dinastia Qing e pelas potências imperialistas que haviam dividido o país em várias concessões territoriais e econômicas.

A revolução que se espalhava pelo país atingiu seu ápice com a queda da monarquia da dinastia Qing, em outubro de 1911. O império estava desmoronado, mas a influência estrangeira permanecia. O desafio era remover esses vestígios, e essa responsabilidade recaiu sobre o partido nacionalista liderado por Sun Yat-sen, que foi nomeado presidente da República da China após a derrubada da monarquia. A Liga Jurada, liderada por Sun, evoluiu para um partido político efetivo, o Kuomintang (Coggiola, 1985).

A Revolução Xinhai, que ocorreu entre 1911-1912 é para Dingle (1912), um dos eventos mais impactantes na história moderna da China, marcando o fim da dinastia Qing e o estabelecimento da República da China. Este evento não apenas transformou o sistema político do país, mas também teve profundas repercussões sociais e culturais. Entender o contexto dessa revolução é essencial para compreender as raízes do conflito China-Taiwan, que emerge das complexas mudanças e divisões políticas que ocorreram durante e após a revolução.

Sobre esse movimento que levou a revolução chinesa, Dingle (1912) afirma em seu livro:

Esta Revolução, embora eclodindo prematuramente, foi maravilhosamente planejada. “O movimento começou a tomar forma definida há cerca de quinze ou dezesseis anos”, diz Sun Yat-sen, o maior dos revolucionários chineses, embora ele estivesse interessado no movimento há mais tempo. “Há três anos estávamos prontos para tomar Wuchang, Cantão e Nanking, mas estávamos esperando para ganhar o controle dos soldados de Pequim. Estávamos trabalhando há algum tempo através dos estudantes.”(Dingle, 1912, p.15 ,tradução nossa⁵).

A situação em Taiwan após a Primeira Guerra Mundial também mudou, o Japão enfrentou pressões internas e mudanças políticas que influenciaram suas políticas coloniais em Taiwan. A elite taiwanesa, educada em japonês e inspirada pelo movimento democrático Taisho, começou a exigir justiça social e autodeterminação. Em resposta a essas demandas, em 1918, durante o governo de Hara Takashi, o Japão iniciou uma transformação significativa na política colonial. Isso culminou na proposta da Lei nº 3 em 1921, que visava aplicar as leis japonesas em Taiwan, embora com algumas ressalvas. As mudanças políticas no Japão e as influências externas moldaram a evolução das políticas coloniais, refletindo uma tentativa de equilíbrio entre controle e concessões como pode ser observado por Tsurumi (1977).

⁵This Revolution, although outbreaking prematurely, was all wonderfully planned. “ The movement began to take definite shape about fifteen or sixteen years ago,” says Sun Yat Sen, the greatest of Chinese revolutionists, though he had been interested in the movement for a longer time than that. “ Three years ago we were ready to take over Wuchang, Canton, and Nanking, but we were waiting to gain control of the Peking soldiers. We had been working for some time through the students.” (Dingle, 1912, p.15).

No entanto, as políticas de assimilação cultural e política impostas pelo Japão encontraram resistência significativa dos taiwaneses. Figuras como Lin Hsien-t'ang e Chiang Wei-shui lideraram movimentos pela autodeterminação e igualdade civil, organizando-se em associações como a Associação Cultural de Taiwan. Esses movimentos foram reprimidos pelo governo colonial japonês nas décadas de 1920 e 1930, refletindo a tensão entre os objetivos de assimilação do Japão e a resistência taiwanesa pela autonomia. Chu e Lin (2001) ressaltam que a resistência à assimilação japonesa se manifestou de várias formas, desde protestos culturais até confrontos violentos, evidenciando a determinação dos taiwaneses em preservar sua identidade e autonomia.

A situação política evoluiu com o aumento do militarismo japonês na década de 1930, quando políticas de assimilação foram reintroduzidas para controlar a resistência interna. Durante a Segunda Guerra Mundial, os taiwaneses foram obrigados a adotar nomes japoneses e participar de práticas xintoístas, como parte da campanha de "Kōminka" para assimilar seus súditos coloniais ao estado imperial japonês. A campanha de "Kōminka" foi uma tentativa agressiva de erradicar as identidades locais e criar uma população leal ao império japonês, embora muitas vezes resultasse em resistência e ressentimento entre os colonizados, como afirmado por Tsurumi (1977).

Com o aumento do militarismo japonês na década de 1930, políticas de assimilação foram reintroduzidas para controlar a resistência interna. Durante a Segunda Guerra Mundial, os taiwaneses foram forçados a adotar nomes japoneses e a participar em práticas xintoístas, mas a lealdade coagida não impediu a derrota japonesa e a subsequente transferência de Taiwan para o governo nacionalista chinês em 1945. Chu e Lin (2001) frisam que a derrota do Japão e a transferência de poder marcaram o fim de uma era colonial e o início de um novo período de incertezas e reconfigurações políticas para Taiwan, à medida que a ilha navegava pela turbulência da pós-guerra e da guerra civil chinesa.

Essa complexa trajetória histórica reflete a resiliência e adaptabilidade do povo taiwanês diante das forças coloniais e das mudanças políticas globais. A história de Taiwan é um testemunho da persistente luta pela identidade e autonomia, em meio a um cenário de dominância estrangeira e conflitos internos.

2.1. O Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang)

Sun Yat-sen foi proclamado presidente da nova República da China em janeiro de 1912, mas, após apenas seis semanas no cargo, entregou o poder a Yuan Shikai, comandante da única força militar capaz de unificar o país, como pode ser observado por Kissinger (2011).

Com o fracasso de Yuan em declarar uma nova dinastia imperial em 1916, o poder voltou aos governantes regionais e comandantes militares. No final da década de 1920, o Partido Nacionalista Chinês, liderado por Chiang Kai-shek, controlava teoricamente todo o antigo império Qing.

O Kuomintang, ou Partido Nacionalista Chinês, foi uma força política central na China durante a primeira metade do século XX. Fundado por Sun Yat-sen, o KMT buscava unificar a China sob um governo nacionalista e reformista, rompendo com o sistema imperial. Sun Yat-sen, influenciado por ideias ocidentais de republicanismo e nacionalismo, buscou unificar a China sob um governo central forte (Lyrio, 2010).

Com a morte de Dr. Sun em 1925, Chiang assumiu uma posição influente dentro do Kuomintang. Utilizando sua formação militar, ele lançou a Expedição do Norte em 1926, uma campanha para eliminar os senhores da guerra que haviam fragmentado a China desde a queda de Yuan Shih-kai em 1916. Cucchisi (2002) ressalta que essa expedição teve sucesso parcial, consolidando o poder do KMT e pavimentando o caminho para a futura liderança de Chiang.

Chiang Kai-shek nasceu em 31 de outubro de 1887, na pequena cidade de Chikow, em uma família camponesa. Sua infância foi marcada por dificuldades, especialmente após a morte de seu pai quando ele tinha nove anos. Criado por sua mãe, Chiang absorveu profundamente os valores confucionistas, que destacavam a devoção à família e à nação. Esses ensinamentos moldaram sua visão de mundo e seu estilo de liderança, baseados na crença de que a estrutura familiar está intimamente ligada à liderança nacional (Cucchisi, 2002).

Chiang iniciou formalmente sua carreira militar e política com a nomeação pelo Dr. Sun Yat-sen para liderar a Academia Militar de Whampoa em 1924. Durante seu tempo na academia e um breve período de treinamento na União Soviética, ele desenvolveu suas estratégias militares e políticas. Cucchisi (2002) observa em sua obra que apesar da exposição de Chiang aos métodos soviéticos, o mesmo era firmemente contra o comunismo, acreditando que não se adequava à China. Esta posição o tornou um defensor fervoroso do nacionalismo e dos valores tradicionais.

No entanto, a nova república enfrentou inúmeros desafios, incluindo divisões internas e a ameaça de invasão estrangeira, que enfraqueceram a coesão do estado chinês e abriram caminho para o surgimento de diferentes facções políticas, incluindo o Partido Comunista da China. Kissinger (2011) comenta que ao assumir a liderança, Chiang Kai-shek enfrentou desafios significativos, incluindo a invasão japonesa na década de 1930 e a crescente

influência do Partido Comunista da China (PCCh). Durante a Segunda Guerra Mundial, o KMT liderou a resistência contra o Japão, mas a corrupção interna e a ineficácia administrativa minaram sua popularidade.

Após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, Taiwan passou a ser controlada pelo governo nacionalista de Chiang Kai-shek, tornando-se uma província da República da China. O KMT enviou um de seus generais para governar Taiwan como governador-geral. Inicialmente, essa administração foi bem recebida, mas logo se mostrou incompetente e corrupta. Como assinala Harrison (2018) a tensão social e política entre os chineses continentais e os taiwaneses educados pelos japoneses culminou no espancamento de Lin Jiang-mai, desencadeando uma violenta erupção. No período que antecedeu a guerra civil chinesa, o KMT procurou modernizar a economia e a infraestrutura da China, mas enfrentou resistência significativa do Partido Comunista da China. Martins (2008) complementa ainda que formou-se uma aliança temporária entre o KMT e o PCCh para combater um inimigo em comum, a invasão japonesa durante a Segunda Guerra Mundial; entretanto, essa aliança não conseguiu superar as profundas desconfianças e diferenças ideológicas entre os dois partidos.

As ideologias de Chiang foram fortemente moldadas por seu medo e desconfiança do comunismo. Esse temor se concretizou em um expurgo violento de comunistas, iniciado em abril de 1927. O expurgo, que começou em Xangai e se espalhou para outras cidades importantes, marcou o fim da Frente Unida KMT - PCCh. Chiang acreditava que, se os comunistas não fossem erradicados, eles destruiriam os nacionalistas, uma crença que alimentou suas políticas anticomunistas agressivas ao longo de seu governo (Cucchisi, 2002).

Assim, Chiang focou em eliminar o Partido Comunista, resultando na ruptura da Frente Unida entre o KMT e o PCCh em 1927 com o "Terror Branco", uma campanha brutal para eliminar os comunistas. Como pode ser observado por Lynch (2022), ao longo dos anos, Chiang utilizou o Exército Nacional Revolucionário (NRA), um exército inicialmente com milhões de recrutas forçados, para combater não apenas os comunistas, mas também os senhores da guerra. No entanto, o NRA sofreu com deserções em massa, corrupção entre seus comandantes e desorganização, fatores que minaram sua eficácia militar.

O Kuomintang, sob a liderança de Chiang, enfrentou diversas dificuldades internas, incluindo a corrupção e a ineficácia dentro de seu próprio governo e exército. O Exército Nacional Revolucionário, que deveria ser a força militar unificadora da China, era composto em grande parte por soldados recrutas forçados, resultando em deserções em massa, corrupção e traições entre os altos oficiais (Lynch, 2022).

A lealdade de comandantes e generais do NRA era constantemente questionada. Muitos utilizavam suas posições para enriquecimento pessoal, e a corrupção desenfreada se estendia até os altos escalões do governo do KMT. Lynch (2022) ressalta que isso prejudicou os esforços de Chiang em consolidar um exército eficiente e leal, enfraquecendo sua capacidade de enfrentar o PCCh de maneira eficaz.

Além disso, Chiang frequentemente escolhia seus comandantes com base em lealdade pessoal em vez de competência militar, o que enfraquecia o desempenho das forças do KMT (Lynch, 2022). A corrupção endêmica no governo nacionalista também contribuiu para sua queda, com grande parte dos oficiais preocupados em enriquecer através de práticas ilegais, incluindo o desvio de suprimentos destinados ao exército (Lynch, 2022).

Outro fator significativo para a derrota do KMT foi sua incapacidade de lidar com a guerra civil de maneira eficiente. Chiang tentou uma ofensiva nas províncias do norte, estendendo demais suas forças e sobrecarregando as linhas de suprimento. Isso deu aos comunistas a oportunidade de lançar contra-ataques eficazes e reverter o equilíbrio de poder, especialmente na Manchúria, uma região crítica para o sucesso dos nacionalistas. Além disso, Lynch (2022) observa que a relação conflituosa de Chiang com os EUA e outros aliados internacionais contribuiu para seu isolamento político. A administração de Chiang foi criticada por ser ineficiente e excessivamente dependente da ajuda americana, ao mesmo tempo em que não conseguia mobilizar adequadamente as forças nacionais para resistir à crescente influência comunista.

Após a derrota do KMT na guerra civil, Chiang Kai-shek e seus seguidores se retiraram para Taiwan, onde estabeleceram um governo em exílio, ainda reivindicando ser o governo legítimo de toda a China. Sob o regime do KMT, Taiwan experimentou um período de lei marcial, mas também de crescimento econômico significativo e eventual transição para uma democracia multipartidária. Lyrio (2010) ressalta que o KMT permaneceu sendo uma força política importante em Taiwan, defendendo geralmente uma política de eventual reunificação pacífica com a China continental, mas sob termos favoráveis a Taiwan.

A situação em Taiwan, sob o domínio do KMT, também foi marcada por uma profunda insatisfação local. A chegada dos nacionalistas a Taiwan, em 1945, foi inicialmente bem recebida pelos taiwaneses, que esperavam um governo melhor que o colonial japonês. No entanto, a administração do KMT logo demonstrou ser corrupta e ineficaz, alienando a população local. Roy (2002) explica que a imposição de monopólios estatais, o desvio de recursos e a repressão política contribuíram para o aumento das tensões, culminando no violento "Incidente 2-2-8" de 1947, quando tropas do KMT reprimiram brutalmente um

levante taiwanês contra a corrupção e os abusos do governo, resultando em milhares de mortes e na consolidação do regime autoritário do KMT em Taiwan.

2.2. O Partido Comunista da China

O Partido Comunista da China foi fundado em 1921, em Xangai, por um grupo de intelectuais marxistas inspirados pela Revolução Russa de 1917 e pelas ideias de Karl Marx e Vladimir Lenin. Mao Zedong, uma das figuras centrais do PCCh, emergiu como líder após a Primeira Guerra Mundial, promovendo a adaptação do marxismo-leninismo ao contexto rural chinês. Martins (2008) comenta que em contraste com as revoluções industriais ocorridas na Europa, Mao enfatizou a importância dos camponeses como a principal força revolucionária na China, e sob a liderança de Mao Zedong, o PCCh cresceu em força e influência, especialmente entre os camponeses, que constituíam a maioria da população chinesa.

Mao Zedong, um dos primeiros membros do partido, começou sua jornada comunista enquanto trabalhava na biblioteca da Universidade de Pequim ao lado de Li Ta-chao. Mao participou da primeira reunião do PCCh e, após o massacre de 1927, foi crucial na reconstrução do partido, como é mencionado por Cucchisi (2002).

Nos primeiros anos, o PCCh enfrentou intensa repressão do KMT, especialmente após o massacre de Xangai. Contudo, Mao e seus seguidores adotaram estratégias de guerrilha e se retiraram para áreas rurais, onde estabeleceram bases de apoio entre os camponeses. Durante a "Longa Marcha" (1934-1935), Mao consolidou seu controle sobre o partido e refinou suas táticas de mobilização rural, que seriam cruciais para o sucesso futuro do PCCh (Martins, 2008).

Martins (2008) observa que durante a Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista da China aproveitou a invasão japonesa para expandir seu território e influência, apresentando-se como uma força patriótica e resistente. A habilidade do PCCh em organizar as massas camponesas e promover uma reforma agrária radical garantiu um crescente apoio popular nas áreas sob seu controle. Sobre esse tópico Cucchisi (2002) relata:

Há muitos fatores que explicam por que Chiang Kai-shek perdeu o controle da China. O principal fator foi a invasão japonesa da China, iniciada em 1937, conhecida como a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Deste evento derivaram muitos outros problemas, como uma economia fraca, inflação crescente e diminuição da confiança da população em seu líder. Chiang também falhou em abordar muitas questões durante seu governo, como a reforma agrária e outras reformas necessárias. Parte disso se deveu ao seu foco em combater os comunistas. Esse foco também fez com que o povo chinês perdesse o interesse em Chiang, argumentando que ele deveria estar lutando contra os japoneses em vez dos comunistas. No entanto, com a perspectiva histórica, percebe-se que Chiang estava correto em temer a

tomada de poder pelos comunistas, embora seja provável que sua preocupação com isso tenha obscurecido seu julgamento ao combater os japoneses, levando a grandes atrocidades, como o Massacre de Nanquim (Cucchisi, 2002, p.2, tradução nossa⁶).

O PCCh também se beneficiou do apoio popular nas áreas rurais através da reforma agrária, que expropriou terras de proprietários e redistribuiu aos camponeses. No entanto, essa política nem sempre foi bem recebida. Lynch (2022) explica que a brutalidade da imposição comunista levou a milhares de mortes de proprietários de terras e seus apoiadores, o que demonstra que o apoio ao PCCh, especialmente no campo, nem sempre foi espontâneo, sendo muitas vezes forçado através de coerção e violência.

Assim, mesmo que no período anterior à guerra civil o PCCh tenha enfrentado intensa repressão por parte do KMT, conseguiu sobreviver e expandir sua base de apoio através de táticas de guerrilha e reformas agrárias. Durante a Segunda Guerra Mundial, o PCCh fortaleceu sua posição ao se apresentar como uma força de resistência efetiva contra os invasores japoneses, ganhando legitimidade e apoio popular como é ressaltado por Lyrio (2010).

Entre os fatores decisivos que contribuíram para o sucesso do Partido Comunista da China na guerra civil, destaca-se a capacidade de Mao Zedong em transformar o Exército Vermelho em uma força militar moderna, capaz de enfrentar o Kuomintang de forma convencional. A captura de cidades-chave como Harbin permitiu ao Partido criar um modelo administrativo eficaz e consolidar seu controle no norte da China (Lynch, 2022).

Outro fator importante que contribuiu para o sucesso do PCCh foi a sua capacidade de capturar o sentimento popular nas áreas rurais através de promessas de reforma agrária e uma retórica nacionalista contra o imperialismo estrangeiro. Durante a Segunda Guerra Mundial e os anos seguintes, o Partido Comunista da China ganhou apoio por se posicionar como o verdadeiro defensor da China contra a agressão japonesa, enquanto o KMT, sob Chiang Kai-shek, era criticado por seu foco contínuo em combater os comunistas em vez de enfrentar os japoneses. Da mesma opinião é Roy (2002) quando afirma que a expansão da base de apoio do PCCh entre as massas rurais foi fundamental para a sua ascensão ao poder,

⁶ There are many factors as to why Chiang Kai-shek lost control of China. The main factor was the Japanese invasion of China beginning in 1937, known as the second Sino Japanese War. From this stemmed many additional factors, such as a poor economy, rising inflation, and decreasing confidence in their leader among the Chinese people. Chiang also failed to address many issues during his rule such as land and other necessary reforms. Part of this was due to his focus on fighting the Communists. This focus also led the Chinese people to start losing interest in Chiang, saying that he should be fighting the Japanese instead of the Communists. However, historical hindsight proves that Chiang was correct in fearing the Communist takeover, although it is not unlikely that his preoccupation with this did cloud his judgment when fighting the Japanese, leading to great atrocities such as the Nanking Massacre. (Cucchisi, 2002, p.2)

especialmente considerando que a maioria da população chinesa vivia em áreas rurais. Lynch (2022) complementa que o uso tático de guerrilha pelos comunistas e o apoio popular que Mao conseguiu consolidar, especialmente entre os camponeses, também foram decisivos para a vitória do Partido Comunista da China.

Após a vitória na guerra civil em 1949, o PCCh estabeleceu a República Popular da China e iniciou uma série de reformas sociais e econômicas com o objetivo de transformar a China em uma potência industrial socialista. Essas reformas incluíram a coletivização da agricultura e a nacionalização da indústria, mas também resultaram em grandes dificuldades econômicas e sociais, como evidenciado pelo fracasso do Grande Salto Adiante e as turbulências da Revolução Cultural como pode ser observado por Yang e Fang (2000).

2.3. A Guerra Civil Chinesa

A revolução de 1911-1912 plantou as sementes das tensões futuras entre China e Taiwan. Inicialmente, Taiwan era uma colônia japonesa desde 1895, após a Primeira Guerra Sino-Japonesa. A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial em 1945 levou à retrocessão de Taiwan para a China, sob o governo da República da China (Dingle, 1912). Sobre essa retirada Cucchisi (2002) comenta:

A Guerra Civil na China, de 1927 a 1949, foi resultado da queda do sistema monárquico em 1912. Sem uma forma de governo estruturada, o país estava em caos. Senhores da guerra, militares que controlavam regiões específicas da China, disputavam o poder e tinham tomado o controle do país. Obviamente, a falta de estrutura causou problemas econômicos na China, assim como sofrimento entre o povo chinês (Cucchisi, 2002, p. 1, tradução nossa⁷).

A guerra civil chinesa, que eclodiu em 1927 e perdurou até 1949, foi um conflito armado entre o Kuomintang e o Partido Comunista da China, marcando uma das mais intensas e prolongadas lutas internas da história moderna. Inicialmente, ambos os partidos colaboraram sob a égide da Primeira Frente Unida para derrotar os senhores da guerra que fragmentavam a China. No entanto, como afirmado por Martins (2008), as diferenças ideológicas e estratégicas rapidamente levaram a uma ruptura violenta.

A guerra civil chinesa, que ocorreu em duas fases principais, 1927-1937 e 1946-1949, foi um conflito brutal entre o Kuomintang e o Partido Comunista da China. A primeira fase da guerra civil foi marcada por confrontos esporádicos e pela tentativa do KMT de erradicar o

⁷ The Civil War in China from 1927 to 1949 was a result of the fall of the monarchical system in 1912. Without a structured form of government, the country was in chaos. Warlords, military men who controlled specific regions of China, were vying for power and had taken over the country. Obviously the lack of structure caused economic problems in China as well as distress among the Chinese people (Cucchisi, 2002, p. 1).

PCCh. No entanto, a invasão japonesa da China em 1937 forçou uma aliança temporária entre os dois partidos para combater o inimigo comum. O período de 1927 a 1937 foi caracterizado por uma série de confrontos armados, com o KMT tentando erradicar os comunistas. Martins (2008) frisa que, apesar de enfrentar uma repressão brutal, o PCCh conseguiu sobreviver e até se fortalecer em áreas rurais, principalmente através da implementação de táticas de guerrilha e do apoio camponês. A invasão japonesa em 1937 temporariamente uniu os dois partidos em uma aliança tênue contra o inimigo comum, mas as hostilidades internas nunca cessaram completamente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o conflito entre o KMT e o PCCh reemergiu com renovada intensidade. As negociações de paz fracassaram, e ambos os lados se prepararam para a batalha decisiva. O PCCh, sob a liderança de Mao Zedong e aproveitando o apoio popular, adotou táticas inovadoras de mobilização rural e guerra de movimento, enquanto o KMT, liderado por Chiang Kai-Shek, lutava para manter o controle das áreas urbanas e das principais vias de comunicação (Martins, 2008).

Como observado por Lyrio (2010), é possível afirmar que a guerra foi impulsionada por diferenças fundamentais na visão de mundo entre o KMT, que buscava estabelecer um estado republicano nacionalista, e o PCCh, que almejava um estado socialista sob a liderança comunista. A ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial também exacerbou as tensões, à medida que ambos os partidos lutavam tanto contra os invasores estrangeiros quanto entre si.

Com a rendição japonesa em 1945, a China estava devastada e dividida. Tanto nacionalistas quanto comunistas aspiravam ao controle central. A opinião pública norte-americana simpatizava com Chiang Kai-shek como um aliado na guerra. Contudo, como observado por Kissinger (2011), Chiang governava um fragmento de país já fragmentado pela ocupação estrangeira. A China era tratada como uma das "Cinco Grandes" que organizariam o pós-guerra e tinham poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, dessas nações, apenas os Estados Unidos e a União Soviética estavam em posição de realizar tal missão.

Durante a Guerra Sino-Japonesa, que ocorreu entre 1937 e 1945, enquanto o KMT lutava contra os invasores japoneses, o PCCh fortalecia-se em sua base em Yenan. O PCCh ganhou força e popularidade, e após a guerra, retomou o conflito com o KMT. Cucchisi (2002) expõe que em 1949, aproveitando-se do estado enfraquecido do KMT, o PCCh derrubou o governo nacionalista, exilando Chiang Kai-shek para Taiwan e estabelecendo o governo comunista na China.

De acordo com Lynch (2022) o Partido Comunista da China não apenas lutou militarmente, mas também implementou políticas sociais e agrárias em áreas sob seu controle. A reforma agrária, que visava redistribuir terras dos senhores locais para os camponeses, ajudou o PCCh a consolidar seu apoio entre a população rural. No entanto, essas reformas muitas vezes foram impostas por meio de violência e coerção, com mais de um milhão de senhores de terras sendo mortos entre 1945 e 1949.

O PCCh conseguiu derrotar as forças do KMT, que estavam desgastadas pela longa guerra contra o Japão e pela corrupção interna e a guerra civil culminou em uma série de vitórias estratégicas do Partido Comunista da China, que conseguiu conquistar a maior parte da China continental. Em 1949, após a captura de Nanjing e Xangai, o governo nacionalista do KMT fugiu para Taiwan, levando consigo milhões de refugiados e grande parte das reservas de ouro do país. Martins (2008) frisa que a retirada do Kuomintang para Taiwan marcou o estabelecimento de dois governos chineses rivais: a República Popular da China, controlada pelo PCCh, e a República da China, estabelecida pelo KMT em Taiwan.

Kissinger (2011) observa que a ascensão do PCCh marcou uma mudança significativa na China moderna, desafiando a ordem estabelecida e recebendo uma reação preocupada dos Estados Unidos, que haviam apoiado o KMT durante a guerra civil chinesa. Os EUA temiam uma expansão comunista na região e, em 1950, moveram a Sétima Frota para o estreito de Taiwan para prevenir uma possível retomada de Taiwan pelo governo comunista continental.

O PCCh implementou políticas radicais de transformação social e econômica, incluindo a Coletivização Agrária e o Grande Salto Adiante. A relação do PCCh com Taiwan permaneceu tensa, com a China continental reivindicando a soberania sobre a ilha e considerando-a uma província rebelde. A política de "uma China" tornou-se um pilar central da diplomacia chinesa (Lyrio, 2010).

Uma das políticas mais significativas foi a coletivização agrária. Inspirado nos ideais marxistas-leninistas, o PCCh buscava transformar a estrutura agrária tradicional, que era dominada por pequenos agricultores e proprietários de terras. Lin (1990) explica que a coletivização visava consolidar as terras em fazendas coletivas, onde os camponeses trabalhariam em conjunto e os produtos seriam distribuídos de acordo com princípios comunistas de igualdade.

A coletivização agrária na China teve início após a fundação da República Popular da China em 1949, e foi implementada gradualmente até 1958. Durante esse período, o governo instaurou o Sistema de Compra e Venda Unificada, que monopolizou a produção e aquisição de produtos agrícolas. Esse sistema permitiu ao governo controlar os preços dos produtos

agrícolas, mantendo-os baixos para reduzir o custo de vida nas áreas urbanas e facilitar a industrialização. Além disso, foi estabelecido o sistema de registro de residências (hukou), restringindo a mobilidade dos trabalhadores rurais e garantindo mão-de-obra para o setor agrícola, como pode ser observado por Yang e Fang (2000). As Comunas Populares, criadas durante esse período, funcionavam como unidades administrativas e econômicas que executavam os planos governamentais para a produção agrícola.

Essa política teve consequências profundas para a sociedade rural chinesa. Inicialmente, a coletivização aumentou a produção agrícola e proporcionou melhorias nas infraestruturas locais, como sistemas de irrigação e estradas. No entanto, também enfrentou resistência significativa de camponeses que viam suas terras confiscadas e sua autonomia reduzida. Lin (1990) argumenta que a oposição generalizada e problemas na gestão eficiente das fazendas coletivas levaram a desafios econômicos e sociais, resultando em escassez de alimentos e descontentamento generalizado em algumas regiões.

Outra iniciativa radical do PCCh foi o Grande Salto Adiante, lançado por Mao Zedong em 1958. Este plano ambicioso tinha como objetivo transformar rapidamente a China de uma economia agrária para uma economia industrializada. Harvey (2019) expõe que o Grande Salto Adiante envolveu a mobilização maciça de recursos e da força de trabalho, com a construção de grandes projetos de infraestrutura, como barragens e fábricas, e a promoção de pequenas indústrias locais em comunidades rurais.

O Grande Salto Adiante (1958-1961) foi uma campanha lançada por Mao Zedong com o objetivo de transformar rapidamente a China de uma economia agrária em uma sociedade socialista, por meio da industrialização e coletivização. As metas eram extremamente ambiciosas, visando aumentar drasticamente a produção agrícola e industrial. No entanto, Yang e Fang (2000) esclarecem que a campanha resultou em uma série de fracassos catastróficos. A produção agrícola foi gravemente afetada devido a políticas inadequadas, como a fundição de ferramentas agrícolas para aumentar a produção de aço e a reorganização do trabalho agrícola em grandes comunas. Essas políticas levaram a uma fome generalizada, resultando na morte de milhões de pessoas. Dessa forma, a relação de consumo urbano-rural, que já era desfavorável para os rurais, piorou significativamente durante os anos de crise do Grande Salto Adiante, refletindo a maior ênfase do governo em apoiar os residentes urbanos às custas dos rurais.

Harvey (2019) complementa ainda que, no entanto, o Grande Salto Adiante foi marcado por resultados mistos e consequências desastrosas. As metas de produção exageradamente otimistas e a falta de planejamento adequado levaram a um aumento na

fome, especialmente durante a Grande Fome Chinesa, de 1959 a 1961, onde milhões de pessoas morreram de fome devido à má gestão e à coleta excessiva de alimentos.

A consolidação do KMT em Taiwan também resultou em mudanças importantes na estrutura política da ilha. Sob a liderança de Chiang Kai-shek, o KMT implementou um regime autoritário que permaneceu no poder até o final dos anos 1980. A lei marcial foi oficialmente instaurada em 1949 e foi acompanhada por uma série de políticas repressivas, como a supressão de movimentos pró-independência e a perseguição a dissidentes políticos (Roy, 2002). Ao mesmo tempo, o KMT desenvolveu uma economia modernizadora, com uma política de industrialização que beneficiou significativamente a ilha, especialmente com o apoio dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, devido ao seu papel estratégico na região.

Assim, se torna evidente que a vitória do PCCh e a fundação da República Popular da China em 1949 marcaram o início de uma nova era na China, e o mesmo pode ser dito sobre Taiwan. O KMT, deslocado para Taiwan, estabeleceu uma administração separada na ilha, o que resultou em uma situação de impasse que persiste até hoje. Como alegado por Lyrio (2010), as consequências da guerra civil continuam a influenciar as relações através do Estreito de Taiwan, com ambas as partes reivindicando legitimidade sobre a totalidade do território chinês. No capítulo seguinte, exploraremos mais detalhes sobre as crises geopolíticas que assolaram o Estreito de Taiwan.

3. CRISES GEOPOLÍTICAS DO SÉCULO XX

O Estreito de Taiwan, uma estreita faixa de água que separa a ilha de Taiwan da República Popular da China, tem se destacado como o epicentro de uma das questões mais complexas e sensíveis nas relações internacionais contemporâneas. Ao longo das últimas décadas, a dinâmica de poder nesta região tem sido marcada por tensões geopolíticas que envolvem não apenas as duas Chinas, mas também a influência significativa dos Estados Unidos, cuja política de segurança na Ásia-Pacífico está profundamente entrelaçada com a questão taiwanesa. Este capítulo busca analisar as crises que emergiram nesse contexto, com foco em três momentos cruciais: a Primeira, a Segunda e a Terceira Crises do Estreito de Taiwan.

Cada um desses episódios foi impulsionado por um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais que refletiram as complexidades da identidade nacional, da soberania e da política de "uma só China". A questão de Taiwan é intrinsecamente ligada à história do Partido Nacionalista e ao legado da Guerra Civil Chinesa, que resultou na migração do governo nacionalista para a ilha em 1949, como observamos previamente. Desde então, tanto a República Popular da China (RPC), que reivindica Taiwan como parte de seu território, quanto a República da China (ROC), que se considera a verdadeira representante da China, têm se envolvido em uma disputa contínua sobre a legitimidade e a soberania. As interações entre Taiwan e a RPC não podem ser compreendidas sem considerar o papel fundamental dos Estados Unidos, que, desde o reconhecimento da RPC em 1979, se posicionaram como um ator crucial nas tensões do estreito (Vizentini, 2007).

O impacto das crises do Estreito de Taiwan não se limita ao seu contexto regional, elas afetaram todo o cenário internacional, tangendo alianças, políticas de segurança e a ordem global. O alinhamento estratégico dos Estados Unidos com Taiwan, em contrapartida ao reconhecimento diplomático da RPC estabelece uma complexa teia de interdependências que influenciam a dinâmica do poder na Ásia-Pacífico (International Crisis Group, 2023). A análise das crises revela como as ações de Pequim e as respostas de Washington moldaram não apenas o futuro de Taiwan, mas também o equilíbrio de poder entre as nações da região.

Neste capítulo, procuraremos investigar como a Primeira Crise de 1954-1955 resultou em um conflito militar direto no Estreito de Taiwan, estabelecendo precedentes para as crises subsequentes (Kissinger, 2011). A Segunda Crise, ocorrida em 1958, trouxe à tona a escalada militar chinesa e o papel dos Estados Unidos como um garantidor da segurança taiwanesa. A Terceira Crise, de 1995-1996, evidenciou a transição de Taiwan para uma democracia multipartidária e as implicações dessa mudança para as relações sino-americanas. A partir da

análise das motivações, dos desdobramentos e das consequências dessas crises, este capítulo buscará oferecer uma visão abrangente das realidades geopolíticas na região, contribuindo para uma melhor compreensão das relações entre a China, Taiwan e os Estados Unidos no cenário global contemporâneo.

À medida que o capítulo se desenvolve, será evidente que as crises no Estreito de Taiwan não são apenas eventos históricos, mas sim lições contínuas sobre os perigos e as complexidades da política internacional, que ainda reverberam nas relações contemporâneas entre a China, Taiwan e os Estados Unidos. A interdependência dessas nações e a necessidade de um equilíbrio delicado nas suas relações farão parte da análise, evidenciando a relevância contínua da questão taiwanesa nas dinâmicas geopolíticas do século XXI.

3.1. A Primeira Crise do Estreito de Taiwan

A Primeira Crise no Estreito de Taiwan, ocorrida entre 1954 e 1955, marcou um dos primeiros grandes confrontos durante a Guerra Fria envolvendo a República Popular da China (RPC) e a República da China (ROC), com significativas implicações geopolíticas. Como exemplificado por Kissinger (2011) esta crise se desdobrou em um contexto de tensões intensas entre comunistas e nacionalistas chineses, influências estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos, e questões de soberania territorial. Neste subcapítulo, vamos buscar analisar em detalhes as motivações por trás do conflito, os desdobramentos militares e diplomáticos, e a eventual conclusão da crise.

A origem da Primeira Crise no Estreito de Taiwan pode ser rastreada até a guerra civil chinesa, que eclodiu em 1927 entre o Kuomintang (KMT) e o Partido Comunista da China (PCCh) como foi evidenciado no capítulo anterior. Para uma breve recapitulação, após anos de conflito, o PCCh, liderado por Mao Zedong, conseguiu uma vitória decisiva em 1949, proclamando a fundação da República Popular da China. Em contrapartida, os remanescentes do KMT, liderados por Chiang Kai-shek, recuaram para a ilha de Taiwan, estabelecendo a República da China. Este êxodo criou uma situação de dois governos reivindicando ser o legítimo representante da China (Cucchisi, 2002).

Nesse contexto, a República Popular da China, desejando consolidar sua autoridade e eliminar o último vestígio do KMT, viu Taiwan como uma província rebelde. Por outro lado, a ROC, refugiada em Taiwan, insistia em ser a única China legítima, mantendo aspirações de reconquistar o continente. Conforme evidenciado por Lyrio (2010), a divisão entre estas duas entidades políticas criou uma situação de tensão constante, exacerbada pelo contexto mais

amplo da Guerra Fria, onde os Estados Unidos e a União Soviética se engajavam em uma luta ideológica global entre capitalismo e comunismo.

A Primeira Crise do Estreito de Taiwan foi um episódio marcante nas tensões entre a China comunista e o governo nacionalista de Chiang Kai-shek, que se refugiou em Taiwan após ser derrotado na Guerra Civil Chinesa. Em 1949, com a consolidação do poder de Mao Zedong, Chiang liderou cerca de um milhão de seguidores para Taiwan, mantendo a esperança de retomar o controle da China continental. Ambos, Chiang e Mao, compartilhavam a visão de que Taiwan era parte integrante da China, apesar de suas profundas diferenças políticas (Pike, 2011a).

Durante a primeira Crise do Estreito de Taiwan, Pequim e Taipei defendiam visões conflitantes, mas semelhantes, sobre a identidade nacional chinesa. De acordo com os nacionalistas, Taiwan não era um país independente, mas sim a sede temporária do governo da República da China, que havia sido expulso do continente pelos comunistas. A propaganda do governo nacionalista afirmava que, um dia, retomariam o controle do continente. Para o governo comunista de Pequim, Taiwan era vista como uma província rebelde, cuja separação e aliança com potências estrangeiras ainda representavam os vestígios do "século da humilhação" como pode ser observado por Kissinger (2011). Apesar das divergências, ambos concordavam que Taiwan e o continente faziam parte de uma única entidade política, divergindo apenas sobre qual governo tinha a soberania legítima.

No contexto geopolítico da Guerra Fria, os Estados Unidos haviam inicialmente declarado, através do presidente Truman, que não interviriam diretamente em um conflito entre os nacionalistas de Taiwan e os comunistas da China. Contudo, após o início das hostilidades no estreito em 1954, o cenário mudou. Em sua obra Visentini et al. (2013) afirma que o presidente Eisenhower, preocupado com a possibilidade de uma escalada do conflito, anunciou a "neutralização dos Estreitos de Formosa", enviando a Sétima Frota dos EUA para a região. Na prática, essa decisão colocou Taiwan sob a proteção militar dos Estados Unidos, garantindo apoio ao governo nacionalista de Chiang Kai-shek.

Em 1953, com a posse do presidente Dwight D. Eisenhower, os EUA alteraram sua estratégia. Eisenhower levantou o bloqueio naval que impedia as forças nacionalistas de Chiang de atacar a China continental, o que aumentou as tensões. Em agosto de 1954, Chiang transferiu grandes contingentes de tropas para Quemoy e Matsu, o que levou a China a responder com bombardeios intensos sobre as ilhas. O premier chinês, Zhou Enlai, declarou que Taiwan precisava ser "libertada", e, em 3 de setembro de 1954, o Exército de Libertação

Popular começou a bombardear Quemoy, iniciando assim a Primeira Crise do Estreito de Taiwan como é exposto por Pike (2011a).

Embora os EUA fossem os principais aliados de Chiang Kai-shek, não havia interesse genuíno em apoiar uma reconquista do continente. Mesmo que alguns políticos americanos pressionassem a Casa Branca para dar mais liberdade de ação a Chiang, nenhum presidente americano cogitou seriamente essa ideia. A primeira crise em torno de Taiwan estourou em agosto de 1954, cerca de um ano após o fim da Guerra da Coreia. O motivo direto foi o conflito relacionado à retirada das forças nacionalistas do território continental e sua permanência em pequenas ilhas fortificadas situadas próximas à costa chinesa, como é exibido por Kissinger (2011):

A primeira crise direta de Taiwan eclodiu em agosto de 1954, pouco mais de um ano após o fim das hostilidades abertas da guerra da Coreia. O pretexto para isso foi uma pequena guerra territorial envolvendo a retirada nacionalista do continente: a permanente de forças nacionalistas em diversas ilhas pesadamente fortificadas ao largo da costa chinesa. Essas ilhas, muito mais próximas do continente do que Taiwan, incluíam Quemoy, Matsu e vários outros pequenos promontórios. Dependendo do ponto de vista, essas ilhotas podiam ser a primeira linha defensiva de Taiwan ou, como proclamava a propaganda nacionalista, suas bases de operações avançadas para uma eventual reconquista do continente (Kissinger, 2011, p.160).

Essas ilhas, que ocupavam uma posição estratégica singular, tornaram-se o centro de duas grandes crises dentro de uma década. Em ambas, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética insinuaram que poderiam recorrer ao uso de armas nucleares. Curiosamente, nem os EUA nem a URSS tinham um interesse estratégico significativo nessas ilhas, e a própria China também não demonstrava grande desejo de conflito direto. No entanto, Kissinger (2011) ressalta que Mao utilizou a situação para melhorar sua posição nas negociações internacionais, primeiro em relação aos EUA na primeira crise e, depois, à União Soviética, especialmente contra Khrushchev, durante a segunda.

No Ocidente, especialmente nos EUA, cogitava-se reconhecer tanto a República da China quanto a República Popular da China como dois Estados separados, a chamada “solução das duas Chinas”. Contudo, ambos os governos chineses rejeitavam categoricamente essa proposta, argumentando que isso frustraria o objetivo de libertar a outra parte e reunificar a China. Inicialmente, Washington aceitou a posição de Taipei, reconhecendo a República da China como o verdadeiro governo chinês, com direito ao assento da China nas Nações Unidas. Em 1951, o subsecretário de Estado Dean Rusk articulou essa posição, afirmando que o regime de Pequim não era o governo legítimo da China e não estava autorizado a falar em nome dela no cenário internacional. Para os EUA, a República Popular da China, sediada em

Pequim, não possuía legitimidade diplomática ou legal, apesar de governar a maior parte do território chinês. Essa posição se manteve quase inalterada nas duas décadas seguintes (Kissinger, 2011; Pike, 2011a).

Diante desse cenário, Mao optou por uma ação inesperada. Enquanto Dulles estava em Manila negociando a formação da Seato, Mao ordenou um bombardeio massivo sobre Quemoy e Matsu, testando o compromisso americano com a defesa de Taiwan e buscando limitar a crescente autonomia da ilha. O bombardeio resultou na morte de dois oficiais americanos, levando ao envio de três porta-aviões para a área. Mantendo sua promessa de não mais atuar como "arma defensiva" de Pequim, os EUA autorizaram a retaliação das forças nacionalistas contra o continente. Kissinger (2011) afirma que nesse meio-tempo, o alto comando militar dos EUA começou a considerar o uso de armas nucleares táticas caso a situação se agravasse. Eisenhower, no entanto, resistiu a essa ideia inicial, optando por buscar um cessar-fogo por meio do Conselho de Segurança da ONU. Assim, uma disputa sobre territórios sem grande interesse estratégico ganhou proporções globais.

Em meio ao aumento das tensões, surgiram preocupações de que os Estados Unidos considerassem o uso de armas nucleares. Em setembro de 1954, o Estado-Maior Conjunto dos EUA mencionou a possibilidade de utilizar armas nucleares contra a China, caso a situação se agravasse. Conforme Visentini et al. (2013) crise atingiu um ponto crítico em março de 1955, quando o secretário de Estado, John Foster Dulles, anunciou que os EUA estavam seriamente considerando essa medida, e o presidente Eisenhower confirmou publicamente que as bombas atômicas poderiam ser usadas "como balas" se necessário.

O desfecho foi uma "coexistência combativa", e não uma guerra. Para evitar um confronto por conta de mal-entendidos, Dulles e o embaixador de Taiwan assinaram, em novembro de 1954, um tratado de defesa mútua entre os EUA e Taiwan. Kissinger (2011) expõe que, no entanto, o tratado não mencionava Quemoy e Matsu, focando apenas na defesa de Taiwan e das ilhas Pescadores, deixando em aberto o futuro das outras ilhas próximas ao continente.

Enquanto isso, em janeiro de 1955, o exército chinês invadiu as ilhas Dachen e Yijiangshan, que não estavam cobertas pelo tratado de defesa dos EUA. Os americanos não intervieram e, de fato, ajudaram a evacuar as tropas nacionalistas. As forças chinesas foram instruídas a não atacar diretamente os americanos (Kissinger, 2011). A crise começou a diminuir em abril de 1955, quando a China, durante a Conferência Afro-Asiática, demonstrou disposição para negociar sobre Taiwan. Em 1º de maio de 1955, os bombardeios sobre Quemoy e Matsu cessaram, marcando o fim da crise. Como afirmado por Pike (2011a) nesse

mesmo ano, a China libertou prisioneiros de guerra americanos, capturados durante a Guerra da Coreia, em um gesto que indicava a intenção de normalizar as relações.

O resultado da crise foi, em grande parte, um empate. Embora os EUA tenham resistido à pressão militar chinesa, Mao conseguiu manter Taiwan sob pressão, sem provocar uma guerra total. Posteriormente, Mao explicou a Khrushchev que o objetivo da crise não era capturar Quemoy ou Matsu, mas sim manter Chiang Kai-shek perto, para que ele não se afastasse demais do controle de Pequim. Para Mao, o controle simbólico dessas ilhas servia para reafirmar a política de "uma China", ao mesmo tempo em que evitava o surgimento de uma "solução de duas Chinas" como observado por Kissinger (2011). Apesar do fim das hostilidades, a tensão permaneceu no Estreito de Taiwan. A União Soviética, que inicialmente apoiava a China, adotou uma postura ambígua durante a crise, evitando um confronto direto.

Dessa forma, se torna evidente que a Primeira Crise no Estreito de Taiwan teve um impacto duradouro nas relações entre a China continental e Taiwan, bem como nas políticas de segurança dos Estados Unidos na Ásia. A crise também destacou a importância estratégica de Taiwan no contexto da Guerra Fria. Para os Estados Unidos, manter Taiwan fora do controle comunista era essencial para conter a expansão da influência soviética e chinesa na Ásia. Este compromisso continuou a moldar a política externa dos EUA na região, resultando em um contínuo apoio militar e econômico a Taiwan. Para a RPC, a crise sublinhou a necessidade de modernizar suas forças armadas e desenvolver uma estratégia de longo prazo para a reunificação com Taiwan. Apesar da suspensão dos bombardeios e da diminuição das tensões, a questão da soberania sobre Taiwan permaneceu um ponto de discórdia fundamental entre a RPC e a ROC.

Em termos mais amplos, a Primeira Crise no Estreito de Taiwan foi um exemplo precoce da dinâmica de dissuasão nuclear que viria a caracterizar grande parte da Guerra Fria. A presença de armas nucleares americanas e a possibilidade de uma escalada nuclear serviram como um fator dissuasor significativo, impedindo uma guerra em grande escala entre as superpotências.

Em síntese, a Primeira Crise no Estreito de Taiwan foi um evento crucial na história da Guerra Fria, destacando a complexa interação entre rivalidades regionais e a política global das superpotências. A crise foi motivada por questões de soberania e controle territorial entre a RPC e a ROC, exacerbadas pelo contexto da Guerra Fria e pela política de contenção dos Estados Unidos. Os desdobramentos militares da crise, incluindo os bombardeios e a intervenção americana, mostraram a determinação das partes envolvidas e a alta volatilidade

da situação. A resolução da crise, embora temporária, estabeleceu precedentes importantes para a segurança regional e as alianças militares.

3.2. A Segunda Crise do Estreito de Taiwan

A Segunda Crise no Estreito de Taiwan, ocorrida entre 1958 e 1959, foi um episódio crucial na história das relações sino-americanas e das dinâmicas da Guerra Fria na Ásia. Esta crise representou um confronto direto entre a República Popular da China (RPC) e a República da China (ROC), refugiada em Taiwan, com os Estados Unidos desempenhando um papel significativo. De acordo com Visentini et al. (2013), a crise refletiu as complexas disputas de poder e a influência dos Estados Unidos na região, tornando-se uma referência importante para compreender a geopolítica da época, assim se busca abordar as motivações subjacentes ao conflito seus desdobramentos militares e diplomáticos, bem como a resolução do embate, analisando como esses fatores mudaram a situação geopolítica regional.

Após a conclusão da primeira crise do Estreito de Taiwan em 1955, tensões entre a RPC e a ROC permaneceram intensas. Visentini et al. (2013) observa que a tentativa chinesa de consolidar o controle sobre as ilhas de Kinmen Matsu foi frustrada pela intervenção dos Estados Unidos. Conforme Kissinger (2011) destaca, ambos os lados se prepararam para futuros conflitos aumentando suas defesas, o que culminou em um cenário de preparação bélica mútua, que viria a explodir novamente em 1958.

A principal motivação da República Popular da China, segundo Kissinger (2011), era reafirmar sua reivindicação de soberania sobre Taiwan e as ilhas periféricas controladas pela República da China. Mao Zedong, o líder da RPC, buscava testar a determinação dos Estados Unidos e da ROC, além de reforçar seu próprio poder interno ao adotar uma postura agressiva. Tal como apontam Chu e Lin (2001), a segunda crise foi um reflexo das ambições de mal para a consolidar sua posição e mostrar força ao povo chinês em uma tentativa de conseguir apoio popular.

A Segunda Crise do Estreito de Taiwan, ocorrida entre agosto de 1958 e janeiro de 1959, foi um episódio crítico nas tensões entre a República Popular da China e a República da China, então estabelecida em Taiwan sob o comando de Chiang Kai-shek. Após a Primeira Crise do Estreito, em 1955, o presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, tentou convencer Chiang a retirar suas tropas das ilhas Quemoy e Matsu, que eram extremamente vulneráveis por estarem próximas à costa chinesa. No entanto, Pike (2011b) ressalta que Chiang recusou a proposta e, em vez de abandonar as ilhas, fortaleceu suas defesas, contando com o apoio militar dos EUA .

O governo norte-americano forneceu à ROC mísseis ar-ar e armamentos pesados, como obuses de 8 polegadas capazes de disparar projéteis nucleares. Esses recursos permitiram que as forças nacionalistas dominassem os céus sobre o Estreito de Taiwan e que melhorassem significativamente suas capacidades militares. A situação no estreito parecia mais favorável à ROC em 1956 e 1957, devido a esse apoio dos EUA, que incluía a instalação de mísseis Matador em Taiwan, armamentos que poderiam transportar ogivas convencionais ou nucleares a distâncias de até 960 quilômetros. Como afirmado por Pike (2011b), esse desenvolvimento militar e a redução da representação diplomática americana nas conversas entre os EUA e a RPC, em 1958, indicavam um cenário de crescente tensão na região.

A ofensiva comunista de 1958 coincidiu com o lançamento do "Grande Salto Adiante", uma campanha de desenvolvimento econômico e social promovida por Mao Zedong. Como exposto por Harvey (2019), no plano internacional, essa postura de militância interna foi refletida em uma política externa mais agressiva. Em agosto de 1958, o governo comunista chinês retomou o bombardeio maciço das ilhas Quemoy e Matsu e impôs um bloqueio naval para impedir o reabastecimento das forças nacionalistas nas ilhas. Além disso, a China intensificou sua retórica contra os Estados Unidos, declarando sua intenção de "libertar" Taiwan (Pike, 2011b).

Em 23 de agosto de 1958, o Exército de Libertação Popular da China lançou uma ofensiva maciça de bombardeio contra as ilhas de Matsu e Quemoy, acompanhada de intensa propaganda, clamando pela "libertação de Taiwan". Após duas semanas de bombardeio ininterrupto, os ataques cessaram brevemente, para logo serem retomados com ainda mais intensidade, perdurando mais 29 dias. Eventualmente, os bombardeios passaram a seguir um padrão curioso, ocorrendo apenas nos dias ímpares do mês. Curiosamente, esses ataques muitas vezes evitavam alvos militares importantes e eram precedidos de avisos para os habitantes das ilhas. Mao Zedong descreveu essa tática aos seus camaradas como uma "batalha política", mais voltada para objetivos de propaganda do que para uma estratégia militar convencional (Kissinger, 2011).

Documentos chineses mais recentes sugerem que Mao iniciou a ofensiva de forma deliberada, com o objetivo de demonstrar independência em relação à União Soviética. Isso é particularmente relevante no contexto da visita de Nikita Khrushchev a Pequim, em julho de 1958, pouco antes do início dos bombardeios. Como destaca Pike (2011b), essa postura demonstrativa permitiu a mal contornar a aliança com a União Soviética demonstrando independência no cenário global. Embora os soviéticos apoiassem, de modo geral, as reivindicações chinesas sobre Taiwan, suas respostas foram ambíguas. Khrushchev, em carta

ao presidente Eisenhower, alertou que um ataque americano à China seria interpretado como uma agressão contra a União Soviética, mas essa ameaça servia mais como demonstração de apoio do que um real comprometimento em entrar em guerra com os EUA.

Por trás do ataque havia também uma mensagem indireta para a União Soviética, que Mao considerava cada vez mais um aliado problemático. A política de coexistência pacífica de Khrushchev estava em contraste com a postura mais combativa de Mao, e a resposta militar dos soviéticos à intervenção americana no Oriente Médio foi vista como passiva demais. Para Mao, ao pressionar Taiwan, ele não apenas provocava os americanos, mas também testava os limites de sua aliança com a União Soviética (Kissinger, 2011).

Frente à ofensiva chinesa, os EUA deixaram claro que apoiariam a defesa das ilhas Quemoy e Matsu. A administração Eisenhower mobilizou forças navais para a região, e os navios americanos escoltaram embarcações que abasteciam as ilhas. Além disso, a aviação naval dos EUA deu suporte à força aérea nacionalista, que conseguiu estabelecer superioridade aérea na área. Os pilotos nacionalistas, com aviões americanos, derrotaram os comunistas em uma série de combates aéreos, gerando questionamentos sobre a qualidade dos pilotos e aeronaves comunistas (Pike, 2011b).

Conforme as tensões entre os Estados Unidos e a China aumentavam, o Estado-Maior Conjunto americano elaborou planos para ataques nucleares às cidades chinesas de Xangai, Guangzhou e Nanjing. Esses planos estavam alinhados com a doutrina de "retaliação maciça" defendida pelo Secretário de Estado John Foster Dulles, que ameaçou usar armas nucleares para deter agressões comunistas. No entanto, o confronto direto foi evitado, pois os líderes chineses tiveram o cuidado de manter a intensidade do conflito em níveis baixos, evitando uma escalada que pudesse desencadear uma resposta militar americana mais ampla. De acordo com Pike (2011b), essa assistência foi determinante para que as forças de Taiwan dominassem o espaço aéreo sobre o estreito, confrontando a China com uma defesa fortalecida e, ao mesmo tempo, delimitando um limite para a ofensiva chinesa.

Mao encontrou em John Foster Dulles, o secretário de Estado dos EUA, um adversário que entendia bem a lógica da "coexistência combativa". Em 4 de setembro de 1958, Dulles reafirmou o compromisso dos EUA em defender Taiwan e também "posições relacionadas", como Quemoy e Matsu. Dulles parecia entender que os objetivos de Pequim eram limitados e, ao reconhecer isso, ele ajudou a conter a crise dentro de certos limites. Em 5 de setembro, Zhou Enlai confirmou que o objetivo principal de Pequim era a retomada das conversações com os EUA no nível de embaixadores. Conforme Kissinger (2011), no dia seguinte, a Casa

Branca respondeu positivamente, indicando que o embaixador americano em Varsóvia estava preparado para participar das negociações.

No entanto, a escalada militar foi cuidadosamente administrada por ambos os lados. Embora os ataques chineses fossem intensos, Pequim evitou diretamente alvos americanos, restringindo seus bombardeios às forças nacionalistas de Taiwan. Visentini et al. (2013), expõe que, os Estados Unidos, por sua vez, adotaram uma postura defensiva, protegendo Taiwan, mas sem iniciar uma ofensiva contra a China. O objetivo de Washington era claro: evitar uma guerra em grande escala enquanto mantinha sua aliança com Taiwan.

Apesar desse sinal de resolução, Khrushchev, o único elemento da crise que não percebeu a verdadeira natureza dos acontecimentos, permaneceu confuso. Ele havia assistido a Mao proclamando sua indiferença à ameaça nuclear em Moscou um ano antes e novamente em Pequim, e estava dividido entre o medo de uma guerra nuclear e o risco de perder a China como aliada. Sua resposta foi enviar o ministro das Relações Exteriores soviético, Andrei Gromyko, a Pequim para aconselhar prudência. Ao mesmo tempo, Khrushchev esboçou uma carta a Eisenhower, ameaçando com o uso de armas nucleares caso a crise no Estreito de Taiwan se agravasse. Como observa Kissinger (2011), seu real interesse era evitar um confronto direto com os Estados Unidos. Documentos chineses indicam que Mao enxergava Khrushchev como um aliado “pouco confiável”, sendo prudente ao manter a crise dentro de níveis controláveis, evitando uma escalada nuclear.

Em outubro de 1958, após dois meses de combates, Pequim começou a reduzir sua ofensiva, e as hostilidades arrefeceram. Embora a China tenha falhado em expulsar as tropas nacionalistas das ilhas Jinmen e Mazu, o conflito demonstrou a determinação de Mao em manter pressão constante sobre Taiwan e os EUA. Além disso, Visentini et al. (2013) afirma que o conflito revelou as limitações da aliança sino-soviética e marcou o início de um afastamento mais significativo entre os dois países, já que a URSS não estava disposta a apoiar plenamente os interesses chineses em Taiwan.

Em outubro de 1959, Khrushchev, em uma reunião com Mao, admitiu que a URSS, em privado, não pretendia lutar por Taiwan, mas, publicamente, precisava manter uma postura de apoio à China para evitar perder prestígio. Essa admissão refletia a posição vulnerável em que Khrushchev havia se colocado (Kissinger, 2011). Ainda sobre a reação internacional, Kissinger (2011) reitera:

No plano internacional, Mao obteve outra demonstração da reação imediata da China a possíveis ameaças contra a sua segurança nacional ou integridade territorial. Isso iria desencorajar tentativas dos vizinhos chineses de explorar os tumultos domésticos em que mal estava prestes a lançar sua sociedade.

Mas também iniciou um processo de isolamento progressivo que levaria mal a repensar sua política externa uma década depois (Kissinger, 2011, p.185).

A Segunda Crise do Estreito de Taiwan teve consequências duradouras. Para a China, a crise reafirmou a necessidade de desenvolver uma capacidade nuclear independente, o que se concretizaria alguns anos depois, com o teste bem-sucedido da primeira bomba atômica chinesa em 1964. Conforme comentado por Visentini et al. (2013), para Taiwan, a crise reforçou a importância de sua aliança com os Estados Unidos, uma parceria que continuaria a ser vital para sua segurança nas décadas seguintes. Já para os Estados Unidos, a crise evidenciou a necessidade de equilibrar seu apoio a Taiwan com o desejo de evitar um confronto direto com a China continental.

Dessa forma, se torna evidente que o legado da Segunda Crise no Estreito de Taiwan foi significativo, a crise teve implicações significativas para a República Popular da China. Embora a RPC não tenha conseguido capturar as ilhas Kinmen e Matsu, a crise proporcionou lições valiosas sobre a interação com potências estrangeiras e a importância da diplomacia. A RPC começou a focar mais em fortalecer suas capacidades militares e econômicas a longo prazo, ao mesmo tempo em que buscava maneiras de melhorar suas relações com outras nações para evitar isolamento internacional.

Para a Taiwan, a crise reafirmou a necessidade de estar sempre preparada para um possível confronto com a RPC. A dependência de apoio externo, especialmente dos Estados Unidos, tornou-se ainda mais evidente. Este relacionamento estratégico com os EUA foi fundamental para a sobrevivência da ROC como uma entidade política independente e influenciou suas políticas internas e externas nos anos seguintes.

Podemos observar que as diferenças entre a Primeira e a Segunda Crise do Estreito de Taiwan refletem as mudanças no contexto político e militar entre 1954-1955 e 1958-1959. A Primeira Crise ocorreu com a China tentando afirmar controle sobre Taiwan e testando o comprometimento dos Estados Unidos com a defesa da ilha, através de bombardeios nas ilhas de Quemoy e Matsu. Durante este conflito, os EUA enviaram sua Sétima Frota para proteger Taiwan, adotando uma postura defensiva. Já a Segunda Crise ocorreu em meio ao distanciamento sino-soviético, com Mao Zedong buscando reafirmar a independência política da China em relação à União Soviética, o que acrescentou uma dimensão interna à crise. Desta vez, os EUA forneceram apoio militar mais direto, enviando mísseis e reforçando a defesa aérea taiwanesa, enquanto a União Soviética demonstrava uma posição mais ambígua, sinalizando uma divisão crescente na aliança comunista.

Em suma, a Segunda Crise no Estreito de Taiwan foi um evento fundamental na história da Guerra Fria, ilustrando as complexas dinâmicas de poder entre a RPC, a ROC e a participação dos Estados Unidos. A crise foi motivada por questões de soberania e controle territorial, exacerbadas pelo contexto mais amplo da rivalidade entre comunismo e capitalismo. Os desdobramentos militares da crise, incluindo bombardeios e intervenções, destacaram a determinação das partes envolvidas e a alta volatilidade da situação. A resolução da crise, embora temporária, estabeleceu precedentes importantes para a segurança regional e as alianças militares.

3.3. A Terceira Crise do Estreito de Taiwan

A Terceira Crise no Estreito de Taiwan, ocorrida entre 1995 e 1996, foi um momento de grande tensão nas relações entre a República Popular da China e Taiwan, com os Estados Unidos desempenhando um papel significativo. Esta crise não só evidenciou as complexas dinâmicas entre as duas Chinas, mas também destacou a importância estratégica de Taiwan na política de segurança da região Ásia-Pacífico. A Terceira Crise no Estreito de Taiwan surgiu de um contexto de crescente tensão e desconfiança entre a RPC e Taiwan, exacerbado por questões de soberania, identidade nacional e a política de "uma só China". A motivação por trás da crise pode ser dividida em três componentes principais: a evolução política em Taiwan, as preocupações de segurança da RPC e o papel dos Estados Unidos (Silva, 2023).

Conforme argumenta Kissinger (2011), nos anos que antecederam a crise, Taiwan passou por significativas mudanças políticas. Sob a liderança de Lee Teng-hui, Taiwan fez uma transição de uma ditadura de partido único para uma democracia multipartidária. Em 1991, a República da China (ROC) aboliu a Lei Marcial, e em 1992, realizou suas primeiras eleições legislativas. Em 1996, Taiwan estava se preparando para suas primeiras eleições presidenciais diretas, marcando um passo importante na consolidação de sua democracia.

A Crise do Estreito de Taiwan, ocorrida entre 21 de julho de 1995 e 23 de março de 1996, foi um momento de extrema tensão entre Taiwan e a China continental, colocando em evidência as complexas relações geopolíticas da região e a intervenção dos Estados Unidos. A origem da crise está na política de "Uma China", que remonta a 1949, quando Chiang Kai-shek transferiu o governo nacionalista derrotado para Taiwan. Tanto Chiang em Taipei quanto Mao Zedong em Pequim afirmavam ser o único governo legítimo da China, reivindicando soberania sobre o território continental e sobre Taiwan. Como apontado por Pike (2011c), em 1979, quando os Estados Unidos reconheceram oficialmente a República Popular da China, mantiveram a política de "Uma China", retirando o reconhecimento

diplomático de Taiwan, mas sem abandonar a parceria estratégica com a ilha, o que estabeleceu a base para a normalização das relações entre Pequim e Washington.

A posição de longa data dos Estados Unidos era de que a questão da reunificação da China deveria ser resolvida pacificamente pelos próprios chineses, tanto do continente quanto de Taiwan. No entanto, essa política pressupunha que a reunificação ocorresse de maneira pacífica, o que não excluía a possibilidade de uso da força por parte de Pequim. O governo chinês nunca renunciou à ideia de recorrer à ação militar contra Taiwan, ameaçando intervir em situações específicas, como a construção de armas nucleares pela ilha, uma revolta interna, ou uma declaração formal de independência, mesmo que esta fosse resultado de um processo democrático, como um plebiscito (Pike, 2011c). O Taiwan Relations Act, aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos em 1979, estipulava que qualquer ameaça à paz e segurança de Taiwan seria motivo de grande preocupação para os Estados Unidos, obrigando-os a fornecer à ilha recursos de defesa necessários para manter sua capacidade defensiva. Assim, o Taiwan Relations Act reafirmava o compromisso americano em garantir a segurança de Taiwan, como explica Silva (2023), impondo aos Estados Unidos a obrigação de fornecer meios de defesa à ilha em caso de ameaça.

Embora as forças navais dos EUA não tivessem se envolvido diretamente em conflitos no Estreito de Taiwan desde a aprovação do Ato de Relações com Taiwan, incidentes anteriores renunciaram a escalada de tensões. De acordo com Pike (2011c), um encontro significativo ocorreu em outubro de 1994, quando o porta-aviões USS Kitty Hawk e um submarino chinês da classe Han estiveram em uma situação de confronto no Mar Amarelo, próximo ao Japão. Esse incidente demonstrou a crescente presença e capacidade militar da China na região e serviu como um prenúncio das movimentações militares que ocorreriam no Estreito de Taiwan entre 1995 e 1996.

As tensões em torno da concessão do status de Nação Mais Favorecida estavam prestes a ser superadas quando a questão de Taiwan voltou a emergir no cenário internacional. Desde que as relações foram normalizadas com base nos três comunicados conjuntos, Taiwan havia estabelecido uma economia próspera e consolidado suas instituições democráticas. A ilha participou de organizações regionais como o Banco Asiático de Desenvolvimento e a Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e, com o consentimento de Pequim, até dos Jogos Olímpicos. Do lado de Pequim, propostas de unificação foram promovidas a partir da década de 1980, prometendo plena autonomia interna a Taiwan, desde que aceitasse seu status como "Região Administrativa Especial" da República Popular da China, modelo semelhante ao aplicado em Hong Kong e Macau. Pequim até mesmo garantiu que Taiwan poderia manter

suas instituições políticas e forças armadas. Kissinger (2011), destaca que a prosperidade econômica de Taiwan e sua participação em organizações regionais ampliaram sua relevância internacional, e que esse protagonismo aliado à proposta chinesa de unificação por meio do modelo de “Região Administrativa Especial”, revela os esforços de Pequim para atrair Taiwan, sem, contudo, renunciar a possibilidade de ação militar.

Em 1987, Chiang Ching-kuo, então líder de Taiwan, suspendeu a lei marcial, permitindo uma dramática liberalização das instituições domésticas da ilha. A liberdade de imprensa foi restaurada, e partidos políticos rivais puderam concorrer nas eleições. Em 1994, uma emenda constitucional preparou o caminho para a eleição direta do presidente de Taiwan. Conforme Kissinger (2011), novas vozes políticas, anteriormente silenciadas pela lei marcial, começaram a emergir, defendendo uma identidade nacional distinta e até mesmo a independência formal. Entre elas, destacava-se Lee Teng-hui, um economista que subiu até os mais altos escalões do Partido Nacionalista e que foi nomeado presidente em 1988.

Lee representava tudo que Pequim desprezava em um político taiwanês. Nascido em Taiwan e educado durante a ocupação japonesa, ele adotou um nome japonês, estudou no Japão e serviu no Exército Imperial Japonês durante a Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, ele frequentou a Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Diferentemente da maioria dos líderes do Partido Nacionalista, Lee se identificava como "taiwanês primeiro e chinês depois" e era um forte defensor das instituições únicas de Taiwan e de sua experiência histórica (Kissinger, 2011).

Em junho de 1995, o presidente taiwanês Lee Teng-hui visitou a Universidade Cornell, sua alma mater, nos Estados Unidos. Embora fosse uma viagem de caráter privado, Pequim interpretou o evento como um desafio à política de "Uma China", especialmente pelo fato de Lee ter se referido à "República da China em Taiwan". Em resposta, o governo chinês iniciou uma série de testes de mísseis em julho de 1995, lançando seis mísseis a apenas 60 quilômetros da ilha de Pengchiayu, no norte de Taiwan como aponta Pike (2011c). Esses mísseis, de curto e médio alcance, representavam uma clara demonstração de poderio militar, e a China mobilizou ainda mais forças na província costeira de Fujian. Como consequência, o mercado de ações de Taiwan e sua moeda sofreram quedas abruptas, refletindo o impacto econômico dessas ações.

Em agosto de 1995, a China anunciou uma nova rodada de testes de mísseis no Mar da China Oriental, enquanto forças aéreas e navais foram posicionadas em locais estratégicos próximos a Taiwan, em movimentos que foram vistos como altamente provocativos. Esses

testes de mísseis, juntamente com os exercícios militares chineses, criaram um clima de incerteza e tensão que continuou até o início de 1996 (Pike, 2011c).

Conforme Kissinger (2011), em março de 1996, pouco antes da eleição presidencial de Taiwan, a China realizou novos testes de mísseis, com os mísseis caindo perto de cidades portuárias taiwanesas. Silva (2023), complementa que esse gesto militar foi visto como uma tentativa de pressionar tanto Taiwan quanto os Estados Unidos a se absterem de qualquer passo que pudesse desafiar a política de "Uma China". O cenário tornou-se mais tenso, com receio de que os testes militares pudessem levar a um erro de cálculo e desencadear um confronto armado direto.

Como resposta à escalada de tensões, o governo dos Estados Unidos decidiu enviar dois grupos de batalha de porta-aviões para a região, reafirmando seu compromisso com a segurança de Taiwan. Esta medida foi uma demonstração clara de força e de apoio a Taiwan, além de uma mensagem de que qualquer ataque a Taiwan teria sérias repercussões. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano reiterou sua adesão à política de "Uma China", enfatizando a necessidade de uma resolução pacífica para a questão de Taiwan (Silva, 2023).

Dessa forma, a crise chegou ao seu clímax em março de 1996, pouco antes das primeiras eleições presidenciais diretas de Taiwan. Embora a China tenha intensificado seus exercícios militares, lançando mísseis perto de Taiwan como um ato de intimidação, as eleições ocorreram conforme planejado, com Lee Teng-hui sendo reeleito, acontecimento que segundo Kissinger (2011) representou uma vitória simbólica para Taiwan e demonstrou que as ameaças de Pequim não foram suficientes para impedir a ilha de exercer sua autonomia política.

Após a realização das eleições, a crise gradualmente se acalmou, com ambos os lados reconhecendo que não havia interesse em um confronto militar prolongado. Nos anos que se seguiram, tanto os Estados Unidos quanto a China buscaram reconstruir suas relações, resultando em um período de relativa estabilidade. No entanto, Silva (2023), ressalta que a crise de 1995-1996 deixou claro que a questão de Taiwan continuava sendo um ponto sensível nas relações sino-americanas, e que o equilíbrio de poder no Estreito de Taiwan exigiria um delicado manejo diplomático para evitar futuras crises.

Assim, a Terceira Crise no Estreito de Taiwan teve um impacto duradouro nas relações entre a China, Taiwan e os Estados Unidos. De acordo com Pike (2011c), a crise evidenciou a importância estratégica de Taiwan e a necessidade de um equilíbrio cuidadoso na política externa americana. A demonstração de força americana reforçou o compromisso dos EUA

com a defesa de Taiwan, mas também mostrou a necessidade de diplomacia cuidadosa para evitar conflitos futuros.

Para Taiwan, a crise reafirmou sua determinação em seguir um caminho democrático e fortalecer sua identidade nacional. A resposta resoluta dos Estados Unidos durante a crise aumentou a confiança de Taiwan na aliança com os EUA e destacou a importância do apoio internacional para sua segurança e desenvolvimento.

Por outro lado, para a República Popular da China, a crise revelou as limitações de seu poder militar frente à intervenção americana, o que, segundo Silva (2023), evidenciou a necessidade de uma abordagem mais estratégica priorizando o fortalecimento econômico e militar a longo prazo. Assim, China aprendeu que a coerção militar poderia ter repercussões significativas e que a diplomacia e a construção de poder econômico e militar a longo prazo seriam estratégias mais eficazes.

Em comparação entre a Segunda e a Terceira Crise, é possível notar que houve importantes diferenças, especialmente em termos de contexto e métodos de intimidação empregados. A Segunda Crise refletia ainda as tensões da Guerra Fria e as disputas sino-soviéticas, enquanto a Terceira Crise (1995-1996) aconteceu em um cenário de democratização de Taiwan e fortalecimento de suas relações com os EUA, o que levou a China a temer uma possível declaração de independência por parte da ilha. Na Terceira Crise, a China abandonou os bombardeios convencionais e adotou lançamentos de mísseis balísticos próximos a Taiwan, numa tentativa de intimidar a população em meio às eleições locais. Em resposta, os EUA agiram de maneira mais assertiva do que nas crises anteriores, enviando dois porta-aviões para a região, sinalizando um compromisso renovado com a segurança de Taiwan em um contexto estratégico diferenciado.

Em conclusão, a Terceira Crise no Estreito de Taiwan foi um evento significativo que moldou as relações sino-americanas e as políticas de segurança na região Ásia-Pacífico. A crise foi motivada por questões de soberania, identidade nacional e a política de "uma só China", e envolveu uma série de desdobramentos militares e diplomáticos complexos. A resolução da crise, embora temporária, estabeleceu precedentes importantes para a segurança regional e as alianças militares.

O impacto duradouro da crise continua a ser sentido até hoje, com Taiwan permanecendo um ponto sensível nas relações entre a China e os Estados Unidos. A Terceira Crise no Estreito de Taiwan não é apenas um evento histórico, mas também uma lição contínua sobre os perigos e as complexidades da política internacional. No capítulo seguinte,

observaremos as consequências desses embates nas relações entre China e Taiwan no século XXI.

4. CRISES GEOPOLÍTICAS DO SÉCULO XXI E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES COMERCIAIS SINO-TAIWANESAS

As relações entre China e Taiwan no século XXI são marcadas por uma dicotomia constante entre aproximação econômica e afastamento político. Enquanto os laços comerciais entre as duas partes se consolidam em razão de uma interdependência econômica crescente, os episódios de crise geopolítica continuam a provocar flutuações e tensões nas relações bilaterais. Este capítulo examina como crises específicas ao longo das duas últimas décadas, como a eleição de lideranças pró-autonomia em Taiwan, a aprovação da Lei Anti-Secessão pela China em 2005 e o aumento das demonstrações militares chinesas nas proximidades da ilha, impactaram as dinâmicas comerciais sino-taiwanesas, que resistem, mas não permanecem intocadas.

Dividido em subcapítulos, o objetivo é abordar a resposta de Pequim às mudanças políticas em Taiwan e as tentativas de reafirmação da sua soberania sobre a ilha, contextualizando como essas crises afetaram a relação econômica. No entanto, mesmo diante de tensões intensificadas, os dados comerciais indicam que as trocas entre China e Taiwan têm demonstrado notável resiliência, impulsionadas pela alta demanda de produtos tecnológicos e pela complexa integração das cadeias de produção entre os dois lados do estreito. Assim, ao longo deste capítulo, busca-se traçar uma análise detalhada das principais crises geopolíticas do século XXI e de seus impactos nas relações comerciais, explorando como as pressões políticas e militares se refletem no comércio bilateral e nos desafios de manter um equilíbrio entre interesses econômicos e divergências políticas.

4.1. Crises Geopolíticas do século XXI

O século XXI tem sido marcado por uma série de crises geopolíticas entre China e Taiwan, um reflexo da persistente disputa de soberania sobre o estreito de Taiwan e das mudanças nas dinâmicas regionais e globais de poder. A relação entre os dois atores, embora fundamentada em laços econômicos cada vez mais robustos, é frequentemente tensionada por fatores políticos, identitários e de segurança, reforçando a natureza complexa e, por vezes, paradoxal, das interações sino-taiwanesas. Cada episódio de crise geopolítica nos últimos vinte e dois anos revela um padrão em que, enquanto as trocas comerciais apresentam resiliência e continuam a crescer em volume, momentos específicos de crise política e militar levam a flutuações comerciais de curta duração, influenciadas pela cautela estratégica adotada por ambos os lados.

Entre os episódios mais marcantes de tensão, destacam-se momentos como a eleição de Chen Shui-bian em 2000, o primeiro presidente taiwanês abertamente pró-independência; a Lei Anti-Secessão da China de 2005, que formalizou o uso da força contra tentativas de independência formal de Taiwan; e as intensificações militares no estreito em anos recentes, sobretudo com a eleição de Tsai Ing-wen e o crescente apoio dos Estados Unidos à defesa de Taiwan. Esses eventos servem como pontos-chave de análise para compreender os efeitos geopolíticos nas relações comerciais, oferecendo um panorama sobre como crises sucessivas moldam as trocas bilaterais em um contexto de interdependência econômica, mas divergência política.

4.1.1. Eleições presidenciais de Taiwan e publicação do Livro Branco sobre a questão de Taiwan (2000)

As eleições presidenciais de Taiwan em 2000 e a resposta formal da China, expressa através da publicação de um Livro Branco, marcam um ponto de inflexão significativo na geopolítica do estreito de Taiwan. Este capítulo investiga a ascensão de Chen Shui-bian ao poder, as respostas locais e internacionais a sua eleição, e as diretrizes do Livro Branco como reflexo de uma postura inflexível da China diante das ambições taiwanesas. Esses eventos estabeleceram novas linhas de tensão entre Taiwan e a China continental, contribuindo para a formação de uma era de instabilidade geopolítica que reverbera até os dias atuais.

Em março de 2000, Chen Shui-bian emergiu como vencedor das eleições presidenciais de Taiwan, tornando-se o primeiro líder do Partido Democrático Progressista (DPP) a assumir a presidência da ilha, quebrando um domínio de cinco décadas do Partido Nacionalista Chinês, o Kuomintang (KMT). A divisão do KMT, causada pela candidatura independente de James Soong, resultou na fragmentação de sua base de apoio e favoreceu a vitória de Chen, que obteve 39,3% dos votos, enquanto Soong alcançou 36,8% e Lien Chan, o candidato oficial do KMT, ficou com 23,1% (Folha de S. Paulo, 2000). Conforme Dornelles Júnior (2006) aponta, essa mudança representou não apenas uma transformação no cenário político de Taiwan, mas também consolidou uma identidade política que se distanciava da China continental, refletindo o crescente apoio aos movimentos pró-independência e à construção de uma identidade exclusivamente taiwanesa.

A eleição de Chen Shui-bian também simbolizou um redirecionamento da identidade nacional de Taiwan. Em um cenário de acirramento político, Chen optou por moderar seu discurso sobre independência para angariar apoio de um eleitorado mais amplo. Porém, Lin (2000) observa que, mesmo com uma postura moderada, o avanço de uma liderança pró-independência enviou a Pequim uma mensagem de que Taiwan começava a explorar

novos caminhos para uma autonomia mais definida, desafiando a política chinesa de “uma China”.

Para apaziguar possíveis tensões com Pequim, Chen Shui-bian propôs a abertura de um diálogo direto e construtivo com o governo chinês. Entre suas propostas estava a assinatura de um "tratado de paz" e a inédita sugestão de visitar a China antes mesmo de tomar posse, um gesto que nunca havia sido feito por um presidente taiwanês (Folha de S. Paulo, 2000). Chen também reafirmou que Taiwan não aceitaria o modelo de “um país, dois sistemas” implementado em Hong Kong e Macau, considerando-o inadequado para a realidade taiwanesa. Segundo essa visão, Chen buscava demonstrar que, embora Taiwan estivesse em busca de maior autonomia, não pretendia romper a relação pacífica no estreito de Taiwan.

Em resposta, Pequim reagiu de forma cautelosa, mas firme. Logo após o anúncio da vitória de Chen, o governo chinês emitiu um comunicado enfatizando que qualquer movimento em direção à independência de Taiwan era “absolutamente intolerável” e que o uso da força estava entre as opções consideradas, caso a ilha seguisse um caminho unilateral de independência conforme pode ser observado por Deron (2000). Pequim reforçou seu compromisso com o princípio de “uma China”, sinalizando disposição para o diálogo, mas com a condição de que Taiwan aceitasse esse princípio básico antes de qualquer interação.

Em seguida, como uma resposta formal à vitória de Chen, a China publicou um Livro Branco pouco após as eleições, consolidando sua posição sobre Taiwan e delineando limites claros para as ações da ilha. No documento, Pequim reiterou que considera Taiwan uma província inalienável da China e que a reunificação é uma questão inegociável de soberania e segurança nacional. Dornelles Júnior (2006) destaca que o Livro Branco especificava que a China tomaria “medidas decisivas”, incluindo o uso da força militar, contra qualquer tentativa unilateral de independência por parte de Taiwan.

O Livro Branco também reafirmava o modelo de “um país, dois sistemas” como solução para a questão taiwanesa, semelhante ao aplicado em Hong Kong e Macau. No entanto, Pequim deixou claro que sua paciência com Taiwan tinha limites. Para os líderes do DPP, essa publicação foi interpretada como uma ameaça explícita, indicando que Pequim estava disposta a adotar todas as medidas necessárias para impedir o avanço de qualquer projeto separatista em Taiwan (Pinto, 2004).

Ademais, a eleição de Chen Shui-bian também trouxe à tona o papel estratégico dos Estados Unidos na estabilidade do estreito de Taiwan. O então presidente dos EUA, Bill Clinton, reafirmou o compromisso de Washington com a política de “uma só China”, mas

manteve o apoio à Taiwan Relations Act (TRA), uma política que assegura que Taiwan disponha dos meios necessários para se defender. Dessa forma, os EUA buscavam uma posição ambígua, tanto para dissuadir Pequim de tomar ações militares quanto para assegurar a segurança de Taiwan em caso de escalada militar (Folha de S. Paulo, 2000).

Pequim interpretou essa postura dos Estados Unidos como um incentivo à autonomia de Taiwan, pois o apoio militar indireto dos EUA fortaleceu a posição do DPP e incentivou uma identidade política independente para a ilha. Como Pinto (2004) observa, a assistência militar americana permitiu que Taiwan expandisse suas capacidades de defesa, incluindo armamentos e embarcações navais, levando Pequim a ver essas ações como tentativas de Washington de minar o princípio de “uma só China” e apoiar as aspirações de autonomia dos taiwaneses.

A eleição de Chen Shui-bian e sua liderança pró-independência catalisaram uma nova fase de construção da identidade nacional de Taiwan. Sob a liderança do DPP, a identidade taiwanesa passou a enfatizar a autonomia e os valores democráticos, diferenciando-se ainda mais da China continental. Lin (2000) argumenta que esse movimento identitário foi explorado estrategicamente pelo DPP para consolidar o apoio público em prol da autonomia e dos direitos de autogoverno, longe da interferência de Pequim.

Essa mudança intensificou a polarização dentro de Taiwan, com uma divisão crescente entre aqueles que apoiavam uma relação mais próxima com o continente e os que viam a ilha como uma nação independente. Dornelles Júnior (2006) ressalta que a vitória de Chen Shui-bian foi um marco na evolução dessa identidade, fortalecendo o movimento de independência e complicando ainda mais a relação com a China.

Assim, as eleições presidenciais de 2000 e a resposta chinesa, materializada no Livro Branco, estabeleceram uma nova fase de tensões entre Taiwan e a China continental. A vitória de Chen Shui-bian representou um avanço significativo no processo de construção de uma identidade autônoma em Taiwan, que buscava reduzir sua dependência do continente. Em contrapartida, o Livro Branco da China reafirmou sua posição rígida e sua disposição em reprimir qualquer movimento independentista, estabelecendo uma linha vermelha para a política taiwanesa.

Esses eventos redefiniram as relações entre China e Taiwan e evidenciaram o papel dos Estados Unidos como um aliado estratégico de Taiwan, embora também tenham exposto as limitações da ambiguidade estratégica americana. A eleição de 2000 trouxe à tona debates sobre soberania e identidade que continuaram a moldar a política taiwanesa e a influenciar o equilíbrio geopolítico da região.

4.1.2. Aprovação da Lei Anti-Secessão (2005)

A ascensão do Partido Democrático Progressista em Taiwan com a eleição de Chen Shui-bian em 2000 marcou uma nova fase de autonomia taiwanesa, em contraste com o Kuomintang, que historicamente mantinha uma posição ambígua quanto à reunificação com a China (Clarke, 2005). Como observado previamente, a vitória de Chen foi interpretada pela RPC como uma mudança perigosa, indicando que Taiwan poderia se mover em direção a uma postura mais independente, o que ameaçava a política de "uma China" defendida por Pequim. A eleição de um presidente pró-autonomia reforçou a percepção de Pequim de que Taiwan se distanciava cada vez mais da reunificação pacífica.

Além disso, a nova administração de Chen adotou um discurso que priorizava a identidade taiwanesa, destacando o direito à autodeterminação e sugerindo que o modelo de “um país, dois sistemas”, aplicado a Hong Kong, era inaceitável para Taiwan. Como salientado por Clarke (2005), a resposta chinesa a essa mudança foi inicialmente cautelosa, mas Chen prosseguiu com políticas que foram interpretadas como indícios de uma possível declaração de independência, como o apoio à realização de referendos.

Pequim, alarmada com as mudanças políticas em Taiwan, considerou a aprovação de uma lei que formalizasse sua posição contra a independência taiwanesa. Em 2005, a Assembleia Popular Nacional da China aprovou a Lei de Anti-Secessão, uma medida legislativa que declarava a possibilidade de uso de "meios não pacíficos" caso Taiwan desse passos irreversíveis em direção à independência (Carriço, 2016). A lei articulava o direito da RPC de agir militarmente, reforçando que Taiwan era uma “província rebelde” e que a reunificação era uma questão de soberania e legitimidade nacional.

O objetivo da lei, sob a liderança do então presidente Hu Jintao, era conter as ambições separatistas e oferecer um arcabouço legal para uma intervenção armada, caso Taiwan seguisse uma agenda de secessão. Tsai (2024) argumenta que a aprovação da Lei de Anti-Secessão mostrou-se estratégica para acalmar a ala conservadora do Partido Comunista Chinês, que defendia uma postura mais assertiva em relação à reunificação com Taiwan, sem comprometer as perspectivas de desenvolvimento pacífico da região.

A Lei de Anti-Secessão contém disposições claras que delineiam os limites impostos por Pequim a qualquer tentativa de independência de Taiwan. O artigo mais significativo é o Artigo 8, que permite o uso de “meios não pacíficos” para impedir a secessão de Taiwan, caso a reunificação pacífica se mostre inviável ou caso movimentos separatistas ganhem força. Essa cláusula se tornou uma ameaça implícita de uso de força militar, enfatizando que a RPC não hesitaria em intervir para preservar sua integridade territorial (Chao, 2024).

Outros artigos reforçam a unidade da China, afirmando que tanto Taiwan quanto o continente constituem “uma só China”, com Taiwan sendo parte indivisível do território chinês. Lai (2024) ressalta que, sob a liderança de Hu, essa lei serviu também para estabelecer um compromisso com o princípio de que qualquer ação contra Taiwan deveria ser respaldada legalmente, oferecendo um equilíbrio entre uma retórica rígida e a manutenção de uma posição de contenção relativa.

A resposta em Taiwan foi imediata e intensa, especialmente entre os setores pró-independência, que viam a lei como uma tentativa de coerção e como uma violação ao direito de autodeterminação da ilha. Manifestantes e representantes do governo taiwanês condenaram a Lei de Anti-Secessão, interpretando-a como uma ameaça direta ao status quo e uma pressão para que Taiwan aceitasse a reunificação sob os termos de Pequim (Clarke, 2005). Além disso, a legislação provocou um aumento no apoio interno a uma identidade distinta, aprofundando o debate sobre a soberania de Taiwan.

Esse endurecimento da postura de Pequim em relação à independência de Taiwan teve implicações profundas para a política interna da ilha. A sociedade taiwanesa tornou-se mais consciente das questões de identidade e soberania, com uma crescente divisão entre aqueles que apoiavam a aproximação com a China e aqueles que defendiam a autonomia. Clarke (2005) enfatiza que, para muitos, a Lei de Anti-Secessão simbolizava uma tentativa de privar Taiwan de sua liberdade de escolha, gerando um ambiente de polarização e um fortalecimento do sentimento pró-independência.

A Lei de Anti-Secessão também teve impactos significativos nas relações sino-americanas, uma vez que os Estados Unidos, aliados de Taiwan através do Taiwan Relations Act (TRA), interpretaram a nova legislação como uma ameaça à estabilidade do estreito de Taiwan. Washington manifestou preocupação com o risco de uma escalada militar na região, reforçando seu apoio militar a Taiwan e sua política de “ambiguidade estratégica” para dissuadir qualquer ação unilateral de Pequim. A União Europeia e o Japão também expressaram preocupações, reconhecendo a Lei de Anti-Secessão como um fator de instabilidade potencial no Leste Asiático, como pode ser evidenciado por Carriço (2016).

O TRA, que garante o apoio militar e diplomático dos Estados Unidos a Taiwan, foi reafirmado por Washington em resposta à Lei de Anti-Secessão, com o objetivo de assegurar que qualquer mudança no status de Taiwan ocorresse pacificamente. Esse apoio contínuo dos Estados Unidos contribuiu para que Taiwan mantivesse uma postura autônoma, promovendo o desenvolvimento de sistemas de defesa, como mísseis balísticos e sistemas antiaéreos,

aumentando a capacidade defensiva da ilha e alimentando as suspeitas de Pequim sobre a influência americana na política de Taiwan (Tsai, 2024).

Sob a liderança de Xi Jinping, a Lei de Anti-Secessão passou a ser interpretada de maneira mais agressiva e estratégica. Segundo Chao (2024), Xi adotou uma abordagem que não apenas reafirma o princípio de “uma China”, mas também enfatiza a inevitabilidade da reunificação e a possibilidade do uso de força. A política de Xi reflete um compromisso com o “Sonho Chinês”, um projeto de fortalecimento nacional que inclui a reunificação com Taiwan como parte de seu legado histórico.

Xi Jinping intensificou o uso da Lei de Anti-Secessão como justificativa para exercícios militares regulares ao longo do estreito de Taiwan, criando um ambiente de intimidação para dissuadir o movimento pró-independência em Taiwan. A aplicação da lei tornou-se, portanto, um componente de sua política de segurança nacional, consolidando o status da China como uma potência regional e pressionando Taiwan a evitar políticas de independência explícitas (Lai, 2024).

Em linhas gerais, podemos dizer que a Lei de Anti-Secessão aprovada em 2005 representa um marco nas relações sino-taiwanesas, formalizando a disposição da China de impedir a independência de Taiwan. Inicialmente introduzida para responder às aspirações separatistas de Taiwan sob a liderança do DPP, a legislação evoluiu para se tornar um instrumento de pressão sob Xi Jinping, que utiliza a lei como base para reafirmar o controle chinês sobre Taiwan e justificar uma postura mais militarizada.

4.1.3. Eleições presidenciais de Taiwan (2016)

As eleições presidenciais de 2016 em Taiwan representaram um marco para a política da ilha e tiveram profundas implicações para a geopolítica do estreito de Taiwan e as relações sino-americanas. Tsai Ing-wen, candidata do DPP, venceu com uma ampla margem, encerrando o governo do KMT e trazendo à tona o desejo da população taiwanesa por uma identidade mais independente.

Antes das eleições de 2016, Taiwan passava por um período de aproximação com a China, impulsionado pela liderança de Ma Ying-jeou, do Kuomintang. Durante seus oito anos no poder, Ma promoveu laços comerciais e instituiu uma série de acordos com Pequim, que fortaleceram as trocas econômicas e culturais entre os dois lados do estreito. No entanto, esse estreitamento de relações gerou crescente descontentamento entre a população taiwanesa, que temia que a dependência econômica pudesse comprometer a autonomia política de Taiwan. Como evidenciado por Lee & Schreer (2016), o movimento estudantil Girassol, que ganhou força em 2014, foi uma resposta direta à tentativa do governo de aprovar o Acordo de

Comércio de Serviços com a China sem consulta pública, evidenciando uma oposição robusta à política de integração promovida pelo KMT.

De acordo com O'Connor & Meick (2016), as eleições presidenciais de 2016 refletiram esse descontentamento generalizado com a gestão do KMT. Tsai Ing-wen, líder do DPP e defensora de uma política de autonomia para Taiwan, venceu com 56,1% dos votos, superando Eric Chu, candidato do KMT, que obteve 30,1% dos votos, e James Soong, do Partido Primeiro o Povo (PPF), que teve 12,8%. Além da presidência, o DPP conquistou uma maioria histórica no Yuan Legislativo, com 68 dos 113 assentos. Esta maioria legislativa deu ao partido um poder sem precedentes para implementar políticas que reforçassem a identidade taiwanesa e a autonomia política.

A vitória de Tsai Ing-wen simbolizou uma ruptura com o modelo pró-China e foi vista como um sinal de fortalecimento da identidade democrática e autônoma de Taiwan. Tsai representava uma geração de taiwaneses que se identificavam exclusivamente como “taiwaneses” e não mais como “chineses”, marcando uma mudança cultural e geracional na ilha (Lee & Schreer, 2016; Vitello & Glaser, 2016).

Com a eleição de Tsai, surgiram incertezas quanto à estabilidade das relações entre Taiwan e a China. Embora Tsai evitasse um discurso abertamente pró-independência, seu histórico e a posição do DPP, favorável à autonomia, foram interpretados por Pequim como uma possível ameaça ao status quo. Em seu discurso de posse, Tsai enfatizou a importância de uma “relação consistente, previsível e sustentável” com a China, defendendo o status quo e ressaltando que a dignidade e o respeito mútuo deveriam orientar as interações entre os dois lados do estreito. Contudo, conforme apontado por Sui (2016a), ela também se absteve de reconhecer explicitamente o “Consenso de 1992”, um acordo que sustenta o entendimento de “uma só China” com diferentes interpretações, usado pelo KMT como base para acordos anteriores com Pequim.

A reação de Pequim foi de cautela, mas firme. O governo chinês reiterou que o consenso de 1992 era a base fundamental para qualquer diálogo e advertiu Taiwan a não tomar medidas em direção à independência. Pequim também reforçou sua posição por meio de demonstrações militares na região, evidenciando a disposição de utilizar a força, se necessário, para manter a integridade territorial chinesa (Vitello & Glaser, 2016; Bush, 2016).

Ademais, vitória de Tsai também foi um teste para a política americana de ambiguidade estratégica, que historicamente visa dissuadir a China de usar a força contra Taiwan, sem, contudo, apoiar explicitamente a independência taiwanesa. A Lei de Relações com Taiwan, de 1979, estipula que os Estados Unidos fornecerão a Taiwan os meios

necessários para a sua defesa, mas não obriga Washington a intervir militarmente em caso de conflito. A eleição de Tsai e o fortalecimento do DPP foram bem recebidos pelo governo americano, que parabenizou Tsai e destacou o interesse em preservar a paz no estreito, indicando que os EUA seguiriam apoiando Taiwan dentro do quadro de sua política de “uma só China” (Glaser, 2017).

Com a entrada da administração Trump em 2017, havia sinais de que a política americana em relação a Taiwan poderia se tornar mais assertiva. Analistas sugeriram que os EUA poderiam reforçar sua postura de apoio a Taiwan, o que traria novas tensões com Pequim. O’Connor & Meick (2016) frisam que a aliança informal entre Taiwan e os Estados Unidos ganhou destaque na política de defesa de Tsai, que buscava o fortalecimento das capacidades militares da ilha, incluindo a tecnologia de defesa assimétrica, para dissuadir possíveis agressões chinesas.

Assim, a vitória do DPP e a nova maioria no parlamento consolidaram uma plataforma favorável ao fortalecimento da identidade taiwanesa e à preservação da autonomia política. A administração de Tsai focou em reformas econômicas e sociais voltadas para o bem-estar da população, promovendo a inovação e a diversificação econômica para reduzir a dependência da China. Essa estratégia visava atender às demandas de uma população cada vez mais cética em relação ao modelo de integração econômica promovido pelo KMT. O novo governo procurava equilibrar os laços comerciais com a China, enquanto diversificava parcerias internacionais, especialmente com os EUA e outras economias asiáticas (Vitello & Glaser, 2016; Bush, 2016).

O sucesso de Tsai em conquistar apoio para essa agenda interna também refletiu o sentimento de uma nova geração de taiwaneses que enxergava Taiwan como uma entidade política e cultural distinta da China. Para Sui (2016a), esse fortalecimento da identidade local trouxe novos desafios para Pequim, que via na consolidação da identidade taiwanesa uma ameaça à narrativa de uma China unificada e indivisível.

A eleição de Tsai e a rejeição do “Consenso de 1992” aumentaram as tensões entre Pequim e Taipé. O presidente Xi Jinping, que adota uma política mais rigorosa e assertiva quanto à soberania territorial, advertiu repetidamente que qualquer movimento em direção à independência formal de Taiwan seria respondido com severidade. Vitello & Glaser (2016) ressaltam que, para Pequim, a unificação com Taiwan é uma questão de legitimidade e é vista como um componente indispensável do “Sonho Chinês” e da estratégia de fortalecimento nacional. A abordagem de Xi Jinping tem sido descrita como “détente militarizada”,

combinando exercícios militares no estreito com esforços diplomáticos para isolar Taiwan de qualquer reconhecimento internacional formal (Sui, 2016b).

Apesar disso, Tsai buscou minimizar as tensões com Pequim, reafirmando que não declararia formalmente a independência e que manteria uma política de prudência nas relações com o continente. Entretanto, como mencionado por Glaser (2017), os canais formais de comunicação haviam sido suspensos, dificultando o diálogo direto e aumentando o risco de mal-entendidos e crises diplomáticas.

Após essa exposição podemos observar que a eleição de Tsai Ing-wen em 2016 não apenas transformou a política interna de Taiwan, mas também trouxe novas complexidades para a geopolítica regional. Ao reafirmar uma identidade autônoma, o DPP fortaleceu as aspirações de Taiwan por soberania, ainda que evitando ações que provocassem Pequim diretamente. O governo de Tsai, ao se distanciar do “Consenso de 1992”, assumiu o desafio de manter a paz no estreito sem ceder à pressão chinesa, enquanto buscava fortalecer as relações com os Estados Unidos e ampliar suas alianças internacionais.

Para a China, a situação reforça a necessidade de uma abordagem estratégica que considere tanto a coesão interna quanto a realidade internacional. A rigidez da política de Xi Jinping em relação a Taiwan pode aumentar as tensões regionais e testar os limites da estabilidade no estreito, especialmente à medida que Taiwan continua a consolidar sua identidade democrática e autônoma.

4.1.4. Aumento da pressão militar chinesa em Taiwan (2019-2020)

Entre os anos de 2019 e 2020, a tensão entre China e Taiwan se intensificou em um contexto de amplificação da pressão militar chinesa sobre a ilha. Este período foi marcado por manobras militares frequentes e pela reafirmação pública de Pequim sobre a necessidade da reunificação, acompanhada por duras reações às ações diplomáticas e comerciais dos Estados Unidos em apoio a Taiwan.

Em julho de 2019, a China iniciou uma série de exercícios militares nas proximidades de Taiwan, um evento que chamou atenção pela sua magnitude e pela localização das atividades militares nas regiões costeiras de Zhejiang, Fujian e Guangdong. De acordo com a UOL Notícias (2019), a Administração Chinesa de Segurança Marítima emitiu diversas notificações que interditaram áreas marítimas e aéreas, impedindo a entrada de navios civis e outras aeronaves. Essa movimentação foi acompanhada pela reafirmação de Pequim de que a reunificação com Taiwan era um objetivo inegociável, uma posição que o governo chinês tornaria pública em vários documentos oficiais durante o ano. Especialistas indicaram que a

intensificação dos exercícios militares servia como um recado explícito à comunidade internacional, especialmente aos Estados Unidos, principal aliado de Taiwan.

A decisão dos EUA, aprovada no início do mês, de vender armamentos à ilha no valor de 2,2 bilhões de dólares, incluindo tanques M1A2T Abrams e mísseis Stinger, acentuou o ressentimento de Pequim, que considerou o movimento uma provocação direta. Segundo reportagem da Gazeta do Povo (2019), a venda de armas, junto ao aumento da presença naval americana no estreito de Taiwan, foi considerada uma interferência inaceitável nos assuntos internos da China. Pequim se comprometeu, em resposta, a aumentar a prontidão militar e a fortalecer suas capacidades de defesa, focando especialmente na região do estreito.

Ao longo de 2019, a frequência dos exercícios militares chineses na região continuou a crescer, conforme relatado pelo Correio do Povo (2019). Em setembro, o governo chinês iniciou mais um conjunto de manobras militares de grande escala, destacando a seriedade de suas intenções em retomar o controle sobre Taiwan. Essas operações foram vistas como uma tentativa de intimidar Taiwan e seus aliados, e foram acompanhadas de declarações do porta-voz militar chinês, que enfatizou a disposição do país em "usar a força, se necessário" para reunificar o território. A presença militar americana na região, com o cruzador de mísseis guiados USS Antietam navegando pelo estreito de Taiwan, acentuou as tensões, uma vez que o governo chinês percebeu essa ação como uma ameaça direta à sua soberania.

O subsecretário de Estado dos EUA, Keith Krach, também visitou a ilha em uma viagem oficial, fortalecendo os laços diplomáticos entre Taiwan e os Estados Unidos. A visita foi condenada por Pequim, que anunciou novas manobras militares em resposta, demonstrando uma vez mais sua oposição a qualquer envolvimento estrangeiro na ilha. Como pode ser observado no Correio Braziliense (2020), o governo chinês considerou as visitas de autoridades americanas como uma interferência intencional em seus interesses territoriais e uma tentativa de contenção do crescimento chinês.

Em setembro de 2020, durante a visita de Krach, a China anunciou o início de novos exercícios militares, desta vez focados no estreito de Taiwan. A justificativa dada por Ren Guoqiang, porta-voz do Ministério da Defesa chinês, foi de que as operações eram uma "medida legítima e necessária para proteger a soberania e a integridade territorial da China" (UOL Notícias, 2020). A China alertou contra a interferência externa, destacando que "aqueles que brincam com fogo acabarão se queimando". Essa declaração teve uma repercussão significativa na mídia e foi amplamente interpretada como um recado aos Estados Unidos, que continuavam a fortalecer sua cooperação com Taiwan.

A visita do subsecretário americano ocorreu apenas um mês após a presença do secretário de Saúde dos EUA, Alex Azar, na ilha. Azar elogiou a gestão taiwanesa da pandemia de COVID-19, o que foi interpretado por Pequim como uma provocação adicional. Em resposta, a China continuou a intensificar suas operações no estreito, enviando caças e navios para a região, em uma clara demonstração de força.

Assim, podemos observar que entre 2019 e 2020, as tensões no estreito de Taiwan alcançaram níveis sem precedentes. A postura assertiva de Pequim em relação à reunificação de Taiwan e sua disposição em usar força militar, se necessário, colocaram a região em um estado constante de alerta. Ao mesmo tempo, o apoio dos Estados Unidos a Taiwan, tanto em termos de armamentos quanto de visitas oficiais, provocou reações cada vez mais intensas da China, que interpretou essas ações como interferências diretas em seus assuntos internos.

4.1.5. Visita de Nancy Pelosi e publicação do Livro Branco sobre a questão de Taiwan (2022)

Em 2022, as tensões entre China, Taiwan e os Estados Unidos atingiram novos patamares com a visita de Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, a Taiwan. Esse evento desafiou décadas de uma política de contenção e ambiguidade estratégica, provocando uma resposta imediata e contundente da China. Pequim, em resposta, publicou um Livro Branco reafirmando sua posição sobre Taiwan e esboçando os próximos passos para a reunificação. A seguir, exploramos, em uma sequência cronológica, as implicações dessa visita e o posicionamento oficial da China, com base nas fontes e eventos analisados.

Conforme foi evidenciado, desde os anos 1970, os Estados Unidos mantêm uma política de “ambiguidade estratégica” em relação a Taiwan, reconhecendo oficialmente a República Popular da China (RPC) em 1979, mas sem renunciar ao apoio econômico e militar a Taiwan. Essa postura ambígua permitiu que Taiwan operasse como uma entidade autônoma, enquanto Pequim continuava a defender a reunificação pacífica da ilha. Contudo, a visita de Pelosi em agosto de 2022 marcou uma quebra desse status quo, provocando uma resposta severa da China como pode ser observado por Reyna, (2022).

Nos dias anteriores à visita, Pequim intensificou os alertas ao governo dos EUA. Segundo Reyna (2022), tanto o ministro das Relações Exteriores Wang Yi quanto o presidente Xi Jinping reiteraram que a visita seria vista como uma provocação direta, ameaçando as relações bilaterais e potencialmente minando a estabilidade regional. Em uma ligação com o presidente Joe Biden, Xi afirmou que “aqueles que brincam com fogo acabarão se queimando” (BBC News Brasil, 2022).

Especialistas interpretaram essas declarações como uma tentativa de dissuadir a visita. Porém, ao desembarcar em Taipei, Pelosi se tornou a mais alta autoridade americana a visitar Taiwan em 25 anos, desconsiderando os alertas chineses e provocando reações de diversas partes do governo de Pequim. A retórica agressiva intensificou a percepção da China de que os EUA estavam abandonando o compromisso tácito com a política de “uma só China” (Exame, 2022).

Durante sua estadia, Pelosi reuniu-se com a presidente taiwanesa Tsai Ing-wen, reafirmando o compromisso dos EUA com a democracia taiwanesa. Conforme documentado pelo Jornal da Unesp (Coelho, 2022), Pelosi reforçou o apoio americano à liberdade de Taiwan em meio às ameaças chinesas. O gesto foi percebido como um desafio explícito à autoridade de Pequim sobre a ilha.

Em resposta, a China deu início a exercícios militares de grande escala ao redor de Taiwan, incluindo o lançamento de mísseis balísticos que sobrevoaram partes da ilha e a realização de simulações de bloqueio aéreo e marítimo. Esses exercícios, entre os mais intensos já realizados por Pequim na região, foram vistos como uma tentativa de intimidar Taiwan e seus aliados (Correio Braziliense, 2022).

Dias após a visita de Pelosi, o governo chinês publicou um novo Livro Branco, intitulado “The Taiwan Question and China's Reunification in the New Era” (República Popular da China, 2022). Esse documento, elaborado pelo Escritório de Assuntos de Taiwan do Conselho de Estado, reafirmou o compromisso da China com a reunificação, posicionando Taiwan como uma questão de integridade territorial e uma “missão histórica” ligada ao rejuvenescimento nacional da China. O Livro Branco justificou a reivindicação de Taiwan com base em uma série de argumentos históricos e jurídicos, incluindo a Declaração do Cairo (1943) e a Proclamação de Potsdam (1945), que estipulavam a devolução de Taiwan à China após a Segunda Guerra Mundial (República Popular da China, 2022).

Para a China, o apoio dos EUA a Taiwan representa uma violação dos princípios estabelecidos na Resolução 2758 da ONU, que reconheceu a RPC como o único representante legítimo da China, incluindo Taiwan em seu território. Esse posicionamento fortaleceu a visão do governo chinês de que não há base legal para a independência taiwanesa e que qualquer movimento separatista seria ilegal (Reyna, 2022).

A visita de Pelosi trouxe à tona as limitações da política americana de ambiguidade estratégica. Enquanto a Casa Branca tentou distanciar-se do evento, a visita evidenciou o apoio bipartidário à defesa de Taiwan e pressionou o governo Biden a adotar uma postura mais firme em relação à China. Conforme Coelho (2022), a viagem não apenas revelou

divergências internas nos EUA, mas também pressionou Washington a fortalecer sua presença militar no Indo-Pacífico, intensificando o risco de confrontos na região.

O episódio também teve repercussões diplomáticas significativas. Nações da ASEAN, preocupadas com a estabilidade regional, expressaram preocupações sobre o conflito, enquanto o posicionamento chinês, considerado calculado e militarmente robusto, consolidou seu papel como o lado racional na disputa, de acordo com o Jornal da Unesp (Coelho, 2022).

Para Taiwan, a visita de Pelosi representou tanto um símbolo de apoio quanto uma fonte de apreensão. A maioria dos taiwaneses, de acordo com Reyna (2022), prefere manter o status quo, preservando a autonomia sem uma declaração formal de independência. O Livro Branco chinês e as manobras militares subsequentes reforçaram o sentimento de alienação da população taiwanesa em relação ao continente, sobretudo entre as gerações mais jovens, que se identificam cada vez mais exclusivamente como taiwanesas (República Popular da China, 2022).

A visita de Pelosi e a resposta chinesa marcam um ponto de inflexão na questão Taiwan-China. O governo chinês, determinado a alcançar a reunificação, mantém a possibilidade de uso da força, mas continua a priorizar uma abordagem diplomática, conforme explicitado no Livro Branco de 2022 (República Popular da China, 2022). A postura dos EUA diante da situação sugere uma reavaliação da ambiguidade estratégica, especialmente em face da crescente assertividade de Pequim.

Para a China, a reunificação de Taiwan é essencial para consolidar seu renascimento nacional e garantir sua integridade territorial, um objetivo fundamental para a visão de potência global promovida pelo Partido Comunista Chinês. O futuro da ilha, entretanto, permanece incerto, com os taiwaneses cada vez mais divididos sobre seu próprio destino, enquanto as pressões internacionais continuam a reconfigurar as alianças na região do Indo-Pacífico (Reyna, 2022; República Popular da China, 2022).

4.2. Relações Comerciais entre China e Taiwan

As relações comerciais entre China e Taiwan passaram por uma expansão significativa desde o início dos anos 2000, com a integração econômica se aprofundando a despeito das divergências políticas e geopolíticas. De acordo com dados do National Bureau of Statistics of China, o volume de comércio bilateral entre as duas regiões mostrou um crescimento contínuo, alcançando valores expressivos que refletem a dependência mútua. Em 2000, o comércio total entre China e Taiwan somava cerca de 30 bilhões de dólares americanos, com as exportações de Taiwan para a China representando uma parte significativa desse montante.

Esse fluxo comercial se manteve em expansão, atingindo um pico de aproximadamente 318 bilhões de dólares em 2021, impulsionado principalmente pela demanda chinesa por produtos tecnológicos e eletrônicos taiwaneses, especialmente semicondutores, em que Taiwan detém uma posição de liderança global (República Popular da China, 2022).

As exportações de Taiwan para a China têm sido lideradas por produtos de alta tecnologia, como semicondutores e componentes eletrônicos, que são essenciais para as indústrias chinesas de eletrônicos e telecomunicações. Esse tipo de produto responde por uma parcela significativa das exportações taiwanesas e ilustra como a economia chinesa se beneficia da expertise taiwanesa em tecnologia avançada, uma dependência que fortalece a interdependência econômica entre as duas regiões, apesar das tensões políticas (Carricho, 2016). Por outro lado, as importações chinesas de Taiwan incluem produtos manufaturados e peças essenciais para a cadeia de suprimentos, que têm impacto direto na capacidade de produção industrial chinesa, um fator que reforça o pragmatismo nas relações comerciais entre os dois lados do estreito, mesmo em momentos de crise. A tabela abaixo mostra como os números diferem em relação a quantidades de importações e exportações, e como as relações comerciais se desenvolvem no decorrer dos anos.

Tabela 1 - Dados de Comércio Exterior da China com Taiwan

China's Foreign Trade with Taiwan			
unit. USD 10.000			
Ano	Exportações	Importações	Total
1999	394.986	1.952.682	2.347.668
2000	503.900	2.549.356	3.053.256
2001	500.024	2.733.945	3.233.969
2002	658.572	3.806.139	4.464.711
2003	900.409	4.936.038	5.836.447
2004	1.354.443	6.475.932	7.830.374
2005	1.654.956	7.468.033	9.122.989
2006	2.073.308	8.709.863	10.783.172

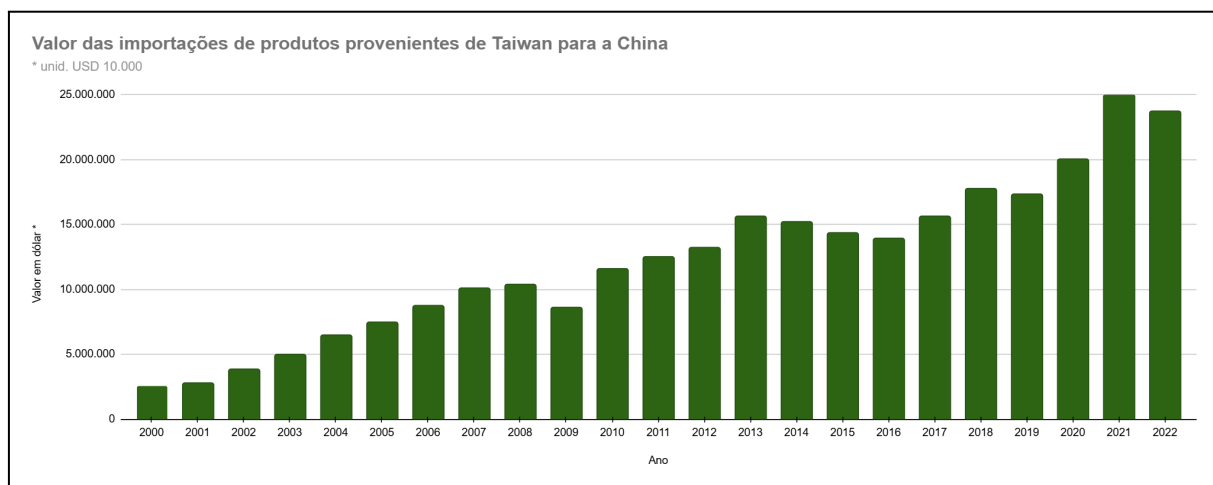
2007	2.345.980	10.102.707	12.448.688
2008	1.587.706	10.333.793	12.921.499
2009	2.050.126	8.572.025	10.622.151
2010	2.967.449	11.573.865	14.541.314
2011	3.510.894	12.490.866	16.001.761
2012	3.677.743	13.220.364	16.898.106
2013	4.063.405	15.640.491	19.703.896
2014	4.627.662	15.200.713	19.828.375
2015	4.489.247	14.320.422	18.809.668
2016	4.024.120	13.884.723	17.908.843
2017	4.397.853	15.596.059	19.993.912
2018	4.864.306	17.759.987	22.624.292
2019	5.510.931	17.301.276	22.812.207
2020	6.011.743	20.049.793	26.061.536
2021	1.835.915	24.981.428	32.817.343
2022	8.162.638	23.693.714	31.856.351

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir da coleta dos dados presentes no China Statistical Yearbook (de 2000 até 2022), documento oficial chinês elaborado pelo National Bureau Statistics of China.

Como pode ser observado, a partir de 2010, as exportações taiwanesas para a China aumentaram de forma notável, com valores crescendo de 145 bilhões de dólares em 2010 para 318 bilhões de dólares em 2021. Esse crescimento acentuado pode ser atribuído à contínua expansão da capacidade produtiva de Taiwan e ao fortalecimento de seu setor de tecnologia. Contudo, os anos marcados por crises geopolíticas, como em 2005 com a aprovação da Lei Anti-Secessão e em 2019 com o aumento da pressão militar chinesa sobre a ilha, demonstraram que as tensões políticas podem provocar flutuações temporárias nas trocas comerciais. Em 2005, por exemplo, observou-se uma leve desaceleração nas exportações

taiwanesas para a China, possivelmente devido ao aumento da cautela por parte das empresas taiwanesas diante da postura mais rígida de Pequim, como pode ser observado nos gráficos abaixo (Chao, 2024).

Gráfico 1 - Importações de produtos provenientes de Taiwan para a China

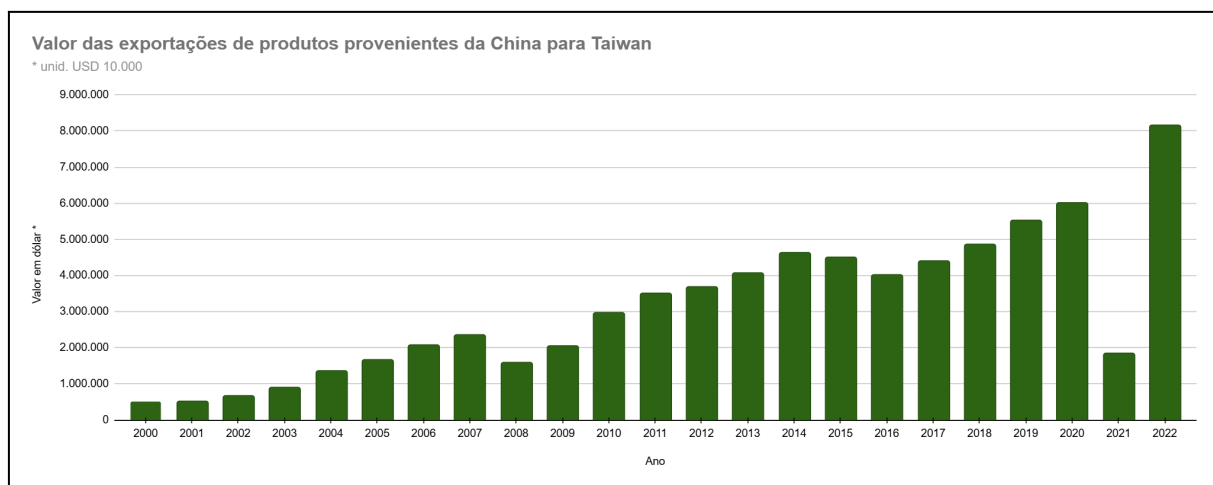


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir da coleta dos dados presentes no China Statistical Yearbook (de 2000 até 2022), documento oficial chinês elaborado pelo National Bureau Statistics of China.

O Gráfico 1 demonstra o crescimento consistente das importações chinesas provenientes de Taiwan entre 2000 e 2022. Esse aumento reflete a crescente interdependência econômica entre os dois lados do Estreito de Taiwan, particularmente no setor de tecnologia. Produtos como semicondutores e componentes eletrônicos representam uma parcela significativa dessas importações, destacando a posição estratégica de Taiwan como fornecedor essencial para a indústria tecnológica chinesa.

As flutuações em momentos específicos, como em 2005 e 2019, coincidem com períodos de maior tensão geopolítica, sugerindo que as crises podem gerar impacto de curto prazo nas relações comerciais. Contudo, o padrão de crescimento contínuo revela a resiliência do comércio bilateral, impulsionado pela alta demanda chinesa por produtos taiwaneses de alta tecnologia.

Gráfico 2 - Exportações de produtos provenientes da China para Taiwan.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir da coleta dos dados presentes no China Statistical Yearbook (de 2000 até 2022), documento oficial chinês elaborado pelo National Bureau Statistics of China.

O Gráfico 2 ilustra o volume das exportações chinesas para Taiwan no mesmo período, evidenciando um crescimento estável, mas em ritmo mais lento quando comparado às importações. Os produtos exportados pela China para Taiwan são predominantemente bens manufaturados e matérias-primas industriais, que complementam as cadeias produtivas da ilha.

Apesar de crises políticas, como a Lei Anti-Secessão (2005) e o aumento das tensões militares (2019-2020), o comércio bilateral manteve um fluxo constante. Isso sugere que, mesmo em meio a divergências políticas e tensões militares, as relações comerciais permanecem um componente pragmático da interação sino-taiwanesa, reforçando a interdependência econômica.

Ambos os gráficos destacam um padrão de resiliência econômica, onde as flutuações causadas por crises geopolíticas são temporárias, seguidas de recuperação. Esse comportamento reafirma a importância da relação econômica entre China e Taiwan, apesar dos desafios políticos e militares.

Os gráficos mostram um crescimento expressivo no comércio bilateral entre China e Taiwan nas últimas duas décadas, com flutuações ocasionais associadas a eventos relevantes na economia internacional. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) impulsionou sua integração na economia global, facilitando o acesso a mercados e recursos internacionais como observado por Freitas (2021). Esse marco permitiu o crescimento de sua

indústria tecnológica, que se beneficiou de semicondutores e eletrônicos exportados por Taiwan, conforme evidenciado pelo aumento constante no Gráfico 1.

A globalização acelerada durante os anos 2000 promoveu uma maior integração das cadeias produtivas, com Taiwan emergindo como líder na produção de semicondutores e componentes eletrônicos (Taiwan Semiconductor Industry Association, 2007). O aumento do comércio bilateral reflete essa expansão, sustentada pela complementaridade econômica entre os dois lados do estreito.

A crise financeira de 2008 gerou uma desaceleração global, reduzindo temporariamente o comércio internacional. Os gráficos mostram uma leve queda nos fluxos comerciais sino-taiwaneses, acompanhando a retração econômica global. No entanto, a demanda por tecnologia rapidamente se recuperou nos anos seguintes. Após 2009, a recuperação econômica global trouxe uma nova onda de crescimento. Taiwan, como líder no setor de semicondutores, viu suas exportações para a China aumentarem, impulsionadas pela expansão das indústrias de eletrônicos e telecomunicações chinesas (Chen, Mrkaic, Nabar, 2018).

A crescente popularidade de dispositivos como smartphones e laptops gerou uma demanda massiva por semicondutores. Taiwan, como um dos maiores fornecedores globais, ampliou suas exportações, sustentando o crescimento comercial registrado no Gráfico 1. A eleição de Tsai Ing-wen, com uma agenda pró-autonomia, gerou tensões com Pequim, levando a uma leve desaceleração nas trocas comerciais entre 2016 e 2017 (Lee & Schreer, 2016; Vitello & Glaser, 2016). Empresas taiwanesas adotaram uma postura mais cautelosa, refletindo a incerteza sobre o impacto das políticas de Tsai nas relações sino-taiwanesas.

A pandemia de COVID-19 impulsionou a digitalização global, aumentando a demanda por dispositivos eletrônicos e, conseqüentemente, por semicondutores taiwaneses. Esse fenômeno é visível no crescimento acentuado das exportações de Taiwan para a China no Gráfico 1. A escassez global de semicondutores evidenciou a importância de Taiwan no mercado internacional (Jaumotte et al, 2023). A dependência chinesa desses produtos levou a um pico no comércio bilateral em 2021, conforme mostrado no Gráfico 1.

A visita de Nancy Pelosi a Taiwan e as respostas militares da China elevaram as tensões na região. Apesar disso, a interdependência econômica manteve o fluxo comercial resiliente (BBC News, 2022), como mostrado pela estabilidade das exportações chinesas para Taiwan no Gráfico 2.

Dessa forma, os dados dos gráficos refletem como as relações comerciais sino-taiwanesas são moldadas por eventos internacionais e geopolíticos. A interdependência

tecnológica, especialmente no setor de semicondutores, desempenha um papel central na resiliência do comércio bilateral. Mesmo em contextos de crises, os interesses econômicos prevalecem, assegurando a continuidade das trocas comerciais entre China e Taiwan. Além disso, a importância da estabilidade nas relações comerciais sino-taiwanesas também se reflete no papel das cadeias de fornecimento globais. Com a escalada das tensões políticas, especialmente a partir de 2019, algumas empresas taiwanesas passaram a buscar diversificação de mercados para reduzir a dependência do mercado chinês. No entanto, os dados mostram que, apesar dessas iniciativas, o comércio bilateral continua resiliente e crescente, com a China permanecendo o principal destino das exportações taiwanesas. Esse padrão ilustra a complexidade das relações sino-taiwanesas, nas quais a interdependência econômica age como um contrapeso às disputas políticas, mantendo o comércio como uma prioridade estratégica para ambas as partes (Tsui, 2016).

Em resumo, os dados de importação e exportação entre China e Taiwan evidenciam um relacionamento econômico que, embora vulnerável às variações geopolíticas, mantém-se robusto devido à integração das cadeias produtivas e à complementaridade dos setores industriais. A resiliência das trocas comerciais em meio a crises revela não apenas a importância do pragmatismo econômico para ambos os lados, mas também os desafios futuros, considerando o cenário geopolítico em constante mudança e o papel de Taiwan como ator-chave na cadeia global de tecnologia (Reyna, 2022).

4.3. O Impacto das Crises Geopolíticas nas Relações Comerciais

O início dos anos 2000 marcou a ascensão de Chen Shui-bian à presidência de Taiwan, o primeiro presidente do Partido Progressista Democrático (PPD) com um programa que, ainda que moderado, indicava uma aproximação à independência formal. Esse período gerou tensões significativas com a China, que observou com apreensão a possibilidade de uma mudança na política de "Uma China".

A análise dos dados de comércio bilateral entre 2000 e 2004 demonstra um aumento inicial nas exportações de Taiwan para a China, que se mantiveram constantes, embora com variações sazonais típicas. Mesmo com as tensões políticas, as empresas taiwanesas intensificaram investimentos e exportações para o mercado chinês, um reflexo da crescente dependência econômica mútua. No entanto, houve uma leve desaceleração nas importações chinesas provenientes de Taiwan em anos eleitorais, possivelmente associada à incerteza sobre as políticas comerciais e de segurança que poderiam advir de um governo pró-independência em Taiwan.

A aprovação da Lei Anti-Secessão pelo governo chinês em 2005, que autoriza o uso de "meios não pacíficos" contra movimentos independentistas em Taiwan, teve um efeito imediato no comércio bilateral. Nos meses subsequentes à sua promulgação, observa-se um breve declínio nas exportações de Taiwan para a China, refletindo a cautela de empresas taiwanesas em relação ao ambiente de incerteza e o risco de represálias políticas.

Entretanto, essa queda mostrou-se temporária, e as exportações retomaram uma tendência de alta no ano seguinte, evidenciando a resiliência do setor exportador taiwanês e a crescente demanda chinesa por componentes eletrônicos e tecnologia avançada, nos quais Taiwan possui uma vantagem comparativa. Esse episódio marca uma dinâmica de resiliência econômica em meio a tensões políticas, uma característica recorrente das relações sino-taiwanesas.

Em 2014, as eleições legislativas em Taiwan trouxeram uma vitória expressiva ao PPD, e em 2016, Tsai Ing-wen foi eleita presidente, intensificando as preocupações da China sobre um possível avanço nas políticas de autonomia de Taiwan. Esse período coincidiu com uma leve retração nas exportações de Taiwan para a China, notavelmente em setores estratégicos como semicondutores, uma área em que Taiwan exerce significativo controle de mercado. A análise sugere que essa redução, embora parcial, pode estar vinculada a uma estratégia cautelosa das empresas taiwanesas, que buscavam diversificar mercados em resposta às crescentes tensões.

No entanto, como nas crises anteriores, o comércio bilateral voltou a crescer nos anos seguintes, principalmente impulsionado pela forte demanda chinesa por produtos de alta tecnologia. Esse período evidencia que, embora eventos políticos causem flutuações momentâneas, a interdependência econômica fortalece a recuperação do comércio após crises pontuais, sublinhando a dificuldade de uma ruptura comercial completa entre China e Taiwan.

A intensificação da presença militar chinesa no Estreito de Taiwan em 2019 e 2020, aliada ao apoio dos Estados Unidos à defesa de Taiwan, representou um novo marco de pressão geopolítica sobre as relações comerciais bilaterais. Os dados comerciais revelam uma leve desaceleração nas exportações taiwanesas para a China nesse período, especialmente durante o ápice das tensões militares. Esse movimento, ainda que pontual, reflete a prudência das empresas taiwanesas diante da ameaça de retaliação chinesa em meio à escalada militar.

Contudo, observa-se que o impacto dessa tensão militar foi novamente limitado. Após um breve período de desaceleração, as exportações taiwanesas para a China voltaram a registrar aumentos, impulsionadas pela demanda chinesa contínua por componentes eletrônicos e produtos de tecnologia. Isso sugere que, mesmo em face de uma militarização

crescente, o comércio bilateral segue um padrão de resiliência, impulsionado pela alta dependência econômica.

A análise dos dados comerciais em períodos de crise geopolítica entre China e Taiwan revela um padrão de resiliência econômica, onde, apesar de tensões significativas e medidas políticas coercitivas, o fluxo comercial tende a se recuperar. Esse fenômeno ilustra a interdependência econômica profunda entre os dois atores e a dificuldade de dissociar suas economias, especialmente nos setores de alta tecnologia.

Cada crise geopolítica leva a uma flutuação temporária, geralmente caracterizada por uma queda momentânea nas exportações de Taiwan para a China, seguida de uma retomada impulsionada pela demanda chinesa. A análise demonstra que, embora as crises gerem incerteza, elas não conseguem sustentar um impacto econômico prolongado devido à forte necessidade de ambos os lados em manter a estabilidade comercial. Esse cenário reflete a natureza complexa da relação sino-taiwanesa, onde interesses econômicos prevalecem mesmo em meio a uma rivalidade política crescente.

Em linhas gerais, o exame das crises geopolíticas no século XXI destaca o equilíbrio frágil entre as crescentes tensões políticas e a interdependência econômica que caracteriza as relações entre China e Taiwan. Ainda que eventos de crise demonstrem o potencial de intensificação do conflito, especialmente quando envolvem questões de soberania e segurança, o comércio bilateral exhibe, em geral, uma resiliência notável. A capacidade de ambos os lados em preservar os laços comerciais, mesmo em meio a discordâncias políticas, evidencia a relevância econômica mútua e a adaptação das políticas comerciais em resposta às pressões geopolíticas. No entanto, cada episódio analisado sugere que a continuidade desse equilíbrio depende de fatores externos, particularmente o apoio político e militar dos Estados Unidos a Taiwan, o que reforça a importância de um cenário regional estável.

Assim, podemos concluir que, apesar das intermitências causadas por crises específicas, a tendência de manutenção do comércio bilateral se sobrepõe à lógica das disputas político-militares, refletindo uma interdependência que, se não garante estabilidade, minimiza o risco de rupturas severas e duradouras. Esse fenômeno sublinha a complexidade das relações sino-taiwanesas e a necessidade de estratégias contínuas de mitigação de conflitos para que a economia regional não sofra os impactos da crescente militarização e securitização do estreito de Taiwan.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar o impacto das crises geopolíticas nas relações comerciais entre China e Taiwan no período de 2000 a 2022, um tema de extrema relevância para os estudos em Relações Internacionais e Geopolítica, devido à complexidade das interações entre economia e política em uma das regiões mais estratégicas do mundo. Ao longo da pesquisa, foram analisados momentos específicos de crise, como as eleições presidenciais taiwanesas, a promulgação da Lei Anti-Secessão pela China, o apoio militar e diplomático dos Estados Unidos a Taiwan, e episódios de demonstração militar no Estreito de Taiwan. Esses eventos se destacaram pela intensidade das tensões que geraram entre os dois lados, sendo interpretados como pontos de inflexão no estudo das interações comerciais sino-taiwanesas.

A análise histórica das relações entre China e Taiwan, que pode ser observada no primeiro capítulo, trata desde a Revolução Chinesa e a instauração da República da China, da Guerra Civil Chinesa até a fundação da República Popular da China e sobre a retirada do Kuomintang para Taiwan, evidencia a profundidade e complexidade do conflito. Este capítulo mostra que o confronto entre o Partido Comunista Chinês e o KMT resultou não apenas em uma divisão territorial, mas também em uma disputa ideológica que moldou as identidades políticas dos dois lados. Ao longo das décadas, essa divisão se solidificou, com a China consolidando uma postura de reivindicação de Taiwan como província, enquanto Taiwan, embora sob o nome de República da China (ROC), buscou afirmar uma autonomia que reflete as características de um Estado soberano.

Além disso, o papel dos Estados Unidos, inicialmente um aliado próximo do KMT e, mais tarde, um defensor da política de "Uma China" junto à RPC, trouxe complexidade às relações no Estreito de Taiwan. Este capítulo ilustra que a história do conflito entre China e Taiwan é, portanto, uma narrativa de disputa por legitimidade e soberania, onde as influências externas e as políticas internas de ambos os lados configuraram uma relação de alta tensão e de difícil resolução. Esta análise histórica estabelece as bases para a compreensão dos eventos geopolíticos subsequentes, que não apenas perpetuam o conflito, mas também intensificam as disputas no cenário internacional. Dessa forma, o primeiro objetivo específico de apresentar as raízes do conflito e os conceitos teóricos que o sustentam foi atingido, oferecendo uma compreensão clara das bases do embate.

O segundo capítulo, que discorre sobre as crises geopolíticas do século XX, revela a importância dos eventos no Estreito de Taiwan para a configuração das relações sino-taiwanesas e para o posicionamento dos Estados Unidos na região Ásia-Pacífico. A

Primeira e a Segunda Crises do Estreito de Taiwan, nos anos 1950, exemplificam as tentativas iniciais de a China comunista reafirmar sua soberania sobre Taiwan, ao mesmo tempo em que Taiwan e os EUA solidificavam uma aliança defensiva. Já a Terceira Crise, de 1995-1996, introduziu novos elementos ao conflito, com Taiwan transitando para uma democracia plena e desafiando ainda mais a narrativa chinesa de reunificação.

Cada uma dessas crises demonstrou que a questão de Taiwan é um ponto crucial na política externa dos EUA e nas ambições de segurança da China. O legado dessas crises moldou a percepção de ameaça e a preparação militar de ambos os lados, com os Estados Unidos fortalecendo seu compromisso com a segurança de Taiwan e a China buscando modernizar suas capacidades militares. Em conclusão, essas crises consolidaram o Estreito de Taiwan como uma das zonas mais tensas do mundo, onde as disputas de soberania e a competição por influência definem as estratégias de segurança e moldam as dinâmicas do século XXI. Assim, o segundo objetivo específico, de identificar e analisar os momentos críticos de crise geopolítica, foi plenamente cumprido, revelando que as crises anteriores moldaram as percepções de segurança e as políticas de defesa no Estreito de Taiwan, e estabeleceram um padrão de rivalidade militar que se mantém no século XXI.

No terceiro e último capítulo sobre as crises geopolíticas do século XXI, se destaca a complexidade das relações entre China e Taiwan no contexto de uma crescente interdependência econômica. Os eventos analisados, como a eleição de Chen Shui-bian em 2000, a Lei Anti-Secessão de 2005 e as tensões mais recentes com a visita de Nancy Pelosi a Taiwan em 2022, mostram que, embora as crises geopolíticas causem instabilidade, o comércio entre os dois lados do estreito persiste e apresenta uma resiliência notável. Este fenômeno é explicado em parte pela dependência mútua em setores estratégicos, especialmente na tecnologia e manufatura de alta precisão, onde Taiwan exerce um papel vital na produção de semicondutores.

O capítulo conclui que, apesar das tensões e das respostas políticas e militares intensas de ambos os lados, as relações comerciais entre China e Taiwan têm uma capacidade única de adaptação e continuidade. Esse padrão reflete uma forma de pragmatismo econômico que, até o momento, se sobrepõe às tensões políticas, mas também alerta para os riscos de que um agravamento no cenário geopolítico possa eventualmente afetar essas interações. Em suma, as crises geopolíticas do século XXI reforçam a ambiguidade da relação sino-taiwanesa, onde a rivalidade política coexiste com uma significativa interdependência econômica, representando um desafio persistente para a estabilidade na região. Esse capítulo cumpriu o terceiro objetivo específico ao examinar os padrões comerciais e correlacioná-los com as tensões políticas, o

que reforçou a hipótese de que o comércio sino-taiwanês demonstra uma resiliência econômica relevante em meio a crises políticas.

Assim, a hipótese inicial estabelecida pelo trabalho propôs que, mesmo em meio a crises políticas e geopolíticas, as relações comerciais entre China e Taiwan exibiriam uma resiliência significativa, com variações mínimas nos fluxos de importação e exportação, em razão de uma interdependência econômica robusta e da relevância estratégica do comércio bilateral. Ao longo da pesquisa, essa hipótese foi corroborada, embora com nuances que reforçam tanto a complexidade das relações comerciais quanto o caráter estratégico de setores específicos, como o de tecnologia, que revelaram-se mais resilientes a disrupções políticas.

Os dados comerciais e as análises ao longo dos períodos de crise indicaram que, embora episódios de tensão política e militar causem flutuações momentâneas nas relações comerciais, o comércio entre China e Taiwan retoma uma trajetória de crescimento, principalmente devido à alta demanda mútua e à especialização econômica de Taiwan em tecnologia avançada, semicondutores e produtos eletrônicos – setores cruciais para o crescimento chinês. Em crises como as de 2005 (Lei Anti-Secessão) e de 2022 (visita de Nancy Pelosi), as importações chinesas de certos produtos taiwaneses diminuíram temporariamente, sugerindo uma estratégia de cautela ou retaliação econômica seletiva por parte da China. No entanto, essas quedas foram curtas e seguidas por uma retomada, o que indica que a interdependência econômica prevalece como um fator estabilizador, moderando os efeitos de crises políticas pontuais.

Assim, os resultados corroboram a hipótese inicial de que o comércio entre China e Taiwan se mostra resiliente e tende a se manter estável, mesmo em contextos de crise. Contudo, esse fenômeno não elimina a vulnerabilidade latente das relações, pois a contínua militarização do Estreito de Taiwan e o apoio externo a Taiwan, em especial por parte dos Estados Unidos, adicionam um fator de imprevisibilidade ao futuro das interações sino-taiwanesas. Ainda que as trocas comerciais tenham permanecido robustas até o presente, o cenário de escalada militar e a intensificação da retórica pró-independência em Taiwan sugerem que a manutenção desse equilíbrio requer esforços constantes de gestão e cooperação.

No âmbito teórico, a pesquisa demonstra a relevância da teoria da interdependência econômica e da securitização para explicar a relação entre economia e segurança no contexto sino-taiwanês. A interdependência econômica complexa, conforme proposta por Nye e Keohane, oferece uma explicação para a resiliência das relações comerciais, pois as trocas econômicas criam um desincentivo ao conflito direto. Simultaneamente, a teoria da

securitização ajuda a entender como a China, ao tratar Taiwan como uma ameaça existencial, recorre a demonstrações de força e pressão econômica em momentos de crise. Dessa forma, a pesquisa contribui para o entendimento das relações sino-taiwanesas e das complexas dinâmicas de poder e comércio na região Ásia-Pacífico.

Portanto, conclui-se que as crises geopolíticas entre China e Taiwan influenciam temporariamente as relações comerciais, mas o impacto é mitigado pela interdependência econômica e pela necessidade pragmática de estabilidade. As relações comerciais permanecem resilientes, apesar das tensões, pois tanto a China quanto Taiwan reconhecem o valor estratégico do comércio bilateral para suas economias. O estudo sugere que a interdependência, em um contexto de rivalidade política, oferece uma forma de “paz negativa”, onde a estabilidade é mantida não pela ausência de conflito, mas pela necessidade de cooperação econômica contínua.

Esse equilíbrio, contudo, é frágil e demanda atenção, especialmente considerando a crescente competição por influência na Ásia-Pacífico e o papel dos Estados Unidos como fator externo. A continuidade das relações comerciais entre China e Taiwan dependerá, em grande medida, da capacidade de ambos os lados de administrar suas tensões políticas e evitar que as disputas identitárias e territoriais superem os interesses econômicos.

6. REFERÊNCIAS

- ARCURI, Gregory; LU, Samantha. **Taiwan's Semiconductor Dominance: Implications for Cross-Strait Relations and the Prospect of Forceful Unification**. Center for Strategic and International Studies. Mar 22, 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/blogs/perspectives-innovation/taiwans-semiconductor-dominance-implications-cross-strait-relations>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- BBC Brasil. **China anuncia lei para usar força contra Taiwan**. 08 de março de 2005, Brasília. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/03/050308_chinadtl. Acesso em: 29 out. 2024.
- BBC Brasil. **Lei chinesa contra Taiwan é inapropriada, dizem EUA**. 14 de março de 2005, Brasília. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/03/printable/050314_chinadtl. Acesso em: 29 out. 2024.
- BBC News Brasil. **Taiwan: visita de Nancy Pelosi à ilha é 'brincar com fogo', diz China aos EUA**. 03 agosto 2022. Internacional. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62403063>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- BUZAN, Barry. **The Logic and Contradictions of 'Peaceful Rise/Development' as China's Grand Strategy**. The Chinese Journal of International Politics, v. 7, n. 4, p. 381-420, Winter 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/pou032>. Acesso em: 08 out. 2024.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. 1ª ed. Lynne Rienner Publishers, Inc. 1997.
- CARRIÇO, Alexandre. **Nacionalismos e separatismos: República Popular da China: nacionalismo e secessionismos**. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/2949>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- CERVO, Amado L. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHAO, Vincent Yi-Hsiang. **The Dangers of the Anti-Secession Law under Xi Jinping**. Employing “Non-Peaceful” Means Against Taiwan: The Implications of China's Anti-Secession Law, edited by Bonny Lin and I-Chung Lai, Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2024, pp. 25-28. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep64034.7>. Acesso em: 18 out. 2024.
- CHEN, Wenjie; MRKAIC, Mico; NABAR, Malhar. **Efeitos duradouros: a recuperação econômica global 10 anos após a crise**. IMF Blog, 03 out. 2018. Fundo Monetário Internacional (FMI). Disponível em:

<https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2018/10/03/blog-lasting-effects-the-global-economic-recovery-10-years-after-the-crisis> . Acesso em: 03 dez. 2024.

CHEN, Chih-Jou Jay; ZHENG, Victor. **Changing Attitudes toward China in Taiwan and Hong Kong in the Xi Jinping Era**. Journal of Contemporary China, v. 31, n. 134, p. 250-266. 2022.

CHU, Yun-han & LIN, Jih-Wen. **Political Development in 20th-Century Taiwan: state building, regime transformation and the construction of national identity**. China Quarterly. Vol. 165, 2001, pp. 102-129.

CLARKE, Donald C. **China's Anti-Secession Law: Background, Legal Significance, and Recent Developments**. 2005.

COELHO, Renata. **Visita de Nancy Pelosi a Taiwan é imprudente e inflama relações diplomáticas entre EUA, China e outras potências globais**. Jornal da Unesp. 03 agosto 2022. Disponível em:

<https://jornal.unesp.br/2022/08/03/visita-de-nancy-pelosi-a-taiwan-e-imprudente-e-inflama-relacoes-diplomaticas-entre-eua-china-e-outras-potencias-globais/>. Acesso em: 20 out. 2024.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução chinesa**. Moderna, 1985. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/OsvaldoCoggiola/publication/287205404_A_REVOLUCAO_CHINESA_Osvaldo_Coggiola/links/5673159008aee7a427436f86/A-REVOLUCAO-CHINESA-Osvaldo-Coggiola.pdf. Acesso em: 15 jun 2024.

CORREIA, Pedro de Pezarat. **Geopolítica e geoestratégia**. 5ª ed nº 131. Instituto da Defesa Nacional, 2012.

Correio Braziliense. **China faz exercícios militares durante visita de autoridade dos EUA a Taiwan**. Diplomacia. 18 setembro 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2020/09/amp/4876266-china-faz-exercicios-militares-durante-visita-de-autoridade-dos-eua-a-taiwan.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

Correio do Povo. **China realiza exercícios militares perto de Taiwan**. 29 julho 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/china-realiza-exerc%C3%ADcios-militares-perto-de-taiwan-1.354647?amp=1>. Acesso em: 22 out. 2024.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e Poder**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

CUCCHISI, Jennifer Lynn. **The Causes and Effects of the Chinese Civil War, 1927-1949**. Seton Hall University, 2002.

- DERON, Francis. **Eleição enterra idéia de "nação chinesa"**. Folha de São Paulo, Mundo. São Paulo, terça-feira, 21 de março de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2103200002.htm>. Acesso em 21 out. 2024.
- DINGLE, Edwin John. **China's revolution, 1911-1912: a historical and political record of the civil war**. Nova York: McBride, Nast & Company. 1912.
- DORNELLES JÚNIOR, Arthur Coelho. **A questão de Taiwan: suas implicações políticas e militares para as relações entre Estados Unidos-Taiwan-China (1991-2004)**. 2006.
- DOYLE, Michael W.. **Philosophy and Public Affairs**. 12. ed. New Jersey: Princeton University Press, 1983.
- DRUN, Jessica. **Taiwan's engagement with the world: Evaluating past hurdles, present complications, and future prospects**. Atlantic Council. December 20, 2022. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/taiwans-engagement-with-the-world/>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- Exame. **Viagem de Nancy Pelosi a Taiwan deve alimentar tensões entre EUA e China**. Mundo. Estadão Conteúdo. Atualizado em 2 de agosto de 2022. Disponível em: <https://exame.com/mundo/viagem-de-nancy-pelosi-a-taiwan-deve-alimentar-tensoes-entre-eua-e-china/amp/>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- FEDDERSEN, Gustavo Henrique. **As estratégias chinesas para Taiwan e seus impactos securitários no pós-Guerra Fria**. 2020. Dissertação (Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2020.
- FEDDERSEN, Gustavo Henrique. **RPC e Taiwan: Histórico e evolução das relações interestreito**. 2013. Tese (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2013.
- Folha de São Paulo. **Independentista vence em Taiwan das agências internacionais**. Mundo. 19 de março de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1903200011.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.
- FREITAS, Gustavo Lucas Oliveira. **A inserção da China na economia global e sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC)**. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32853> . Acesso em: 01 dez. 2024.
- GAZETA DO POVO. **China conduzirá grande exercício militar perto de Taiwan nesta semana**. Mundo. 30, julho 2019. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/breves/china-conduzira-grande-exercicio-militar-pe-rto-de-taiwan-nesta-semana/>. Acesso em: 29 out. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLASER, Bonnie S. **Managing Cross-Strait Ties in 2017: Recommendations for the Trump Administration**. Center for Strategic and International Studies, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep23143.8>. Acesso em: 21 out. 2024.

HARRISON, Mark. **Taiwan: Seventy Years On - A Difficult Anniversary**. China Story Yearbook 2017: Prosperity. ANU Press, The Australian National University, Canberra, Australia, 2018. Disponível em: https://pressfiles.anu.edu.au/downloads/press/n4224/pdf/ch09_forum01.pdf. Acesso em: 10 jun 2024.

HARVEY, Brian. **China in space: the great leap forward**. Springer Nature, 2019.

HILL, Christopher. **Foreign Policy in the Twenty-First Century**. 2ª ed. Palgrave, 2016.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introduction to International Relations: Theories and Approaches**. 5ª ed. USA: Oxford University Press, 2013.

JAUMOTTE, Florence; OIKONOMOU, Myrto; PIZZINELLI, Carlo; TAVARES, Marina M. **How Pandemic Accelerated Digital Transformation in Advanced Economies**. IMF Blog, 21 mar. 2023. International Monetary Fund (IMF). Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/03/21/how-pandemic-accelerated-digital-transformation-in-advanced-economies#:~:text=Across%20advanced%20economies%2C%20digitalization%20increased,industries%20that%20had%20been%20lagging> . Acesso em: 01 dez. 2024.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua: Um projecto filosófico**. 1. ed. Covilhã: Lusosofia, 2008.

KESSLER, Ethan. **Taiwan's Security Future: How Domestic Politics Impact Taipei's Defense**. The Chicago Council on Global Affairs. 15 nov. 2023. Disponível em: <https://globalaffairs.org/research/report/taiwans-security-future-how-domestic-politics-impact-taipeis-defense>. Acesso em: 31 maio 2024.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LAI, I.-Chung; LIN, Bonny (eds.). **The Political Context and Origins of China's Anti-Secession Law**. Employing “Non-Peaceful” Means Against Taiwan: The Implications of China's Anti-Secession Law. Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2024, pp. 8–13. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/resrep64034.4>. Acesso em: 29 out. 2024.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LEE, Sheryn; SCHREER, Ben. **Time to Start Worrying Again?: Cross-Strait Stability after the 2016 Taiwanese Elections**. Australian Strategic Policy Institute, 2016. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep04097>. Acesso em: 30 out. 2024.
- LI, Mingjiang; POH, Angela. **A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping**. Asian Security, v.13, n.2, p.84-97, 2017.
- LIN, Gang. **KMT Split Handed Chen the Presidential Victory**. Wilson Center. Canada Institute. Abril 1, 2000. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/kmt-split-handed-chen-the-presidential-victory>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- LIN, Justin Yifu. **Collectivization and China's Agricultural Crisis in 1959-1961**. Journal of Political Economy, vol. 98, no. 6, 1990, pp. 1228-52. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2937756>. Acesso em: 01 jun 2024.
- LIU, Tony Tai-Ting; TSAI, Tung-Chieh. **Winter Is Coming: Emerging War in the Taiwan Strait?** The Journal of East Asian Affairs, v. 34, n. 1, p. 37-60, 2021. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/45441180>. Acesso em: 11 out. 2024.
- LYNCH, Michael. **The Chinese Civil War 1945-1949**. Osprey Publishing - United Kingdom, 2022.
- LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao da China como Potencia A.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao%20da%20China%20como%20Potencia%20A.pdf). Acesso em: 28 maio 2024.
- MARTINS, Maria. **Ásia Maior: o planeta China**. 2ª edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-783-asia maior o planeta china](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-783-asia-maior-o-planeta-china). Acesso em: 03 jun 2024.
- Mainland Affairs Council of Republica of China. **The Official Position of the Republic of China (Taiwan) on the People's Republic of China's Anti-Secession (Anti-Separation) Law**. General Policy Archives (1994-2008). 29 março 2005. Disponível em: https://www.mac.gov.tw/en/News_Content.aspx?n=8A319E37A32E01EA&sms=2413CFE1BCE87E0E&s=D1B0D66D5788F2DE. Acesso em: 31 out. 2024.
- MCCARTHY, Simone. **China has a sweeping vision to reshape the world - and countries are listening**. CNN World. 10 nov 2023. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2023/11/09/china/china-xi-jinping-world-order-intl-hnk>. Acesso em: 02 nov. 2024.

MORAES, Marcos Antonio de; FRANCO, Paulo Sérgio Silva. **Geopolítica: uma visão atual**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Átomo, 2009.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2003.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 1999**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB1999e/index1.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2000**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB2000e/index1.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2001**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/YB2001e/ml/indexE.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2002**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/yearlydata/YB2002e/ml/indexE.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2003**. Disponível em: https://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/yarbook2003_e.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2004**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/yearlydata/yb2004-e/indexeh.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2005**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2005/indexeh.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2006**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2006/indexeh.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2007**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2007/indexeh.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2008**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2008/indexeh.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2009**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2009/indexeh.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2010**. Disponível em:

<https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2010/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2011**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2011/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2012**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2012/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2013**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2013/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2014**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2014/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2015**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2015/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2016**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2016/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2017**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2017/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2018**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2018/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2019**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2019/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2020**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2020/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2021**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2021/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2022**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2022/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

National Bureau of Statistics of China. **China Statistical Yearbook 2023**. Disponível em: <https://www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2023/indexeh.htm>. Acesso em: 06 jul. 2024.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORTON, Ben. **China is ‘world’s sole manufacturing superpower’, with 35% of global output**. Geopolitical Economy. 31 jan 2024. Disponível em: <https://geopoliticeconomy.com/2024/01/31/china-world-manufacturing-superpower-product-ion/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence Revisited**. International Organizations, v.41, n.4, autumn, p.725-753. 1987.

O'CONNOR, Sean; MEICK, Ethan. **Taiwan Opposition Party Wins Presidency and Legislative Majority in Historic Elections**. U.S.-China Economic and Security Review Commission. January 28, 2016. Disponível em: <https://www.uscc.gov/sites/default/files/Research/Taiwan's%20Elections%20Issue%20Brief%20.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

PINTO, Paulo A. Pereira. **Taiwan: um futuro formoso para a Ilha? Aspectos de segurança e política**. Revista Brasileira De Política Internacional, 47(2), 59-99, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000200003>. Acesso em: 28 set. 2024.

PIKE, John. **First Taiwan Crisis**. Global Security, 2011a. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm. Acesso em: 08 set. 2024.

PIKE, John. **Second Taiwan Strait Crisis**. Global Security, 2011b. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu-2.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

PIKE, John. **Taiwan Strait, 21 July 1995 to 23 March 1996**. Global Security, 2011c. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/ops/taiwan_strait.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

PROCÓPIO, Argemiro. **Capitalismo amarelo: relações internacionais da China**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2012.

REYNA, Maria Fe Celi. **Pelosi en Taipéi: el fin del statu quo**. Nueva Hegemonía, nº 13, pp. 53-72. 2022.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **The Taiwan Question and China's Reunification in the New Era**. 2022. Disponível em: https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202208/10/content_WS62f34f46c6d02e533532f0ac.html. Acesso em: 18 set. 2024.

ROY, Denny. **Taiwan: A Political History**. 1ª ed. Cornell University Press, 2002.

SACKS, David. **Why Is Taiwan Important to the United States?** Council on Foreign Relations. Blog. June 20, 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/why-taiwan-important-united-states>. Acesso em: 29 out. 2024.

SCHMIDT, Brian C. **The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations**. N.Y.: State University of New York Press, 1998.

SCHUBERT, Gunter. **Taiwan's Semiconductor Industry in the "Chip Wars" Era**. Taiwan Insight, University of Nottingham: Taiwan Research Hub. 9 Aug 2024. Disponível em:

<https://taiwaninsight.org/2024/08/09/taiwans-semiconductor-industry-in-the-chip-wars-era/>.

Acesso em: 01 out. 2024.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **A revolução nacional na China: entre a autarquia e a dependência**. 2023. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2023.

STEELS, James. **China's Securitization of Taiwan**. Small Wars Journal. 24 set. 2022.

Disponível em: <https://smallwarsjournal.com/index.php/jrnl/art/chinas-securitization-taiwan>.

Acesso em: 01 jun. 2024.

SUI, Cindy. **An election battle for the identity of Taiwan**. BBC News, Taipei. 1 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-35192142>. Acesso em: 25 out. 2024.

SUI, Cindy. **Tsai Ing-wen elected Taiwan's first female president**. BBC News, Taipei. 17 January 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-35333647>. Acesso em: 26 out. 2024.

Taiwan Semiconductor Industry Association (TSAI). **Overview on Taiwan Semiconductor Industry (2007 Edition)**. Disponível em: <https://www.tsia.org.tw/api/DownloadOverview?ID=25>. Acesso em: 01 dez. 2024.

The Economist. **China is the world's factory, more than ever**. Shanghai, 8 set. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/09/08/china-is-the-worlds-factory-more-than-ever>. Acesso em: 20 ago. 2024.

The Economist. **Taiwan's dominance of the chip industry makes it more important**. Special report, Semiconductors. Mar 6 2023. Disponível em: <https://www.economist.com/special-report/2023/03/06/taiwans-dominance-of-the-chip-industry-makes-it-more-important>. Acesso em: 03 jun. 2024.

TSURUMI, E. Patricia. **Japanese Colonial Education in Taiwan: 1895-1945**. Cambridge, MA and London, England: Harvard University Press, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674434080>. Acesso em: 27 jul. 2024.

TSAI, Wen-Hsuan. **The Significance and Application of China's Anti-Secession Law**. Employing "Non-Peaceful" Means Against Taiwan: The Implications of China's Anti-Secession Law, edited by Bonny Lin and I-Chung Lai, Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2024, pp. 22-24. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/resrep64034.6>. Acesso em: 30 out. 2024.

UOL Notícias. **China faz exercícios militares perto de Taiwan durante visita de autoridade dos EUA à ilha.** Internacional. 18, setembro 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/09/18/china-faz-exercicios-militares-perto-de-taiwan-durante-visita-autoridade-dos-eua-a-ilha.htm>. Acesso em: 01 nov. 2024.

UOL Notícias. **China realiza manobras militares nas proximidades de Taiwan.** UOL Internacional. Pequim, 29 de julho de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/07/29/china-realiza-exercicios-militares-perto-de-taiwan.amp.htm>. Acesso em: 26 out. 2024.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MARTINS, José Miguel Quedi; RIBEIRO, Lucas de Souza; GROHMANN, Ludgero. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As relações internacionais da Ásia e da África.** Petrópolis, SJ: Vozes, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do século XX.** Porto Alegre: Novo Século, 1998.

VITELLO, Jacqueline; GLASER, Bonnie S. **Tsai Ing-wen and DPP Win Big in Taiwan.** Critical Questions. Center for Strategic and International Studies. January 18, 2016. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/tsai-ing-wen-and-dpp-win-big-taiwan>. Acesso em: 30 out. 2024.

WASHINGTON POST. **China's growing influence, explained.** China's Global Leap. November 21, 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2023/09/21/china-global-influence-takeaways/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

YANG, Dennis Tao; FANG, Cai. **The Political Economy of China's Rural-Urban Divide.** Center for Research on Economic Development and Policy Reform, Stanford University, 2000. Disponível em: https://kingcenter.stanford.edu/sites/g/files/sbiybj16611/files/media/file/62wp_0.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.